



INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 169/2025
Data: 31/10/2025**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
BR DO MAR PRECISA DE REGRAS CLARAS PARA ATENDER MELHOR À CABOTAGEM.....	4
ESPECIALISTAS DEFENDEM ARBITRAGEM COMO CAMINHO PARA EFICIÊNCIA JURÍDICA NO SETOR MARÍTIMO	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
TRANSNORDESTINA: R\$ 200 MI PARA LIGAR CUSTÓDIA A ARCOVERDE, EM PERNAMBUCO.....	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
EM BELÉM, PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO INAUGURAM OBRAS DO PORTO DE OUTEIRO	9
PORTO DE ITAJAÍ CRESCE EM 8 MESES 127% ACIMA DO REGISTRADO EM TODO O ANO PASSADO E MINISTÉRIO APRESENTA CRONOGRAMA DE ARRENDAMENTO DEFINITIVO.....	9
CMN APROVA REGRAS PARA USO DO FNAC PELAS ÁREAS.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
CONSULTA SOBRE NOVO MODELO DA CNH MOBILIZA POPULAÇÃO DAS CINCO REGIÕES DO PAÍS EM BUSCA DE FORMAÇÃO MAIS ACESSÍVEL	11
LEILÃO DO LOTE 5 DO PARANÁ MARCA O RECORDE DE MAIS DE R\$ 96 BILHÕES EM INVESTIMENTO NO ESTADO EM MENOS DE TRÊS ANOS.....	12
NOVAS PONTES NA BR-265 IMPULSIONAM O DESENVOLVIMENTO NO SUL DE MINAS GERAIS	14
PORTAL PORTO GENTE	15
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA DIAGNÓSTICO INÉDITO SOBRE ADESÃO DAS EMPRESAS ÀS PRÁTICAS ESG15	
TCP É O PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO DO BRASIL A CONQUISTAR CERTIFICADO ISO 50001.....	17
CABOTAGEM SE CONSOLIDA COMO ALTERNATIVA 90% MAIS LIMPA QUE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	18
PORTO DE IMBITUBA REGISTRA 100ª ATRACÃO DO PORTA-CONTÊINERES BARTOLOMEU DIAS	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – BIOCOMBUSTÍVEIS E A SUSTENTABILIDADE NO SETOR DE TRANSPORTES.....	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - BRASIL APRESENTA BIOCOMBUSTÍVEL 100% SUSTENTÁVEL COM POTENCIAL PARA SUBSTITUIR O DIESEL.....	22
<i>Novo biocombustível.....</i>	22
<i>Teste na estrada.....</i>	22
<i>Transição energética</i>	22
<i>Na boleia.....</i>	22
<i>Nova ponte.....</i>	22
<i>Hospedagem garantida.....</i>	22
BRASIL EXPORT - EMPRESAS CELEBRAM O RECONHECIMENTO APÓS PREMIAÇÃO NAVEGUE + BRASIL	23
BRASIL EXPORT - BE ACADEMY: INSTITUIÇÃO VAI ATUAR NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SETOR	24
BRASIL EXPORT - PAINEL FINAL DO BRASIL EXPORT APONTA OPORTUNIDADES BRASILEIRAS NO MERCADO GLOBAL	25
BRASIL EXPORT - “LOGÍSTICA TORTA, CARA E POLUENTE”, DIZ DIRETOR DA CNT AO CRITICAR PLANEJAMENTO DE CURTO PRAZO	26
BRASIL EXPORT - BRASIL PRECISA DECIDIR SE SETOR AÉREO CRESCE OU ENCOLHE, DIZEM AUTORIDADES	27
BRASIL EXPORT - INVESTIMENTOS EM FERROVIAS AVANÇAM, MAS SETOR COBRA REGULAÇÃO E INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA29	
BRASIL EXPORT - FALTA DE INFRAESTRUTURA NOS PORTOS AUMENTA CUSTOS E GERA ATRASOS.....	30
BRASIL EXPORT - GOVERNO APOSTA EM BIOCOMBUSTÍVEIS COMO VETOR DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	31
TRANSPORTES - PORTOS - MINISTÉRIO PÚBLICO CONSIDERA ILEGAL RESTRIÇÃO DE PARTICIPANTES NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10	33
TRANSPORTES AVIAÇÃO - SETOR AÉREO INVESTE MAIS DE R\$ 350 MILHÕES EM ESG E LIDERÁ AGENDA DE DESCARBONIZAÇÃO.....	34
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - CMN REGULAMENTA FUNDO AÉREO QUE FINANCIARÁ BIOCOMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS	36
TRANSPORTES - AEROPORTOS - BARCELLOS É INCLuíDO NO PROGRAMA AMPLIAR E BUSCA IMPULSIONAR TURISMO NO AMAZONAS	37
TRANSPORTES - RODOVIAS - PÁTRIA VENCE ÚLTIMO LEILÃO DE RODOVIAS DO PR COM DESÁGIO DE 23,83%.....	38
TRANSPORTES - RODOVIAS - CONSÓRCIO RDG SINOP VENCE LEILÃO DA RODOVIA MULTIMODAL DE MATO GROSSO.....	39
TRANSPORTE - RODOVIAS/FERROVIAS - “INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA NÃO SÃO COISAS COMPLEXAS”, DIZ MINISTRO RENAN FILHO.....	40
TRANSPORTES - RODOVIAS - VIA SP SERRA FAZ MURÃO DE CONTRATAÇÕES PARA FASE FINAL DO TRECHO NORTE DO RODOANEL.....	41

TRANSPORTES - FERROVIAS - ANTT DEFENDE ANÁLISE TÉCNICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE VAGÕES EM DEBATE NA CÂMARA	42
ENERGIA - LULA AFIRMA QUE BRASIL SERÁ CAMPEÃO EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	43
ENERGIA - CARAVANA DA ROTA SUSTENTÁVEL COP 30 TERÁ ‘TIRA-TEIMA’ DE COMBUSTÍVEIS EM VEÍCULOS	44
ENERGIA - SENADO APROVA MP DO SETOR ELÉTRICO COM ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA	45
PETRÓLEO E GÁS - LULA SOBRE EXPLORAR MARGEM EQUATORIAL: “NÃO É POSSÍVEL ABRIR MÃO”	46
PETRÓLEO E GÁS - AVO DA PETROBRAS, BÚZIOS ATINGE ESTABILIDADE DE 1 MILHÃO DE BARRIS POR DIA.....	47
PETRÓLEO E GÁS – ANP AMPLIA PAINEL DE EMISSÕES E PASSA A INCLUIR DADOS DA FASE DE EXPLORAÇÃO	48
MINERAÇÃO - PLANTA PILOTO EM GOIÁS CONCENTRA TERRAS RARAS E REVELA BASTIDORES DA CADEIA TECNOLÓGICA ..	49
MINERAÇÃO - SILVEIRA DIZ QUE BRASIL É POTÊNCIA MINERAL COM MARCO AMBIENTAL RIGOROSO	50
MINERAÇÃO - MÍNERAÇAO DISCUDE CRIAÇÃO DE PADRÃO GLOBAL UNIFICADO PARA PRÁTICAS RESPONSÁVEIS	51
POLÍTICA - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA VAI PEDIR INVESTIGAÇÃO SOBRE OPERAÇÃO NO RIO	52
POLÍTICA - BOULOS QUER FICAR COM LULA ATÉ O FIM DO GOVERNO, MAS AVISA: “ELEIÇÃO VOU DISCUTIR ANO QUE VEM”	53
FINANÇAS - BOLSA SOBE PELA SÉTIMA VEZ SEGUIDA E VOLTA A BATER RECORDE	54
JUSTIÇA - SUBPROCURADOR PEDE QUE TCU IMPEÇA LULA DE INDICAR HOMEM AO STF	55
JUSTIÇA ABAIXO-ASSINADO POR MAIS MULHERES NO STF ULTRAPASSA 70 MIL ADESÕES”	56
INTERNACIONAL - TRUMP ANUNCIA AVANÇO COM XI JINPING EM NEGOCIAÇÕES SOBRE TERRAS RARAS	57
INTERNACIONAL - TRUMP ORDENA A RETOMADA DE TESTES COM ARMAS NUCLEARES	58
JORNAL O GLOBO – RJ.....	59
VALE TEM LUCRO 9% MAIOR, SINALIZA COM DISTRIBUIÇÃO EXTRA PARA ACIONISTAS, MAS DIZ QUE ESPERA IR MÍNIMO PARA DECIDIR	59
POR VINICIUS NEDER — RIO DE JANEIRO	59
GOVERNO LEILOA MIL QUILÔMETROS DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA COM INVESTIMENTO PREVISTO DE R\$ 5,5 BILHÕES	61
SETOR PÚBLICO TEM DÉFICIT DE R\$ 17,5 BILHÕES EM SETEMBRO E DÍVIDA BRUTA SOBE PARA 78,1% DO PIB	62
POR QUE MUDANÇA NO CÁLCULO DOS ROYALTIES APROVADO NO CONGRESSO DESAGRADA PETROLEIRAS E ANIMA REFINARIAS PRIVADAS? ENTENDA	63
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	65
GOVERNO FEDERAL PUBLICA EDITAL DE R\$ 200 MILHÕES PARA RETOMADA DAS OBRAS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA ..	65
MARINA SILVA CRITICA TRECHO SOBRE LICENCIAMENTO RÁPIDO PARA HIDRELÉTRICAS EM MP DO SETOR ELÉTRICO	66
ACORDO BRASIL-EUA SOBRE TARIFAS PODE BENEFICIAR CLIENTES E ELEVAR COMPRA DE AÇO, DIZ CEO DA GERDAU ..	67
DONOS DE GIGANTE FARMACÉUTICA DOAM FORTUNA E CONSTROEM CIDADE DA TECNOLOGIA E DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ	69
VALOR ECONÔMICO (SP).....	72
RECEITA CRIARÁ DELEGACIA PARA COMBATER ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS AINDA ESTE ANO, DIZ BARREIRINHAS	72
TRUMP DIZ NÃO CONSIDERAR ATAQUE DENTRO DA VENEZUELA	73
TRANSNORDESTINA RETOMA OBRAS E REFORÇA APosta NA LOGÍSTICA REGIONAL	74
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	75
TRÉGUA ENTRE EUA E CHINA NÃO SERÁ SUFICIENTE PARA RETOMAR TRANSPORTE DE CONTÊINERES OU EVITAR QUEDA NOS FRETES, APONTA XENETA	75
MPTCU RECOMENDA LEILÃO DO TECON SANTOS 10 EM ETAPA ÚNICA	75
ARTIGO - AFRMM AVANÇA COMO POLÍTICA PÚBLICA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA LOGÍSTICA, DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA	76
LHG EMBARCA 16 BARCAÇAS EMPILHADAS TRANSVERSALMENTE EM TERMINAL DA ATEM	78
PORTOS DO NORDESTE REGISTRAM MAIOR MOVIMENTAÇÃO EM 8 MESES DESDE 2021	79
COMMODITIES DEVEM REGISTRAR EM 2026 MENOR PREÇO EM 6 ANOS DEVIDO AO EXCESSO DE OFERTA DE PETRÓLEO.....	79
LUCRO DA KEPLER WEBER CRESCE 258% EM RELAÇÃO AO 2º TRIMESTRE	80
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ CRESCE 127% EM 8 MESES	81
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	81
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	81

a tribuna **DIGITAL**

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

BR DO MAR PRECISA DE REGRAS CLARAS PARA ATENDER MELHOR À CABOTAGEM

Modal de transporte de cargas dentro do País foi tema do 3º Simpósio de Direito Marítimo, em Santos

Por Bárbara Farias 31 de outubro de 2025



Objetivo da lei é ampliar a participação do modal na matriz de transportes de cargas de 11% para 30% (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

A BR do Mar, instituída por meio da Lei Federal 14.301/2022 e regulamentada pelo Decreto 12.555/2025, é um programa de estímulo à cabotagem com o objetivo de ampliar a participação do modal na matriz de transportes de cargas de 11% para 30% e, dessa forma, reduzir custo logístico e emissões de carbono. O Governo Federal entende que a BR do Mar representa um salto para o modal, mas, para uma representante do mercado, o decreto ainda precisa de muitos ajustes para alavancar o setor.

O tema foi discutido no painel “BR do Mar e Cabotagem: aspectos legais e práticos da regulamentação”, no 3º Simpósio de Direito Marítimo realizado, nesta quinta-feira (30), no Hotel Bourbon Convention Santos, no Gonzaga, em Santos. O encontro foi promovido pelo Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB) e tem o Grupo Tribuna como mídia parceira.

Uma das palestrantes, a coordenadora-geral de Navegação Marítima do Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor), Bruna Roncel de Oliveira, lembrou, em sua apresentação, que “a cabotagem é uma alternativa mais segura, econômica e sustentável para o transporte de cargas no Brasil”.

Ela destacou que o programa foi criado após a greve dos caminhoneiros, de 2018, com o intuito de diversificar a matriz logística nacional e reduzir a dependência do transporte rodoviário — responsável por 69% das cargas no País. “Para estimular o uso das nossas vias naturais e diminuir custos e emissões. A cabotagem pode ser até 89% menos poluente que o transporte rodoviário.”



Segundo a representante do ministério, a BR do Mar ampliou as possibilidades de operação das empresas de navegação, permitindo o afretamento de embarcações estrangeiras e o ingresso de novos players no mercado, o que aumenta a concorrência e reduz custos. “A lei trouxe instrumentos que simplificam processos, aumentam a oferta de embarcações e tornam o transporte aquaviário mais competitivo.”

O tema foi discutido em painel do evento que abordou os aspectos legais e práticos da regulamentação (Bárbara Farias/AT)

Controvérsias

A palestrante Camila Mendes Viana, sócia do Escritório Kincaid e presidente da Comissão Brasil-China da OAB-RJ, afirmou que a BR do Mar possui “muitas controvérsias”, comentando que “o

Decreto 12.555/2025 não atendeu completamente. Se tivesse atendido, nós não precisaríamos estar fazendo novas portarias agora".

Defensora da cabotagem, Camila pontuou que o modal tem frete por tonelagem 60% mais barato que o do rodoviário e 40% menor do que o do ferroviário.

A especialista destacou que o novo decreto da BR do Mar traz exigências de sustentabilidade ainda muito subjetivas, o que pode gerar insegurança jurídica para empresas interessadas em se habilitar no programa. Segundo ela, não há parâmetros claros sobre o tempo de uso ou o volume de emissão de carbono das embarcações, e a portaria que deve regulamentar esses pontos ainda está em elaboração. "Foi criada a figura da embarcação sustentável que a gente não sabe o que é porque o critério é muito subjetivo."

Camila lembrou que o setor marítimo internacional ainda enfrenta dificuldades para definir o combustível do futuro – se será hidrogênio, etanol, metanol ou uma combinação deles – e que impor restrições rígidas no Brasil antes de uma padronização global pode inviabilizar a adesão de novas embarcações ao regime.

Ela também apontou a necessidade de maior clareza quanto às penalidades e à composição da tripulação brasileira. "Se o operador tiver três navios e um deles não atender aos requisitos ambientais ou trabalhistas da BR do Mar, ele terá perda total da habilitação?", questionou.

Camila defendeu que a cabotagem precisa ter regras alinhadas aos parâmetros internacionais, evitando entraves burocráticos que atrasem investimentos. Por fim, ressaltou que a tramitação dos pedidos entre diferentes órgãos deve ser agilizada. "Várias autoridades vão avaliar o pedido para trazer embarcação para o Brasil, o que requer tempo e tempo é dinheiro. E hoje não tem prazo específico estabelecido."

Tempo

Moderador do debate, o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues, ponderou sobre a Lei da Cabotagem. "No Brasil, a gente acredita, culturalmente, que consegue resolver todos os nossos problemas por meio de leis, o que é uma verdade, até porque se a iniciativa privada não provocar a iniciativa pública, a iniciativa pública não irá se movimentar. Nós temos de, obrigatoriamente, fazer essas provocações. Mas toda lei demanda maturidade, tempo, para que ela possa dar a estabilidade para o mercado."

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/10/2025

ESPECIALISTAS DEFENDEM ARBITRAGEM COMO CAMINHO PARA EFICIÊNCIA JURÍDICA NO SETOR MARÍTIMO

Painel em simpósio realizado em Santos destaca a agilidade, a autonomia e o papel das câmaras institucionais na resolução de conflitos portuários e de comércio internacional

Por Bárbara Farias 31 de outubro de 2025



Atualidades da arbitragem no comércio marítimo internacional foi um dos temas em destaque no evento (Bárbara Farias/AT)

A celeridade da arbitragem na resolução de questões judiciais no setor portuário foi tema do painel "Atualidades da arbitragem no comércio marítimo internacional", realizado nesta quinta-feira (30), no 3º Simpósio de Direito Marítimo, em Santos. Arbitragem é um modo alternativo de solução se conflitos, fora da esfera judicial.

O sócio da Penningtons Londres/Madrid, Juan Alegre, disse que o sucesso da arbitragem em Londres é ter uma Justiça eficiente em conjunto. “Na Inglaterra, uma decisão judicial pode sair em horas, enquanto em outros países pode levar anos”.

O sócio do Kincaid e presidente da Comissão de Direito Marítimo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, Godofredo Vianna, ressaltou a autonomia da arbitragem e a limitação da interferência judicial. Ele citou precedente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reforçou o princípio da competência-competência. “Se as partes escolhem a arbitragem, devem conviver com suas regras e eventuais falhas”.

Vianna também destacou a importância das tutelas de urgência em disputas marítimas e lembrou que “os créditos marítimos possuem natureza privilegiada e seguem o navio mesmo após sua transferência de propriedade”. Ele explicou que pedidos de tutela pré-arbitral, como acesso a registros ou provas, devem ser seguidos da instauração da arbitragem em até 30 dias. “Depois disso, a competência é transferida aos árbitros, que podem até rever a decisão judicial inicial”, completou.

A diretora-executiva da Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Juliana Loss, destacou as diferenças culturais entre os modelos inglês e brasileiro. “Aqui, o peso institucional é fundamental. É muito diferente instaurar uma arbitragem por meio de uma Câmara reconhecida do que simplesmente mandar um e-mail para a outra parte”, observou.

Juliana ressaltou que a institucionalização garante segurança e transparência. “As câmaras exercem papel essencial ao secretariar o procedimento e apoiar as partes. Sem essa estrutura, conflitos simples poderiam acabar no Judiciário”, afirmou.

O vice-presidente do STJ, ministro Luis Felipe Salomão, destacou que “a Petrobras passou a inserir cláusulas de arbitragem em seus contratos de afretamento, mudando a dinâmica no setor marítimo”. Ele acrescentou que câmaras como a FGV e o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) “têm se especializado cada vez mais no setor de óleo e gás, tendência que no Brasil ainda se consolida, mas que em Londres já é tradicional”.

O moderador do painel foi o advogado Marcelo Sammarco, membro da Comissão de Direito Marítimo do Conselho Federal da OAB.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 31/10/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

TRANSNORDESTINA: R\$ 200 MI PARA LIGAR CUSTÓDIA A ARCOVERDE, EM PERNAMBUCO

A retomada das obras da Transnordestina será feita com recursos federais e o primeiro trecho Custodia-Arcoverde tem um custo estimado em R\$ 200 milhões

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br

O ministro dos Transportes, Renan Filho, lança nesta sexta-feira (31) o edital de licitação para a retomada das obras da ferrovia Salgueiro-Suape da Transnordestina às 10h em Brasília. Será escolhida uma empresa para implantar 73 km de ferrovia entre as cidades de Custódia e Arcoverde com um investimento previsto de R\$ 200 milhões. Iniciada em 2006, a parte pernambucana da obra está paralisada, pelo menos, desde 2016. O empreendimento é considerado fundamental para melhorar a logística de Pernambuco e estados vizinhos.



Em Pernambuco, o trecho acima faz parte dos 179 km que foram concluídos da Transnordestina entre Salgueiro e Suape. As obras paralisaram em 2016. Foto: Movimento Econômico

é de que as obras sejam retomadas no início do próximo ano, de acordo com informações do Ministério dos Transportes.

"A retomada das obras é uma ótima notícia. A conclusão do trecho Salgueiro-Suape é uma necessidade do setor produtivo de Pernambuco, da sociedade em geral e da população. É uma unanimidade que essa obra é fundamental, está sendo retomada e não vai mais parar", diz o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Bruno Veloso.

Para Bruno, com o avanço da obra vai aumentar a cobrança para que a ferrovia chegue ao Porto de Suape. "A cada quilômetro construído aumenta a pressão e o interesse pela conclusão. É um consenso entre o setor produtivo e a sociedade: essa obra precisa ser finalizada", afirma.

Membro do Comitê Tecnológico Permanente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Pernambuco (CREA-PE), o engenheiro Carlos Calado diz que, na visão do CREA, a luta para implantar o trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina não deve ser só de Pernambuco, mas envolver os estados do Nordeste Oriental, como Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Calado defende que "Salgueiro-Suape é a linha tronco, que pode receber futuros ramais desses estados, conectando não só as cargas, mas os portos destes Estados. É difícil imaginar um futuro, realmente, bom para um porto sem ferrovia". Os quatro estados citados estão sem operação ferroviária desde 2013. Ele também defende que a sociedade e os "que têm mandato" devem se unir em torno deste projeto para que ele realmente seja concluído.

"Há carga para os dois ramais. E o seminário feito pelo Movimento Econômico mostrou isso, conectando as pontas, mostrando locais onde têm cargas e não se falava muito", comentou, se referindo aos dois trechos da Transnordestina: o pernambucano que liga Salgueiro a Suape e o que começa na cidade de Eliseu Martins, no Sul do Piauí, seguindo até o Porto do Pecém, começando a subir para o Ceará depois de Salgueiro.

Na opinião do diretor e acionista da Agemar, Manoel Ferreira, "a retomada das obras é importante para Pernambuco e estados vizinhos. A falta de uma ferrovia impede que algumas exportações, como a de grãos, escorre pelo Porto de Suape. É um empreendimento que vai levar mais desenvolvimento ao interior. Por exemplo, Salgueiro poderia ter uma base de distribuição de combustíveis, recebendo esse produto pela ferrovia. E o gesso também poderia se beneficiar deste ramal, entre outras cargas".

O Movimento Econômico vai realizar no dia 18 de novembro, no Porto de Suape, o último evento do Seminário Conexões Transnordestina que, desde julho, passou por Salgueiro, Petrolina, Araripina, Belo Jardim e Caruaru. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo Sympla.

Trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina

No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 do governo federal destina somente R\$ 50 milhões as obras do trecho Salgueiro-Suape numa rubrica do Ministério dos Transportes/Valec. O

montante de recursos previsto no orçamento federal será ampliado de acordo com a evolução do cronograma de execução da obra, segundo informações do Ministério dos Transportes.

Ainda de acordo com informações do Ministério dos Transportes, o projeto prevê a implantação de bitola larga com 1,60m no trecho Salgueiro-Suape. A ferrovia poderia receber mais cargas se fosse implantada com a bitola mista, segundo alguns especialistas.

"Para transformar a bitola larga em mista é necessário colocar um trilho a mais. Neste momento, a lógica é retomar as obras e fazer o possível para que o empreendimento se torne cada vez mais indispensável", defende o presidente da Fiepe, Bruno Veloso, acrescentando que isso vem sendo discutido há um ano e meio.

O que foi construído no trecho Salgueiro-Suape está em bitola larga, como os 179 km finalizados entre Salgueiro e Custódia, além do trecho Custódia-Arcoverde – que tem 37% de execução – e Arcoverde Pesqueira com 53 km de extensão e 24% de execução.

Opinião similar ao do presidente da Fiepe tem o engenheiro Carlos Calado. "Com helper ou sem helper. Com bitola larga ou mista, precisamos do trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina", defendeu o engenheiro, argumentando que a discussão técnica é salutar desde que não comprometa o reinício da obra.

Helper é o nome dado a uma terceira locomotiva que puxa o trem e os vagões em determinados trechos que as rampas ou curvas são maiores. No projeto antigo da Transnordestina previa a utilização de helpers por 88 km da ferrovia, o que tornaria a operação mais cara. O Ministério dos Transportes informou que "a necessidade de helpers na operação da ferrovia será definida conforme a atualização dos estudos realizados pela Infra S.A".

Outro fator que também terá que ser definido é o direito de passagem entre Eliseu Martins e Salgueiro, quando o trecho pernambucano da ferrovia entrar em operação. As cargas que embarcarem no começo da ferrovia (depois de Salgueiro no sentido oeste) terão que passar pelo trecho operado pela empresa Transnordestina Logística S.A. (TLSA), que tem a concessão do trecho que começa em Eliseu Martins, no Sul do Piauí e vai até o Porto de Pecém, no litoral do Ceará. Subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, a TLSA é a concessionária explorar o serviço e que iniciou a construção da obra em 2006.



Autoridades anunciando mais recursos para o trecho Eliseu Martins-Pecém da Ferrovia Transnordestina/Foto: Ascom Governo do Ceará

Projeto original da Transnordestina Em 2006, a Transnordestina começava em Eliseu Martins, no Sul do Piauí, seguia até Salgueiro e depois desta cidade se dividia em dois ramais: Salgueiro-Porto de Pecém e Salgueiro Suape. Em 2022

Projeto original da Transnordestina

Em 2006, a Transnordestina começava em Eliseu Martins, no Sul do Piauí, seguia até Salgueiro e depois desta cidade se dividia em dois ramais: Salgueiro-Porto de Pecém e Salgueiro Suape. Em 2022, a TLSA devolveu o trecho Salgueiro-Suape dizendo que não tinha viabilidade econômica. É este trecho que agora tem as obras retomadas pelo governo federal como obra pública.

Com 1206 km de extensão, o trecho que liga Eliseu Martins-Salgueiro-Pecém teve as obras retomadas pela TLSA em 2023 e deve ser concluído em 2027, passando por 53 municípios. Até agora, foram gastos R\$ 14,9 bilhões empregados na Transnordestina inteira e a maior parte destes recursos foram empregados no trecho Eliseu Martins-Salgueiro-Pecém.



A solenidade com o anúncio da retomada das obras do trecho pernambucano será transmitida no canal do Ministério dos Transportes no YouTube[<https://www.youtube.com/@mintransportes>].

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 31/10/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

EM BELÉM, PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO INAUGURAM OBRAS DO PORTO DE OUTEIRO

Evento será a partir das 11h30 deste sábado (1º); autoridades também acompanham entrega das obras no aeroporto da capital paraense

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estarão em Belém (PA) neste sábado (1º) para acompanhar e inaugurar dois empreendimentos estratégicos para 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

A partir das 11h30, o presidente e o ministro participam da entrega das obras de requalificação do Porto de Outeiro. O novo terminal é considerado um empreendimento estratégico para a logística da Região Norte e para o fortalecimento da matriz de exportação do Pará.

Mais cedo, a partir das 10h, o presidente Lula acompanha o ministro Silvio Costa Filho em uma visita às obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Belém (PA), que recebeu investimentos de R\$ 450 milhões pela concessionária Norte da Amazônia Airports. Essa agenda não será aberta à imprensa.

Credenciamento

Profissionais de imprensa interessados em fazer a cobertura do evento no Porto do Outeiro deverão enviar a solicitação até as 20h desta sexta-feira (31), horário de Brasília, pelo Sistema de Credenciamento de Imprensa no site do Palácio do Planalto. Os profissionais com credenciamento anual devem solicitar participação no evento.

Atenção: Os profissionais que tiverem o credenciamento aprovado devem retirar as credenciais no Porto de Outeiro, entre 9h30 e 10h30.

Serviço:

O quê: Conclusão das obras de requalificação do Porto de Outeiro

Data:: Sábado, 1º de novembro

Horário: 11h30

Local: Porto de Outeiro - Ilha de Caratateua, Estrada BL 10, no distrito de Outeiro (PA).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 31/10/2025

PORTO DE ITAJAÍ CRESCE EM 8 MESES 127% ACIMA DO REGISTRADO EM TODO O ANO PASSADO E MINISTÉRIO APRESENTA CRONOGRAMA DE ARRENDAMENTO DEFINITIVO

Além do arrendamento, o MPor prepara também a concessão do canal de acesso ao porto, que seguirá o modelo de sucesso do leilão do canal de Paranaguá

A movimentação do Porto de Itajaí (SC) entre janeiro e agosto foi 127% maior do que a registrada em todo o ano passado, com as medidas em curso para a modernização da operação portuária na região, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, que apresentou esta semana cronograma de arrendamento definitivo do porto. A previsão é de que a modelagem técnica do arrendamento, que

está em processo acelerado no Ministério, seja encaminhada ainda em novembro à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e na sequência ao Tribunal de Contas da União (TCU).



Porto de Itajaí cresce em 8 meses 127% acima do registrado em todo o ano passado e Ministério apresenta cronograma de arrendamento definitivo - Foto: Divulgação

De acordo com dados estatísticos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) de janeiro a agosto deste ano, o Porto de Itajaí já movimentou 2,5 milhões de toneladas, o que representa, em oito meses, mais que o dobro do total movimentado durante todo o ano passado (1,1 milhão de toneladas). A movimentação no porto catarinense se intensificou a partir do segundo semestre, com maior movimentação de contêineres.

Além do arrendamento definitivo, um dos principais projetos do MPor para Itajaí é a concessão do canal de acesso, prevista para início de 2026 e que seguirá o modelo de sucesso adotado para o leilão do Porto de Paranaguá. O porto paranaense foi a leilão na semana passada, em uma disputa acirrada, que resultará em investimentos de R\$ 1,2 bilhão.

O Ministério também deu início ao processo de criação da Companhia Docas de Santa Catarina, evidenciando a prioridade do porto para o governo federal e para a economia brasileira.

“Em maio, junto como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anunciamos a criação da autoridade portuária, que vai trazer modernização, segurança, eficiência logística e ampliação da capacidade, atuando ainda como vetor de desenvolvimento econômico e de melhoria na qualidade de vida da população”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

“Em 2023, diante da situação de paralisação das operações, a Antaq promoveu uma solução ágil para a retomada da atividade no Porto de Itajaí por meio de um contrato transitório. Agora é o momento de darmos o próximo passo: realizar o leilão do contrato definitivo, garantindo novos investimentos e resgatando todo o potencial de movimentação e competitividade do Porto de Itajaí”, afirmou Frederico Dias, diretor-geral da Antaq.

“O terminal de contêineres de Itajaí já teve papel de protagonismo e relevância no passado, principalmente com a movimentação de proteína animal para exportação. O porto passou por momento de muita dificuldade, sem operar por um ano e meio, e com a retomada da atividade, vem apresentando bons resultados. Fazer o leilão é algo extremamente importante para que possamos de forma justa colocar Itajaí de volta em lugar de destaque junto aos portos brasileiros”, afirmou o secretário Nacional de Portos do MPor, Alex Ávila.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/10/2025

CNM APROVA REGRAS PARA USO DO FNAC PELAS AÉREAS

Proposta prevê contrapartidas obrigatórias para financiamento, que incluem aquisição de combustível sustentável e aumento de voos para Amazônia Legal e Nordeste

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (30/10) as normas para permitir empréstimos às companhias aéreas com recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC), medida aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. Conforme solicitação do Comitê Gestor do FNAC, serão disponibilizados R\$ 4 bilhões para empréstimos, com seis linhas de financiamento que vão desde a compra de aeronaves nacionais a aquisição de SAF (combustível sustentável) produzido no país. A taxa de juros do empréstimo irá variar de 6,5% a 7,5% ao ano, dependendo da linha de crédito.



Entre as contrapartidas obrigatórias que foram sugeridas pelo Comitê Gestor do FNAC está o compromisso de aquisição de SAF que permita uma redução adicional de emissão de CO2 em relação à meta prevista em lei - Foto/Divulgação

“O Governo Federal está fazendo a sua parte, que é viabilizar crédito para a compra de aeronaves nacionais, manutenção de motores e aumento de infraestrutura para que as empresas possam oferecer mais assentos e opções de serviços aos passageiros. Com isso, as aéreas, que não receberam apoio quando

mais precisavam, que foi durante a pandemia, poderão reduzir seus custos operacionais e também o preço das passagens, evitando restrições que acabam prejudicando o consumidor”, comentou o ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos.

Entre as contrapartidas obrigatórias que foram sugeridas pelo Comitê Gestor do FNAC está o compromisso de aquisição de SAF que permita uma redução adicional de emissão de CO2 em relação à meta prevista em lei, que é de um ponto percentual ao ano até atingir 10%. “Políticas públicas devem ser orientadoras do comportamento desejado. Se estamos emprestando recursos com taxa de juros privilegiada, então há necessidade de benefícios para a população, como a redução de emissão de gases de efeito estufa”, disse Costa Filho. As empresas terão, ainda, que aderir ao Pacto da Sustentabilidade do MPor, promovendo ações de ESG.

Também será exigido das aéreas o incremento de 30% na proporção anual de voos na Amazônia Legal e no Nordeste, em relação aos números registrados em 2024. As empresas que tomarem empréstimos com recursos do FNAC não poderão ampliar o pagamento de lucro aos acionistas durante o período de carência.

Conforme regra sugerida pelo Comitê Gestor, presidido pelo secretário Nacional de Aviação Civil do MPor, Daniel Longo, serão criadas seis linhas de financiamento, sempre privilegiando fornecedores nacionais: aquisição de combustível sustentável (SAF), manutenção de aeronaves, manutenção de motores, aquisição de aeronaves, pagamento antecipado de aeronaves e para infraestrutura logística, essenciais para o fomento de mais oferta para o setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/10/2025

gov.br Presidência da República
Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

CONSULTA SOBRE NOVO MODELO DA CNH MOBILIZA POPULAÇÃO DAS CINCO REGIÕES DO PAÍS EM BUSCA DE FORMAÇÃO MAIS ACESSÍVEL



Mais de 62 mil contribuições já foram registradas nas plataformas do Governo Federal; participação segue aberta até 2 de novembro

Técnicos da Senatran analisam as contribuições da sociedade sobre o novo modelo de formação de condutores. - Foto: Michel Corvello/MT

A proposta do Ministério dos Transportes que cria um novo modelo de formação de condutores vem

despertando o interesse de cidadãos em todas as regiões do Brasil. Desde o lançamento da consulta pública, em 2 de outubro, mais de 62 mil contribuições foram registradas nas plataformas Participa + Brasil e Brasil Participativo. O prazo para envio de sugestões segue aberto até 2 de novembro.

A iniciativa busca modernizar e democratizar o acesso à Carteira Nacional de Habilitação (CNH), ampliando as formas de ensino e reduzindo custos e burocracias do processo. O objetivo é tornar a formação de condutores mais acessível, inclusiva e alinhada às novas tecnologias de aprendizagem, sem abrir mão da segurança e da qualidade na avaliação dos candidatos.

No centro do debate

Mesmo com a consulta ainda em andamento, a Senatran já deu início à análise preliminar das manifestações enviadas pela sociedade. Os dados da plataforma Participa + Brasil mostram também que o debate alcançou cidadãos de todo o país, com contribuições vindas das cinco regiões. Até o momento, o Sul e o Sudeste lideram em número de participações, com 14.800 e 14.152 registros, respectivamente. Na sequência aparecem o Nordeste (7.296), o Centro-Oeste (2.140) e o Norte (446).

Entre os estados mais ativos, o Rio Grande do Sul é destaque. Com mais de 12 mil contribuições, o estado lidera a participação na consulta, interesse que parece refletir a realidade local: os gaúchos pagam hoje a CNH mais cara do país, com custo médio de R\$ 4.951,35 para as categorias de moto e carro, segundo levantamento da Senatran.

Outros estados também aparecem com forte adesão à consulta, como São Paulo (6.602 participações até agora), Ceará (3.765), Rio de Janeiro (3.610) e Minas Gerais (3.408).

Modernização e inclusão

A proposta da CNH acessível prevê a oferta gratuita do curso teórico, que poderá ser realizado online ou presencialmente, em instituições de ensino, plataformas do governo federal, além das autoescolas. A ideia é ampliar o acesso e reduzir custos, que hoje variam entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil.

Com mais flexibilidade na formação, espera-se diminuir as barreiras de entrada e combater a informalidade, já que cerca de 20 milhões de brasileiros dirigem sem habilitação. Após o encerramento da consulta, as contribuições serão consolidadas e avaliadas pela Senatran, que poderá ajustar a minuta da resolução antes da aprovação final.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 31/10/2025

LEILÃO DO LOTE 5 DO PARANÁ MARCA O RECORDE DE MAIS DE R\$ 96 BILHÕES EM INVESTIMENTO NO ESTADO EM MENOS DE TRÊS ANOS

Trecho de 432 km concedidos ao Pátria Investimentos nesta quinta (30) receberá R\$11,8 bilhões em melhorias



Lote 5 contempla 432,77 quilômetros de estradas paranaenses e irá receber investimento de R\$11,8 bilhões. - Foto: Marcio Ferreira/MT

O leilão desta quinta-feira (30), do Lote 5 das Rodovias Integradas do Paraná, marca o papel transformador do Ministério dos Transportes para a infraestrutura rodoviária do estado.

Em menos de três anos, foram leiloados 6 trechos de estradas paranaenses, com um

investimento total de R\$96,2 bilhões por parte da iniciativa privada.



leilão desta quinta-feira (30), do Lote 5 das Rodovias Integradas do Paraná, marca o papel transformador do Ministério dos Transportes para a infraestrutura rodoviária do estado.

O Lote 5 engloba as BRs 163/369/467/PR e PRs 158/317/467/977/978 e contempla 432,77 quilômetros. Vencedora do leilão, a Reune Rodovias Holding II S.A, da qual faz parte o Pátria Investimentos, ofereceu 23,83% de desconto sobre a tarifa básica de pedágio e se comprometeu a investir R\$11,8 bilhões nas estradas ao longo dos próximos 30 anos.

“Finalizamos um conjunto robusto de leilões e agora será um novo momento para o Paraná. Nós chegamos até aqui sem nenhum obstáculo, conversando com todos, com transparência, e entregando resultados. A parceria Paraná - Brasil, com tarifa de pedágio, na média 50% menor do que era praticado no estado anteriormente é uma grande mudança”, comemorou o ministro Renan Filho.

O Pátria Investimentos assumiu em 2023 a concessão do Lote 1 das Rodovias Integradas do Paraná, oferecendo um desconto de pedágio de 18,25% para os usuários das rodovias BRs-277, 373, 376, 476 e PRs-418, 423 e 427.

“Para nós a aquisição do Lote 5 representa uma vitória valiosa, construída com anos de estudo. Essa conquista reafirma o nosso compromisso de investir em projetos de infraestrutura que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Estamos preparados para realizar melhorias nas rodovias, garantindo a segurança, conforto e eficiência aos usuários”, afirmou Thiago Bronzi, sócio do Pátria Investimentos.

“Hoje a gente encerra o ciclo do Paraná com esse sucesso, esse desconto tremendo. Parabéns ao ministro Renan Filho pelos recordes que vem batendo, tenho certeza de que o Pátria, que já faz um belo trabalho no Lote 1, vai fazer o mesmo no Lote 5”, afirmou o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos.

Os trechos deste lote cortam importantes regiões de produção agrícola, pecuária e industrial do Paraná, conectando o estado a parceiros comerciais estratégicos, como Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e também ao Paraguai.

“O Paraná já sofreu muito no passado, tendo o pedágio mais caro do Brasil, sem obras e com muitos escândalos de corrupção. Mas esses leilões de agora são a demonstração que quando você faz um projeto que não enganar a população, que tem estudo técnico, que leva em conta acima de tudo o planejamento, você consegue entregar um resultado que beneficia toda a nossa sociedade”, declarou o governador do Paraná, Ratinho Junior.



A série de leilões promovida pelo Governo Federal, em parceria com o Governo do Paraná, se consolida como o maior programa de concessões rodoviárias da América Latina. São mais de 3 mil quilômetros leiloados.

"A marca desse conjunto de leilões é a confiança. Não há negócio sem confiança e é por isso que nosso pipeline atrai tantos investidores", disse Renan Filho.

"Nós estamos bastante felizes, porque estamos cumprindo nosso objetivo. Nós vamos ver em 2029, 2030, o país receber de R\$ 50 a R\$ 60 bilhões de investimento por ano em suas estradas, dos quais R\$ 7 bi estarão sendo investidos no Paraná. Isso é fruto do nosso trabalho, realizado agora", finalizou o ministro dos Transportes.

Os recursos do Governo Federal destinados ao Paraná também dispararam nos últimos anos, passando de R\$208,2 milhões em 2022 para R\$422,9 milhões em 2025, um crescimento de mais de 100%.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 30/10/2025

NOVAS PONTES NA BR-265 IMPULSIONAM O DESENVOLVIMENTO NO SUL DE MINAS GERAIS

Estruturas entregues pelo Ministério dos Transportes tiveram investimento de R\$ 19,2 milhões e ficam localizadas nos municípios de Boa Esperança e Ilicínea



Travessias substituem antigas pontes metálicas e possuem 14,5 metros de largura, com faixas de rolamento, acostamentos e passagem para pedestres. - Fotos: Divulgação/DNIT

Como parte das ações para modernizar a infraestrutura rodoviária federal, o Ministério dos Transportes entregou duas novas pontes na BR-265, no Sul de Minas Gerais. Com investimento total de R\$ 19,2 milhões do Governo Federal, as estruturas substituem antigas pontes metálicas, a fim de ampliar a capacidade de tráfego e a segurança viária na região.

As obras, executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), estão localizadas nos municípios de Boa Esperança e Ilicínea. Ambas possuem 14,5 metros de largura e contam com faixas de rolamento, acostamentos e passagem exclusiva para pedestres.

A sinalização de segurança já foi implantada, e o tráfego de veículos ocorre sem restrições. Além de proporcionar mais fluidez, as obras também beneficiam diretamente o escoamento da produção agrícola e a mobilidade entre os municípios do Sul mineiro.

Importância regional

A BR-265 é uma via transversal com 916 quilômetros de extensão, que liga Muriaé (MG) a São José do Rio Preto (SP). Considerada uma das principais rodovias do Sul de Minas, a estrada tem papel estratégico para o transporte de café, batata e hortaliças, produtos que impulsionam a economia regional.

Com a entrega das novas pontes, o Governo Federal reforça a melhoria da infraestrutura de transportes em Minas Gerais, promove desenvolvimento logístico, redução de acidentes e integração entre os polos produtivos da região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 30/10/2025

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA DIAGNÓSTICO INÉDITO SOBRE ADESÃO DAS EMPRESAS ÀS PRÁTICAS ESG

Redação Portogente

Nos últimos dois anos, investimentos ambientais, sociais e de governança das empresas dos setores de portos, navegação e aeroportos somaram R\$ 1,2 bi e impactaram 11 milhões de brasileiros



Ministro Silvio Costa Filho lança o Diagnóstico de Sustentabilidade: portuário, navegação e aeroportuário (Foto: Vosmar Rosa/Mpor)

Os investimentos em iniciativas ambientais, sociais e de governança (ESG) das empresas dos setores portuário, de navegação e aeroportuário atingiram R\$ 1,2 bilhão entre os anos 2023 e 2024, impactando 11,3 milhões de brasileiros. A constatação é de uma pesquisa inédita, divulgada nesta terça-feira (28), em Brasília, e realizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) em parceria com a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

A pesquisa "Diagnóstico de Sustentabilidade: portuário, navegação e aeroportuário" revelou que as iniciativas ESG foram responsáveis pela geração de 120 mil empregos diretos. O levantamento faz um mapeamento da adesão às práticas ESG pelas empresas públicas e privadas dos setores logísticos e de infraestrutura, essenciais à economia brasileira para elevar a competitividade e alinhar o Brasil às agendas internacionais de sustentabilidade corporativa e climática.

Segundo o estudo, os resultados evidenciam a capilaridade das ações socioambientais, que envolvem desde projetos educacionais, de inclusão e capacitação profissional até programas de engajamento comunitário e comunicação.

Durante o evento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ressaltou o compromisso da pasta em integrar e promover práticas sustentáveis na infraestrutura portuária, hidroviária e aeroportuária brasileira, garantindo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social.

"Nós estamos profundamente felizes de, pela primeira vez na história do Brasil, estar ao lado da ATP e ao lado da CNT lançando o primeiro diagnóstico de sustentabilidade brasileira e, mais do que isso, lançando um planejamento estratégico que vai dialogar com a necessidade, cada vez maior, de incorporar a agenda ESG à agenda do Ministério (...). O Brasil tem, naturalmente, a grande oportunidade de avançar nessa pauta", afirmou o ministro.

O ministro ressaltou ainda que, com o diagnóstico feito, o desafio agora é avançar na descarbonização dos navios e no desenvolvimento do Combustível de Aviação Sustentável (SAF). "O Brasil pode, nessa próxima década, se transformar em um dos maiores exportadores do SAF para o mundo e, efetivamente, avançar como player mundial na transição energética".

Já o secretário executivo do Ministério, Tomé Franca, destacou a importância do trabalho para a criação de políticas públicas na área de ESG. "Essa é uma entrega importante, um documento que reúne não só um diagnóstico, mas que pode ser base para a formulação de políticas públicas

voltadas à ESG (...). É motivo de muito orgulho para todos nós que fazemos o Ministério estarmos associados a esse estudo e a essa entrega".

Para o presidente da ATP, Murillo Barbosa, a Política de Sustentabilidade, liderada pelo MPor, representa um avanço fundamental para consolidar a agenda de descarbonização e integrar de forma estruturada as práticas ESG no setor portuário, aeroportuário e de navegação. "Ciente da importância dessa transição, a ATP tem atuado, de forma técnica e colaborativa, mobilizando seus associados e contribuindo para que os terminais privados estejam preparados para os novos desafios e exigências globais".

A ATP reúne grandes empresas que congregam 72 terminais privados no país, atuando em áreas como agronegócio, mineração, siderurgia, petróleo e gás, contêineres e complexos logísticos.

Esta é a segunda etapa de um ciclo de ações do MPor voltado à consolidação da agenda ESG na logística nacional. A primeira etapa foi a elaboração da Política de Sustentabilidade, com orientações para ações governamentais, e a instituição do Pacto pela Sustentabilidade, marcos orientadores para a incorporação pela iniciativa privada de critérios ambientais, sociais e de governança, alinhados às melhores práticas internacionais.

"Nós conseguimos fazer uma política com dados, com técnica e não de uma percepção ideológica (...). E eu estou bastante feliz e emocionada, porque conseguimos fazer uma política pública que atingisse também o setor privado", comemorou Larissa Amorim, diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos.

Durante a COP30 em Belém, o MPor irá conceder os primeiros selos de reconhecimento às empresas e entidades que aderiram ao Pacto pela Sustentabilidade.

Setor Portuário

O levantamento junto às empresas do setor portuário revelou uma taxa média de adesão aos indicadores ambientais de 58,2%. Excluindo indicadores específicos para empresas com ações em bolsa, a taxa sobe para 75,1%, evidenciando espaço para ampliação e consolidação de práticas sustentáveis no segmento.

O setor foi o que realizou mais investimentos ambientais, totalizando R\$ 512,4 milhões nos últimos dois anos, puxados pelos Terminais de Uso Privado (TUP), com R\$ 290 milhões. Depois vêm os portos organizados, com R\$ 138 milhões, seguidos pelos arrendamentos, com R\$ 83 milhões.

Na dimensão social, os indicadores considerados incluíram ações de prevenção e combate ao assédio, promoção da equidade de gênero, engajamento comunitário e apoio a projetos sociais. As empresas do setor portuário somaram R\$ 225 milhões em investimentos sociais, sendo R\$ 181,6 milhões dos TUPs, R\$ 28 milhões das administrações portuárias e R\$ 15,9 milhões dos arrendamentos.

Empresas de Navegação

No setor de navegação, a pesquisa indicou taxa média de 56,43% de adesão aos indicadores ambientais. Com a incorporação gradual de combustíveis alternativos e tecnologias mais limpas, o potencial de sustentabilidade tende a se ampliar.

O eixo de governança concentrou o maior volume de investimentos das empresas de navegação, totalizando R\$ 40 milhões, superando os aportes ambientais (R\$ 17,8 milhões) e sociais (R\$ 14,1 milhões). Segundo a pesquisa, os investimentos ambientais devem crescer com as novas diretrizes da Organização Marítima Internacional (IMO), que estabelecem metas globais progressivas de descarbonização do setor marítimo.

Aeroportos

O segmento aeroportuário apresentou taxa média de 60% de adesão aos indicadores ambientais, impulsionado pelo fato de 100% das empresas possuírem projetos de descarbonização e licenças ambientais atualizadas. O setor investiu R\$ 138,4 milhões em iniciativas ambientais em 2023 e 2024.

As principais medidas de descarbonização envolvem a substituição progressiva de fontes fósseis por soluções de menor impacto, como sistemas elétricos de apoio a aeronaves, eletrificação de frotas operacionais e instalação de usinas fotovoltaicas. Muitas empresas já possuem planos de neutralidade de carbono até 2050 e certificações internacionais como o Airport Carbon Accreditation (ACA).

Com R\$ 195,8 milhões investidos, o eixo social concentrou o maior volume de aportes ESG no setor aeroportuário, com destaque para projetos sociais, canais de comunicação com a comunidade e iniciativas de combate ao assédio.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 29/10/2025

TCP É O PRIMEIRO TERMINAL PORTUÁRIO DO BRASIL A CONQUISTAR CERTIFICADO ISO 50001

Redação Portogente



Eficiência energética, inovação e sustentabilidade orientam a nova conquista

A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, conquistou a certificação ISO 50001 – Sistema de Gestão de Energia, tornando-se o primeiro terminal portuário do Brasil e um dos pioneiros na América Latina a alcançar o selo. A certificação reconhece organizações que aprimoram continuamente o desempenho energético, reduzindo consumo, desperdícios e emissões — um marco relevante em um setor responsável por mais de 80% do comércio global.

O projeto teve início em setembro de 2024, a partir de uma diretriz do grupo China Merchants Port (CMPort), maior e mais competitivo desenvolvedor, investidor e operador de portos públicos da China, que orientou todas as subsidiárias a buscar a certificação até o fim de 2025. Em apenas um ano, a TCP não apenas cumpriu a meta como passou a colher resultados concretos de eficiência energética.

Entre janeiro e agosto de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior, o Terminal registrou queda de cerca de 3 milhões de kWh no consumo de energia elétrica e redução de aproximadamente 100 mil litros de diesel, mesmo com aumento na movimentação de cargas.

Os resultados são fruto de investimentos estruturais, como a eletrificação de guindastes RTG, a substituição de empilhadeiras movidas a GLP por modelos elétricos, a aquisição de ônibus elétricos para transporte interno e campanhas internas de redução do consumo energético em áreas administrativas.

"A ISO 50001 consolida um novo modelo de gestão dentro da TCP, em que eficiência energética e sustentabilidade caminham juntas. Mostramos que é possível crescer reduzindo impactos e aprimorando continuamente nossos processos", afirma Washington Renan Bohnn, gerente de Recursos Humanos e Qualidade da TCP.

Gestão integrada e cultura de eficiência

O escopo da certificação envolveu 33 processos internos e exigiu ajustes técnicos, capacitação e engajamento coletivo. Para obtê-la, a TCP contou com uma consultoria especializada responsável pelo diagnóstico inicial e pela elaboração do plano diretor do Sistema de Gestão de Energia. A partir daí, o time de Qualidade, com o apoio das áreas operacionais, integrou o plano ao Sistema de Gestão Integrado (SGI) do Terminal, que já contempla as normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional).

Além disso, a TCP possui o certificado I-REC (International Renewable Energy Certificate), que garante que 100% da energia elétrica consumida é proveniente de fontes renováveis. Nesse sentido, a certificação ISO 50001 representa não apenas o reconhecimento técnico, mas também a consolidação de avanços em inovação e sustentabilidade implementados nos últimos anos.

"Os portos são pontos estratégicos da economia global — e quando um terminal do porte da TCP adota padrões internacionais de eficiência, todo o ecossistema logístico se torna mais sustentável e competitivo. A eficiência energética é hoje um valor estratégico e um passo essencial para consolidar o Terminal de Contêineres de Paranaguá como referência internacional em inovação e responsabilidade ambiental", conclui Kayo Zaiats, superintendente de meio ambiente da TCP.

Sobre a ISO 50001

A ISO 50001 é uma norma internacional que define requisitos para a criação de sistemas de gestão de energia baseados no ciclo PDCA (Planejar, Executar, Verificar e Agir). Ela certifica que a empresa possui políticas, metas, indicadores e auditorias regulares voltadas ao uso eficiente e sustentável da energia, promovendo a melhoria contínua do desempenho energético.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 29/10/2025

CABOTAGEM SE CONSOLIDA COMO ALTERNATIVA 90% MAIS LIMPA QUE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Redação Portogente

Cabotagem reduz em até 90% as emissões de CO₂ e reforça papel sustentável do Porto de Paranaguá



Terminal de Contêineres em Paranaguá, localizada no litoral paranaense — Foto: Divulgação/TCP

Um estudo desenvolvido pela Norcoast, empresa brasileira de navegação costeira, revela que a cabotagem pode reduzir em até 90% as emissões de gases de efeito estufa em comparação ao transporte rodoviário. A análise, que avaliou as operações de papel e celulose da Klabin, demonstra o potencial do modal marítimo como alternativa sustentável para a logística nacional.

Os embarques, realizados via Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), mostraram resultados expressivos. Somente em 2024, a cabotagem evitou a emissão de 12 mil toneladas de CO₂ — o equivalente à retirada de 2.600 veículos das ruas durante um ano ou ao plantio de 86 mil árvores. No acumulado de 2025 até agosto, já foram 7,7 mil toneladas de CO₂ evitadas.

"Acreditamos que a navegação costeira vai além de uma decisão logística — é uma escolha consciente por uma alternativa mais eficiente, que conecta, integra e transforma. Para além de otimizar a logística, buscamos diariamente repensar a integração dos diferentes meios, criando entregas mais eficientes e um futuro mais limpo."

— Stephano Galvão, Diretor de Operações da Norcoast



Atualmente, a Norcoast opera com quatro navios de até 3.500 TEUs de capacidade cada — todos com escala regular no TCP desde fevereiro de 2024. O Terminal de Contêineres de Paranaguá é hoje um dos principais elos da cabotagem brasileira, conectando exportadores e importadores às operações costeiras.

Segundo Carolina Merkle Brown, gerente comercial de armadores e de inteligência de mercado da TCP, “a cabotagem é uma solução logística sustentável, confiável e com custos competitivos. Desde o retorno desses serviços na TCP, em 2024, observamos um aumento expressivo na adesão de clientes e nos volumes movimentados”.

A Klabin ocupa a 4ª colocação no Brasil em movimentação de contêineres secos por meio da cabotagem, com mais de 20 mil TEUs movimentados em 2024. Apenas no Porto de Paranaguá, foram 3.500 TEUs transportados por este modal.

Impacto Ambiental — Cabotagem x Rodovia

- Redução de emissões: até 90% menos CO₂
- Emissões evitadas em 2024: 12 mil toneladas
- Equivalência: 2.600 veículos a menos nas ruas
- CO₂ evitado até ago/2025: 7,7 mil toneladas

De acordo com Roberto Bisogni, diretor de Planejamento Operacional e Logística da Klabin, “adotamos a cabotagem como parte da nossa estratégia logística por unir duas características essenciais: eficiência operacional e sustentabilidade. Utilizamos este modal para abastecer unidades no Norte e Nordeste, reduzindo custos e emissões”.

Da terra ao mar: integração ferroviária e eficiência

A sustentabilidade também está presente no transporte terrestre da cadeia logística. Desde 2021, a Klabin utiliza o corredor ferroviário KBT para movimentar papel e celulose entre a Unidade Ortigueira (PR) e o Terminal de Contêineres de Paranaguá, uma distância de 380 km. O projeto é fruto da parceria entre Klabin, Brado Logística e TCP.

O terminal, conectado diretamente à ferrovia operada pela Brado, é o único da Região Sul com ligação entre a zona alfandegada e a malha ferroviária, o que garante agilidade e menor impacto ambiental.

Corredor Intermodal Klabin–TCP

- Extensão: 380 km (Ortigueira–Paranaguá)
- Capacidade produtiva: 2,5 milhões de toneladas/ano
- Modal ferroviário: Brado Logística
- Integração direta: Fábrica Klabin ↔ TCP

Cabotagem cresce e reforça papel estratégico de Paranaguá

No primeiro semestre de 2025, o TCP registrou uma movimentação de 44.714 TEUs nos serviços de cabotagem — alta de 71% em relação ao mesmo período de 2024. O crescimento reflete a integração do modal na cadeia logística e a infraestrutura diferenciada do terminal.

Com o maior pátio de contêineres refrigerados da América do Sul — 5.268 tomadas —, o TCP atrai clientes do agronegócio, especialmente do setor de carnes. Produtores do Paraná utilizam a cabotagem para alcançar novas regiões do Brasil com menor custo e maior previsibilidade.

Infraestrutura TCP — Destaques

- Maior pátio reefer da América do Sul: 5.268 tomadas

- 40 guindastes RTG e 69 terminal tractors (TT)
- Conexão ferroviária direta e serviços logísticos integrados
- Retroárea com armazéns e apoio intermodal

"Nossa estrutura permite atender diferentes setores produtivos — de cargas refrigeradas a papel e celulose. Ao fortalecer a cabotagem, oferecemos um modal que alia sustentabilidade, redução de custos e menor risco logístico", completa Carolina Merkle Brown, da TCP.

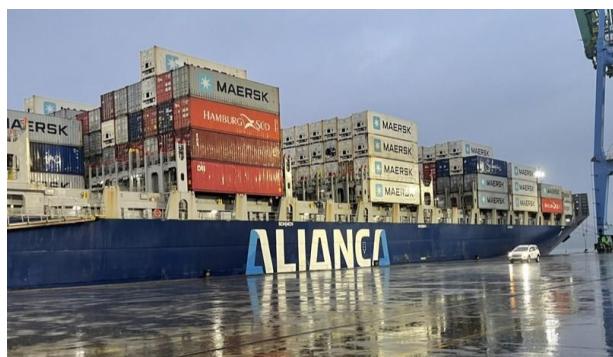
Fonte: Portal Porto Gente

Data: 29/10/2025

PORTO DE IMBITUBA REGISTRA 100^a ATRACÃO DO PORTA-CONTÊINERES BARTOLOMEU DIAS

Redação Portogente

Navio Bartolomeu Dias, da Aliança Navegação e Logística, celebra 100^a atracação no Porto de Imbituba e reforça parceria entre porto, armador e operadores locais



Navio Bartolomeu Dias, da Aliança, em sua 100^a atracação no Porto de Imbituba - Foto: Divulgação

O navio porta-contêineres Bartolomeu Dias alcançou, em outubro, um marco histórico: sua 100^a atracação no Cais 2 do Porto de Imbituba. A embarcação integra a linha de cabotagem (transporte marítimo entre portos do mesmo país) ALCT2, operada pela Aliança Navegação e Logística, que realiza escalas semanais no complexo portuário, conectando a Região Sul ao Nordeste do Brasil.

Para celebrar a ocasião, o diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Christiano Lopes de Oliveira, entregou uma placa comemorativa ao comandante do navio, Marcelo Laurindo Julião, durante cerimônia a bordo da embarcação.

"Essa conquista evidencia a importância do Porto de Imbituba na logística marítima brasileira e sua contribuição para o fortalecimento da economia catarinense."

— Christiano Lopes de Oliveira, diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba

A homenagem contou com a presença da tripulação, da equipe de Operações da Autoridade Portuária e de representantes da Agência Marítima Imbituba (AMI), responsável pelo atendimento ao navio. Com 254,90 metros de comprimento LOA (comprimento máximo de um navio, na sigla em inglês) e 37,4 metros de boca (largura), o Bartolomeu Dias navega sob bandeira brasileira e tem capacidade para transportar até 4.848 TEUs (contêineres de 20 pés).

No Porto de Imbituba, o navio cumpre um papel estratégico no escoamento de cargas relevantes para a economia regional, como o arroz e a cerâmica produzidos no sul de Santa Catarina. A frequência semanal da linha ALCT2 fortalece a conectividade entre os terminais catarinenses e os principais polos econômicos do país.

Dados Técnicos — Navio Bartolomeu Dias

- Comprimento: 254,90 metros
- Largura (boca): 37,4 metros
- Bandeira: Brasil
- Capacidade: 4.848 TEUs
- Linha de cabotagem: ALCT2

Para a presidente da Aliança Navegação e Logística, Luiza Bublitz, o momento simboliza a força da cooperação entre porto, armador e operadores locais. Segundo ela, “a cabotagem é um pilar estratégico da matriz logística do Brasil, especialmente na integração entre a região Sul e outras regiões do país. A Aliança se orgulha em comemorar a centésima atração do Bartolomeu Dias no Porto de Imbituba. Esse marco reforça a confiança mútua entre a companhia, o porto e nossos parceiros e clientes”.

Ela acrescenta que “esse feito destaca a posição estratégica de Santa Catarina no cenário logístico nacional e contribui diretamente para o crescimento das cadeias produtivas locais, fundamentais para o desenvolvimento da região”.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 29/10/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – BIOCOMBUSTÍVEIS E A SUSTENTABILIDADE NO SETOR DE TRANSPORTES

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O painel sobre biocombustíveis no Fórum Brasil Export nessa quinta-feira, dia 30, em Brasília (DF), reforçou um consenso: o Brasil tem todas as condições para ser o protagonista global da nova fronteira da transição energética. Esse cenário foi destacado pelos participantes – tanto a representante do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), como a da companhia de energia Acelen – que, ainda, enfatizaram a importância de uma ação coordenada entre o setor público e a iniciativa privada para transformar o potencial em realidade.

A coordenadora geral de Sustentabilidade do MPor, Rafaela Gomes, detalhou a preparação do Governo para formular diretrizes que apoiem a transição, citando a elaboração do plano clima mitigação e do caderno da taxonomia sustentável brasileira. Este último documento, voltado a ser um guia para o financiamento verde, demonstra um esforço em direcionar o capital para a produção e compra de combustíveis mais sustentáveis para aviação e navegação.

A importância de o Governo definir suas políticas públicas relacionadas aos biocombustíveis de forma célere é o ponto de inflexão para o avanço desse mercado. A clareza regulatória e a previsibilidade são essenciais para que autoridades e a iniciativa privada possam desenvolver esse setor, que é estratégico para a economia e a política internacional brasileira. O caso da Acelen, que anunciou um projeto único de solução integrada, com foco na produção de SAF a partir da macaúba, comprova que o setor privado está pronto para investir em larga escala, desde que haja um marco regulatório seguro e mandatos robustos.

A gerente Maíra Krohling, da Acelen, reforçou que os investimentos privados serão impulsionados pela consolidação de marcos políticos regulatórios que demandam soluções de baixo carbono. A velocidade da regulamentação é o fator que ditará o ritmo da atração de capital e da construção de novas biorrefinarias.

O debate também revelou desafios. Alexandre Arnone, do Instituto Global ESG, alertou para a necessidade de políticas públicas que deem assistência efetiva aos pequenos agricultores, que enfrentam dificuldades no acesso a informações e recursos para o cultivo das oleaginosas utilizadas na produção dos biocombustíveis. A transição energética deve ser justa e inclusiva, garantindo que os benefícios do crescimento cheguem à base da cadeia produtiva. É crucial que o guia de finanças do Governo inclua mecanismos que simplifiquem o acesso a crédito e assistência técnica para o pequeno produtor.



O Brasil tem uma matriz energética que já é majoritariamente renovável, mas o desafio agora é estender essa sustentabilidade para o setor de transportes, um dos maiores emissores de gases do efeito estufa (GEE). A definição célere das políticas de biocombustíveis garantirá que o País cumpra suas metas climáticas e se posicione como um fornecedor global de soluções energéticas sustentáveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

NACIONAL - HUB - CURTAS - BRASIL APRESENTA BIOCOMBUSTÍVEL 100% SUSTENTÁVEL COM POTENCIAL PARA SUBSTITUIR O DIESEL

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NOVO BIOCOMBUSTÍVEL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, conheceram nesta quinta-feira (30/10) o BeVant. Trata-se de um biocombustível 100% sustentável, desenvolvido no Brasil, com potencial para substituir o diesel e o biodiesel em ônibus e caminhões. A iniciativa está alinhada às diretrizes do programa Mover e da Nova Indústria Brasil (NIB).

TESTE NA ESTRADA

Lula e Alckmin receberam, em frente ao Palácio do Planalto, a caravana “Rota Sustentável COP30 – Do Sul ao Norte com Energia Renovável”. A expedição partiu de Passo Fundo (RS) e tem Belém do Pará como destino final, em um percurso de mais de 4 mil quilômetros. A caravana utiliza dois ônibus e dois caminhões, sendo que metade da frota é movida a BeVant e a outra metade a B15 (diesel com 15% de bio). O objetivo é comparar o desempenho dos motores Euro 6 com os dois tipos de combustível. As medições estão sendo auditadas durante a viagem pelo Instituto Mauá de Tecnologia.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Durante a recepção, o presidente Lula destacou a importância da transição energética para o desenvolvimento sustentável do país. “O Brasil vai ser o país mais perfeito do ponto de vista da transição energética no mundo”, declarou.

NA BOLEIA

O ministro dos Transportes, Renan Filho, já decidiu como irá à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que ocorrerá em Belém no próximo mês. Ele sairá de Brasília e chegará à capital do Pará em um caminhão. O objetivo é demonstrar o compromisso do Governo com o transporte sustentável e, ao mesmo tempo, inspecionar obras federais ao longo da rodovia Belém-Brasília. A jornada deve durar cerca de seis dias, com paradas programadas nos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará.

NOVA PONTE

Renan Filho afirmou que pretende acompanhar de perto o avanço das obras e visitar o município de Estreito (TO), onde uma ponte que liga o Tocantins ao Maranhão desabou há quase um ano. A previsão é que a nova estrutura seja entregue em novembro, antes do início da conferência climática. O ministro destacou que todas as emissões de carbono da viagem serão compensadas, reforçando o caráter sustentável da ação.

HOSPEDAGEM GARANTIDA

Questionado em tom de brincadeira sobre os desafios de hospedagem em Belém, Renan Filho revelou ter sido convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para se hospedar no navio da Marinha, que servirá de base para a comitiva oficial do governo durante o evento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - EMPRESAS CELEBRAM O RECONHECIMENTO APÓS PREMIAÇÃO NAVEGUE + BRASIL

Foi a primeira edição do prêmio que reconheceu o desempenho das empresas de navegação brasileiras

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH**



O Prêmio Navegue + Brasil contemplou 11 categorias com base em dados oficiais da Antaq e de entidades representativas do setor

A celebração do prêmio Navegue + Brasil, realizada ontem (29) em Brasília pelo Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com o Grupo Brasil Export, foi marcada por homenagens e despedidas. Foi a primeira edição do prêmio que reconheceu o desempenho das empresas de navegação de cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário.

A premiação contemplou 11 categorias, baseadas em critérios técnicos e dados oficiais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e de entidades representativas do setor.

Um dos ganhadores foi a Camorim Serviços Marítimos, representada pelo diretor Plínio Sales. O prêmio foi de Maior Incremento de Frota Brasileira na Navegação de Apoio Portuário em Termos de TTE.

Para Camorim ter feito esse investimento em novas embarcações significa o início de uma fase de crescimento da empresa. Foram alguns anos para realizar investimentos de novas embarcações e esse novo programa traz pra gente a perspectiva de novos portos crescimento no Brasil e de novos investimentos ou seja construirmos cinco embarcações que foram entregues nos últimos meses e pretendemos a partir do próximo ano investir em novas embarcações em estaleiros nacionais de construção nacional e com o apoio das instituições financeiras nacionais também", disse Plínio Sales.

A Aliança Navegação e Logística recebeu os prêmios de Maiores Quantidades de Cargas Transportadas na Navegação Interior I Categoria Geral; e Maiores Quantidades de Cargas Transportadas na Navegação de Cabotagem I Carga Conteinerizada.

"O prêmio traz a luz daqueles que tem um modal mais eficiente, um modal que descarboniza, que emite quatro vezes menos do que o caminhão. A Aliança é pioneira, 75 anos na cabotagem, então ela é uma empresa que há anos é brasileira e ela luta pelo Brasil melhor. Eu acho que é a representatividade um destaque para dar mais eficiência", declarou Felipe Cassab, diretor da Aliança.

Ano positivo

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, disse que o ano de 2025 foi positivo para o setor aquaviário, com acréscimo da frota brasileira, da cabotagem e da navegação interior.

Dino reconhece que o segmento enfrenta desafios, mas as empresas, nas palavras dele, "estão, no dia a dia, batalhando, e conseguindo fazer com que o setor avance e alcance vitórias. Nós premiarmos essas vitórias é fundamental, não conseguimos premiar todas as empresas, mas a gente conseguindo pinçar algumas delas, mostrar que o setor é pujante, tem muito a se desenvolver ainda, e que é feito por pessoas que trabalham muito pelo bem do Brasil", afirmou.

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, destacou que é importante fazer o reconhecimento das empresas e instituições que desempenham trabalhos de excelência dentro do contexto de desafios e mudanças impostos ao setor.

"A navegação de interior é um setor importante e que tem muito a crescer, um setor que precisa, realmente, de estímulos. Este prêmio acaba trazendo uma disputa saudável entre as empresas, então essa é a nossa expectativa. Estamos felizes com a realização do primeiro prêmio, e com certeza ano que vem será um prêmio ainda muito maior", concluiu Julião.



Anúncios

O líder da pasta, Silvio Costa Filho, usou parte de seu discurso para fazer dois anúncios: a saída do secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, que será nesta sexta-feira, 31; e a chegada de Otto Burlier, diretor do Departamento de Navegação e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos para ocupar a cadeira.

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, disse que a navegação de interior tem muito a crescer e precisa de estímulos

"Eu tenho certeza que ele [Otto] vai dar continuidade ao belo trabalho que o nosso Dino ia fazendo, ele vai trazer a sua juventude, a sua energia, o seu espírito público, para dar essa bela contribuição ao Brasil. O setor [de navegação] tem pressa, e a gente precisa destravar essas concessões hidroviárias que são fundamentais para o Brasil", respondeu o ministro ao BE.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - BE ACADEMY: INSTITUIÇÃO VAI ATUAR NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SETOR

Grupo Brasil Export firma parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e University College London para MBA

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redebenews.com.br



Ao final da apresentação do professor Carlos Nascimento, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, assinou o acordo de cooperação com a UCL, consolidando a parceria

O Grupo Brasil Export firmou uma parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e a University College London (UCL) para a criação do BE Academy. O anúncio foi feito durante o Fórum Brasil Export Infraestrutura 2025, em Brasília (DF), na quarta-feira.

A parceria é focada na área de educação e envolve a criação do primeiro programa de MBA Internacional em ESG. O professor honorário associado da UCL, Carlos Nascimento, que integra o Departamento de Construção e Infraestrutura da instituição britânica, explicou que a ideia do curso é fortalecer a área de capacitação e destacou que a BE Academy vai ajudar na estruturação técnica e acadêmica, além da divulgação do programa.

"O ESG é um tema que tem permeado uma série de discussões, políticas públicas e ações práticas no setor de infraestrutura em todas as suas vertentes. Nós sabemos que o setor de infraestrutura vem sendo historicamente contestado nessa temática, mas ao mesmo tempo é um dos setores que

mais têm dado reação com proposições práticas para se fazer as políticas de ESG, seja nas empresas ou com políticas públicas”, afirmou o professor.

Ele ressaltou que o objetivo é montar um programa que equilibre as pautas do ambiental, social e governança, incluindo a possibilidade dos alunos se especializarem em cada uma das letras que compõem a sigla do ESG.

O curso terá uma carga horária de 420 horas. A maior parte desse tempo será em videoaulas, visando trazer mais acessibilidade e flexibilidade regional aos alunos. Mas Nascimento afirma que o curso não será totalmente à distância.

“Teremos encontros presenciais e algumas atividades ao vivo, online, que ficam gravadas na nossa plataforma EAD. Também temos o módulo internacional em Londres, na própria UCL”, ressaltou.

Ao final da apresentação do professor, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, assinou o acordo de cooperação com a UCL, consolidando a parceria.

Mais informações sobre a capacitação e inscrições serão anunciadas em breve.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - PAINEL FINAL DO BRASIL EXPORT APONTA OPORTUNIDADES BRASILEIRAS NO MERCADO GLOBAL

Setores como SAF, tecnologia e infraestrutura surgem como foco de investidores estrangeiros, em debate sobre políticas para o desenvolvimento regional e nacional

Por PATRÍCIA FAHLSBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br

O painel ‘Políticas para o desenvolvimento do comércio internacional voltadas para avanços econômicos regionais e nacionais’ encerrou o terceiro e último dia do Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura, realizado pelo Grupo Brasil Export, nesta quinta-feira, 28 em Brasília. O debate foi mediado por Bruno Merlin, diretor de comunicação do Grupo BE, e contou com as exposições de Patrícia Gravina, diretora de programa da Secretaria Adjunta de Infraestrutura Econômica; Paola Comin, coordenadora de relações internacionais do Instituto Global ESG, e membro efetivo do BRICS Women’s Business Alliance (WBA); e de Beto Marins, secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, e ex-senador.

Paola trouxe para a roda de conversa o feedback de sua recente viagem à China: o interesse de uma empresa do setor aeroportuário de operar no Brasil para estabelecer um novo hub no segmento.

“O Brasil, por ser um país continental, possui um amplo leque de oportunidades. Muitas vezes, no lugar de fechar um acordo ou contrato governamental, nosso país tem como alternativa firmar parcerias nos âmbitos estadual ou municipal, já que cada lugar tem uma peculiaridade, uma oportunidade atrativa e diferente para cada tipo de interesse em investimento”, analisou.

Paola citou algumas áreas de atração de investimentos, como de biocombustíveis, transportes, produção de alimentos, tecnologias, e as iniciativas alinhadas à sustentabilidade, tema que vem ganhando mais holofotes em função da proximidade da COP30, Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima a ser realizada em novembro no Pará.

“Qualquer país que vier procurar o Brasil encontra aqui um ponto de negócio com alto potencial de rentabilidade. A China mesmo tem alto interesse nos investimentos em SAF [combustível sustentável de aviação]. Nosso país ocupa posição de protagonismo na questão de reaproveitamento de recursos. Mesmo com contratempos, como o tarifaço, estamos renovando as parcerias comerciais e fortalecendo vínculos em diferentes setores”, afirmou Paola.



O painel “Políticas para o desenvolvimento do comércio internacional voltadas para avanços econômicos regionais e nacionais” encerrou o último dia do Brasil Export Infraestrutura

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - “LOGÍSTICA TORTA, CARA E POLUENTE”, DIZ DIRETOR DA CNT AO CRITICAR PLANEJAMENTO DE CURTO PRAZO

Para Valter Souza, país paga preço alto por falta de investimento de longo prazo em infraestrutura

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O painel “Infraestrutura de transportes: financiamento, regulação e soluções logísticas para o setor produtivo” abordou a necessidade de maior integração

Os investimentos em infraestrutura no Brasil têm sido planejados para um retorno mais imediato e o setor tem pago caro por isso. A análise é do diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Valter Souza, que falou durante o painel ‘Infraestrutura de transportes: financiamento, regulação e soluções logísticas para o setor produtivo’, na programação do último dia do Fórum Brasil Export Infraestrutura 2025, ontem, em Brasília (DF).

O diretor afirmou que o setor não tem cumprido o dever de casa ao não se comprometer com investimentos a longo prazo. “Nós insistimos nos últimos 20, 30 anos, em fazer da infraestrutura um projeto de curto prazo. Estamos pagando o preço disso hoje. É o preço de uma logística torta, cara e poluente”, salientou.

Segundo Souza, a infraestrutura brasileira não consegue ver um projeto de longo prazo que dê garantia de que os investimentos no setor terão continuidade, e destacou que mudanças em pastas estratégicas do governo federal não podem ser impeditivos para o planejamento dos próximos anos, lembrando da possível saída de ministros em 2026. “Qual a garantia de que o Plano Nacional de Logística (PNL), projetado até 2050, será implementado?”, questionou o diretor.

Proposta

Souza ainda falou sobre a necessidade de pensar os projetos de maneira estratégica para promover a mudança no perfil de transporte de carga do país. Ele anunciou que a CNT vai apresentar uma proposta para essa transição durante a COP30, Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas que acontece em novembro, em Belém (PA).

A ideia é reduzir o custo do transporte e as emissões. "Se aumentarmos a participação da ferrovia e da hidrovia, nós vamos reduzir o frete, no mínimo, em 20%, e vamos diminuir a emissão de gás carbônico na atmosfera. Temos que ter esse compromisso, senão daqui a dez anos estaremos aqui de novo lamentando um perfil de transporte extremamente diferente da realidade" afirmou.

Integração

Para o diretor geral da Andreani Brasil, Fernando Corrêa, essas soluções no setor de logística e infraestrutura do país passam por uma maior integração dos diferentes processos da cadeia. "Agente olha a questão de armazém, transporte e tributação separados. Temos que começar a pensar num processo holístico para nossa estrutura no Brasil. Aí, vamos começar a buscar eficiência, olhar a parte de TI, tributária, para resolver nossa infraestrutura", salientou.

O diretor de Planejamento Estratégico e Projetos da VLI, Ângelo Stradioto, afirmou que essa integração precisa ser feita a partir de uma regulação mais unificada no setor, para que a gestão e os investimentos também sejam integrados.

"Quando a gente fala sobre as transições de modais que queremos, como a do rodoviário para o ferroviário, isso passa por integração, que passa por habilitar formas de investimentos, que passa por uma regulação mais flexível. Precisamos avançar nessa linha", pontuou.

Transição de perfil

O Gerente Executivo Corporate do Banco da Amazônia, Luiz Lourenço, corroborou com o argumento de financiamentos integrados em infraestrutura, com o propósito de transição no perfil de transporte.

Ele ressaltou que muitos projetos ainda chegam para serem financiados de forma individual, o que é um desafio, mas frisou que a mudança por outros modais além do rodoviário ainda deve levar tempo no Brasil.



Diretor de relações institucionais da CNT, Valter Souza disse que mudanças no governo federal não podem ser impeditivos para o planejamento

"Temos que integrar todos os meios para conseguir lograr essas soluções. A gente tem olhado a cadeia logística do negócio para buscar parcerias. Discutimos onde isso vai agregar e tentar realizar eventos, reuniões e rodadas de negócios para atrair toda a esfera dos vários

meios de transporte que vão participar desse processo para que a gente traga isso pro jogo e todo mundo participe", concluiu Lourenço.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - BRASIL PRECISA DECIDIR SE SETOR AÉREO CRESCE OU ENCOLHE, DIZEM AUTORIDADES

Em 2023, o Brasil possuía 153 localidades atendidas por transporte aéreo; em 2025 caiu para 135; painel debateu o cenário

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebene.com.br



O cenário atual e de futuro da aviação civil foi debatido no painel “Estratégias para o desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil”

O Brasil enfrenta uma escolha sobre o futuro do transporte aéreo. O país pode colocar o setor numa rota de crescimento sustentável ou seguir no movimento de encolhimento dos últimos dois anos. “Nós estamos num momento sobre seguir adiante com um conjunto de reformas regulatórias que deem segurança jurídica e atraiam novos atores para o mercado, ou se nós seguiremos no movimento dos últimos dois anos, em

que as empresas começaram a enxugar a sua malha, diminuir a conectividade e a quantidade de localidades atendidas”, afirmou o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Ramos Longo.

Ele avaliou o cenário durante sua participação no painel “Estratégias para o desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil”, exposto no Fórum Brasil Export, ontem, em Brasília.

O país que possui 153 localidades atendidas por transporte aéreo regular em 2023 caiu para 135 neste ano. Porém, o mercado de transporte aéreo transportou cerca de 118 milhões de passageiros em 2024, valor próximo ao de 2019.

Diante deste cenário, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) prepara um conjunto de alterações normativas. A apresentação ao Poder Legislativo ocorre nas próximas semanas. As mudanças visam destravar gargalos estruturais do setor e colocar a aviação comercial numa rota de crescimento sustentado.

O governo pretende aprovar a lei de cabotagem no Congresso Nacional, a medida permite que empresas estrangeiras operem em pernas domésticas e testem o mercado brasileiro. O Ministério ainda lança em novembro uma nova carteira pública de investimentos em aeroportos regionais.

“Não é responsabilidade do ministério reduzir preço de passagem. Mas é trabalho definir uma política regulatória que dê segurança jurídica às empresas aéreas e, se possível, atrair novos competidores para o mercado”, disse o secretário.

O órgão trabalha para permitir multiplicidade de modelos de negócios no mercado nacional. A estratégia busca alcançar diferentes perfis de consumidores, desde sensíveis a preço até consumidores com disposição a pagar por serviços adicionais, explicou Daniel.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Juliano Noman, defendeu a multiplicidade de produtos. As empresas aéreas lançaram uma quarta classe tarifária como resultado da competição com empresas low cost que entraram no mercado.

Essas empresas abriram rotas que não eram atendidas pelas empresas tradicionais, como Chile e Foz do Iguaçu, Santiago e Salvador. As empresas tradicionais criaram a quarta opção tarifária para competir.

O sócio-diretor da Abaeté Aviação, Tiago Tosto, alertou para os impactos na aviação regional. “Quando a gente libera um adicional de bagagem, de carga livre, a gente vai ter que abrir mão de combustível e vai ter que reabastecer essas aeronaves nos destinos remotos, que o combustível às vezes é três vezes mais caro”, disse Tosto.

Cada quilo colocado dentro de um avião numa base da empresa custa por volta de quatro a cinco reais. Num destino remoto, esse quilo de combustível pode custar até doze reais.

Crítica

Já o CEO da Aeroportos do Brasil (ABR), Fábio Rogério Carvalho, criticou a construção de narravas. AABR representa 59 aeroportos federais concedidos, o que equivale a 93% dos passageiros transportados e Saulo Cruz 99% das cargas.

“Eu acredito que a gente tem sofrido, no país em vários aspectos, e na nossa indústria não é diferente, um desafio da narrava versus verdade”, disse Carvalho. “A sociedade precisa entender que em cada escolha existe renúncia. Nós estamos escolhendo não ter as opções que estavam postas, nós estamos escolhendo ao mesmo tempo pagar mais caro daquilo que eu não posso escolher e afastar quem poderia me oferecer um serviço melhor e mais barato”, disse o CEO.



O secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Ramos Longo, falou sobre a necessidade de uma política regulatória que dê segurança jurídica às empresas aéreas

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - INVESTIMENTOS EM FERROVIAS AVANÇAM, MAS SETOR COBRA REGULAÇÃO E INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA

Executivos também destacaram a importância de integrar os trilhos aos portos do país

Por JÚNIOR BATISTA redacao.jornal@redebenews.com.br



Os gargalos das ferrovias apesar dos investimentos foram debatidos no painel “Sistemas ferroviários de acesso aos portos brasileiros e ações para ganhos de produtividade”

Os sistemas ferroviários brasileiros vivem o maior ciclo de investimentos da história recente, mas ainda enfrentam gargalos de financiamento,

regulação e integração logística com os portos. A avaliação foi unânime entre os debatedores do painel “Sistemas ferroviários de acesso aos portos brasileiros e ações para ganhos de produtividade”, realizado durante o Fórum Nacional Brasil Export, nesta quinta-feira (30), em Brasília.

O diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Davi Barreto, destacou que 2023 e 2024 representam um marco histórico em volume de investimentos ferroviários, demonstrando amadurecimento do setor. “Estamos diante de um ciclo duradouro de obras e aportes expressivos, mas ainda precisamos resolver a questão central: o financiamento. Investir em ferrovia significa falar em bilhões — e precisamos recolocar a ferrovia no orçamento da União”, afirmou.

Barreto também defendeu o aperfeiçoamento do modelo regulatório e a criação de um fundo estruturado para o setor, desde que garanta previsibilidade e segurança jurídica.

Na mesma linha, o presidente-executivo do Instituto Besc de Infraestrutura e Logística (IBI), Mário Povia, apontou que o alto nível de judicialização ainda é um entrave à expansão da malha ferroviária. "Temos sensibilidade crescente sobre a necessidade de um marco regulatório estável. As prorrogações antecipadas da Vale e da Rumo são exemplos positivos, assim como os avanços da Transnordestina. Mas precisamos tratar de temas como a Ferrogrão com mais objetividade. Enquanto discutem-se projetos de integração com o Pacífico no exterior, seguimos com dificuldades internas", pontuou.

A diretora regulatória e institucional da Hidrovias do Brasil, Mariana Pescatori, trouxe o debate da sustentabilidade para o centro da discussão, lembrando que o transporte responde por 11% das emissões de gases de efeito estufa do país. "Ferrovias e hidrovias são essenciais para reduzir custos e emissões".

Já o vice-presidente do Instituto Brasil Logística (IBL) e diretor-executivo do Sopesp, Ricardo Molitzas, destacou que o agronegócio será o principal teste da capacidade logística do país na próxima década. "A produção de soja, milho e açúcar deve crescer em 80 milhões de toneladas nos próximos dez anos", alertou.

Fechando o painel, o diretor presidente da Federação dos Operadores Portuários (FIPS), João Almeida, ressaltou que o ganho de eficiência não pode desconsiderar a relação porto cidade. "O equilíbrio entre produtividade e sustentabilidade urbana é essencial", observou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - FALTA DE INFRAESTRUTURA NOS PORTOS AUMENTA CUSTOS E GERA ATRASOS

Painel destacou como a transição de modais e multimodalidade podem eliminar gargalos logísticos e melhorar cenário

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br

A necessidade de melhorias na infraestrutura portuária nacional foi o destaque do painel "Estratégias de investimento em infraestrutura como pilar para o crescimento da agroindústria", exposto nesta quinta-feira (30), no último dia do Fórum Brasil Export, em Brasília. Os participantes citaram os problemas encontrados nos portos, os custos logísticos pagos pelos donos de cargas, além de soluções que podem vir da multimodalidade.

O diretor-técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Eduardo Heron, afirmou que os donos de cargas, em especial o café, seguem tendo problemas com atrasos e aumento relevante de custos em razão da infraestrutura precária dentro dos portos. "Nosso problema principal é o porto. Olhando o fluxo da carga, ela precisa chegar nos portos e entrar nos terminais, mas isso não está consolidado ainda. A questão portuária é importante porque é por onde se consolidam os processos de embarques. Os índices de atrasos nos navios nos portos refletem no aumento dos custos", analisou.

O executivo do Cecafé destacou ações de diálogo com entes privados e agentes públicos visando dar maior celeridade aos processos logísticos das cargas que passam pelos portos brasileiros. "Hoje, dado o crescimento da carga (movimentação), entendemos que, por exemplo, as ferrovias têm um papel importante porque elas mudam a dinâmica dos portos, fazendo com que as cargas entrem e saiam mais rápidas dos complexos portuários, e é disso que precisamos. Precisamos repensar modelos e termais integração dos modais logísticos para evitar gargalos", disse.

Representando a Infra S.A., o superintendente de Governança e Estratégia, Rodrigo Lemos Arteiro, citou o papel da autarquia na realização de projetos em infraestrutura, seja no setor portuário ou

rodoviário. "Nós entendemos as críticas do setor privado, do setor produtivo, mas temos que pensar que muita coisa vem evoluindo dentro de uma realidade do país que ainda carece de muitos avanços".

Arteiro destacou o Plano Nacional de Logística (PNL) e os investimentos previstos em modais de transportes a fim de garantir boa logística, eliminar gargalos e também atuar de forma benéfica ao meio ambiente. "Nosso Plano Nacional de Logística pensa na multimodalidade como ferramenta para destravar gargalos, mas também para permitir a redução de emissões e fazer uma transição de modais, que seria o melhor contexto para o país. A gente vem de uma realidade muito pior, mas estamos tendo avanços importantes", finalizou.



A necessidade de melhorias na infraestrutura portuária foi o destaque do painel "Estratégias de investimento em infraestrutura como pilar para o crescimento da agroindústria"

O painel contou ainda com a participação do secretário nacional de Hidrovias, Dino Antunes Basta. A moderação foi feita pela jornalista e diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export, Núria Bianco.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

BRASIL EXPORT - GOVERNO APOSTA EM BIOCOMBUSTÍVEIS COMO VETOR DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Representante do Ministério de Portos e Aeroportos diz que a pasta estuda diretrizes para impulsionar a produção e o uso de combustíveis sustentáveis

Por PATRÍCIA FAHLSBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br



Especialistas falaram sobre transição energética durante o painel "Os biocombustíveis como vetores de descarbonização no setor de transportes", dentro do Fórum Brasil Export

"Os biocombustíveis são a nova fronteira da transição energética, e o Brasil tem possibilidade de ser protagonista!". A declaração é da coordenadora geral de

sustentabilidade no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Rafaela Gomes, que deu entrevista ao BE News nesta quinta-feira, 30, terceiro e último dia do Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura, evento promovido pelo Grupo Brasil Export, em Brasília. A representante do MPor participou do painel 'Os biocombustíveis como vetores de descarbonização no setor de transportes', e disse que a pasta está se preparando para formular diretrizes de políticas públicas que deem condições à transição energética, por meio do apoio aos produtores, às infraestruturas portuárias e aeroportuárias, e que o país anja o patamar de liderança nesse período de mudanças estruturais nas matrizes energéticas.

"O governo elaborou dois documentos importantes, o plano clima mitigação, que vai ser nosso guia orientativo das ações que o governo vai tomar para atingir a redução das emissões de gases de efeito estufa, e nesse documento constam ações voltadas diretamente para o uso dos

biocombustíveis. Também estamos trabalhamos na elaboração do caderno da taxonomia sustentável brasileira, que vai ser um guia de finanças para o financiamento verde, sustentável, e esse guia também tem linhas específicas para a produção de biocombustíveis, para a compra de combustíveis mais sustentáveis para aviação e para navegação”, adiantou Rafaela.

O painel foi mediado pelo diretor-geral da Rede BE News, Leopoldo Figueiredo. No dispositivo principal, além de Rafaela Gomes, estavam Maira Krohling, gerente de certificação da Acelen, e Alexandre Arnone, presidente do Instituto Global ESG. Ao BE News, Maíra afirmou que o Brasil tem uma “imensa vocação para a produção de biocombustíveis”. Ela detalhou o case da Acelen sobre o tema do painel.

“Nosso país tem o seu avanço dos marcos políticos regulatórios que estabelecem mandatos que demandam essas soluções de baixo carbono, assim como o restante do mundo, que também tem mandatos robustos que justificam os investimentos privados. No caso da Acelen, o investimento é de 3 bilhões de dólares, num projeto único de solução integrada, que é da produção da semente até o combustível, projeto que visa extrair da macaúba, que é um fruto nativo brasileiro, capaz de recuperar áreas degradadas, e por isso o nosso case ele já nasce com grandes escalas, já nasce olhando para a produção de 1.3 bilhões de litros de SAF, o combustível sustentável de aviação, justamente com esse olhar pra atender essa demanda”, explicou Maíra.

Alexandre Arnone, apresentou o olhar do terceiro setor sobre os desafios da transição energética e as expectativas em relação aos biocombustíveis. Considerando as experiências de campo e implicações sobre o mercado, Arnone chamou a atenção, por exemplo, para a necessidade de uma política pública que dê assistência efetiva aos pequenos agricultores, que enfrentam problemas como a dificuldade de acesso às informações que possam integrá-lo às propostas e perspectivas pertinentes à transição energética no Brasil.

“Agente lida com o pequeno agricultor e dificilmente ele tem liberdade ou capacidade de alcançar recursos para estar participando de um mundo de cultivo de oleaginosas para biodiesel. A informação quanto ao que pode ser feito ou não acaba ficando na grande esfera. Ainda faltam incentivos, na questão fiscal, por exemplo, na questão financeira, para que as coisas tenham mais celeridade, aí as coisas são feitas conforme vai sendo possível”, analisou.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, a matriz elétrica do Brasil já é renovável e baseada em fonte com baixa emissão de gases de efeito estufa. O país, de acordo com a Aneel, está adotando mecanismos de planejamento e operação, incluindo a definição de indicadores de flexibilidade, para lidar, principalmente, com o aspecto finito das fontes renováveis, e as variações climáticas.



A coordenadora geral de sustentabilidade no MPor, Rafaela Gomes, disse durante sua participação que a pasta está se preparando para formular diretrizes de políticas públicas

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES - PORTOS - MINISTÉRIO PÚBLICO CONSIDERA ILEGAL RESTRIÇÃO DE PARTICIPANTES NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10

Análise consta de parecer elaborado pela representação do órgão junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) nessa quinta-feira, dia 30

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@redebenews.com.br



O Tecon Santos 10 será implantado no Cais do Saboó, em Santos (SP), demandando um investimento de R\$ 6,45 bilhões. A unidade poderá movimentar até 3,5 milhões de TEU por ano

A representação do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (MPTCU) considerou ilegal a decisão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) de restringir os participantes na fase inicial do leilão do Tecon Santos 10, o megaterminal de

contêineres e carga geral que o Governo quer implantar no Porto de Santos (SP). A conclusão consta de um parecer de 15 páginas emitido nessa quinta-feira, dia 30, pelo MPTCU e assinado pela procuradora geral do órgão, Cristina Machado da Costa e Silva.

“ENDOSSAMOS INTEGRALMENTE O ENTENDIMENTO DA AUDPORTOFERROVIA QUANTO À ILEGALIDADE DA DECISÃO DA ANTAQ DE RESTRINGIR O UNIVERSO DE LICITANTES NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10” CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA, PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No documento, a procuradora-geral destaca que “endossamos integralmente o entendimento da AudPorto Ferrovia (a Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária do TCU) quanto à ilegalidade da decisão da Antaq de restringir o universo de licitantes no leilão do Tecon Santos 10, por meio da vedação à participação dos incumbentes no Porto de Santos na primeira etapa do certame”.

A agência reguladora pro pôs que o leilão da instalação ocorra restringindo parcialmente seus participantes. A sessão seria feita em até duas fases. Na primeira, empresas que já atuam no complexo portuário santista não poderiam participar. Elas só entrariam na disputa em uma eventual segunda etapa, que aconteceria caso a primeira não venha a ser realizada por falta de interessados. Essa estratégia foi adotada, de acordo com a Antaq, para evitar uma concentração de mercado nas operações de contêineres de Santos.

Cristina explica que a decisão da Antaq - aprovada por unanimidade pela diretoria do órgão regulador - “carece de fundamentação técnica robusta”, pois “não foram demonstrados efeitos anticoncorrenciais concretos no mercado pós leilão que justificassem a exclusão de players relevantes”. E ela argumenta que, “no caso dos incumbentes armadores, a obrigação de desinvestimento cogitada pela área técnica da Antaq gera efeitos estruturais suficientes para fomentar a futura rivalidade entre os grupos verticalizados no mercado”. Nesse trecho, a procuradora geral faz referência a uma das medidas citadas pelos técnicos da Antaq, caso as empresas que atuam no setor de contêineres de Santos participem do leilão e uma delas seja a vencedora da concessão. Nesse cenário, a companhia faria um desinvestimento, tendo de abrir mão da instalação que já explora no cais santista, para assumir o Tecon Santos 10.

“A medida (a restrição de participantes no leilão), portanto, mostra-se desproporcional aos fins propostos e afronta os princípios constitucionais da isonomia, da livre concorrência e da eficiência”, concluíram a procuradora geral do Ministério Público junto ao TCU.

Ainda no parecer, Cristina Machado da Costa e Silva considera “adequada, assim, a proposta de determinar ao Ministério de Portos e Aeroportos que altere a minuta do edital, de modo a prever leilão em etapa única, permitida a participação de todos os incumbentes, estabelecendo, a critério do Poder Concedente, obrigação de desinvestimento caso um dos incumbentes armadores se sagre vencedor (...) ou outros remédios que venham a ser definidos em conjunto com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)”.

Opiniões divididas

A manifestação do MPTCU é o mais recente capítulo no processo de concessão do Tecon Santos 10, que vem dividindo opiniões no setor portuário quanto à necessidade - ou não - de se restringir os participantes do futuro leilão. A proposta da Antaq teve o apoio do Ministério de Portos e Aeroportos, mas foi criticada pela área técnica do TCU (a AudPorto Ferrovia, como foi mencionado no parecer) e pela Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação do Ministério da Fazenda, que consideraram a limitação desnecessária e irregular.

O Tecon Santos 10 deve se tornar o maior arrendamento portuário em volume de investimentos já previsto no Brasil. Projetado para aumentar em até 50% a capacidade de movimentação de contêineres do cais santista, ele busca atender à crescente demanda do setor. O investimento esmado é de R\$ 6,45 bilhões, com capacidade para movimentar até 3,5 milhões de TEU — unidade padrão equivalente a um contêiner de 20 pés — por ano.

O processo é, atualmente, analisado pelo Tribunal de Contas da União. A relatoria é do ministro Antônio Anastasia. O Ministério de Portos e Aeroportos aguarda o aval do TCU para realizar o leilão, que está previsto para este ano.

Na última quarta-feira, durante o fórum Brasil Export, em Brasília, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, participou de um painel sobre o Tecon Santos 10. No debate, admitiu que o prazo está “apertado” para que o leilão ocorra ainda neste ano. Mas considerou que, se o TCU se manifestar sobre o caso nos próximos 15 dias, haverá tempo para publicar o edital e realizar o leilão até 31 de dezembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES | AVIAÇÃO - SETOR AÉREO INVESTE MAIS DE R\$ 350 MILHÕES EM ESG E LIDERA AGENDA DE DESCARBONIZAÇÃO

Levantamento revela 100% de adesão a projetos de descarbonização e combate ao assédio; eixo social recebeu o maior volume de aportes, com R\$ 195,8 milhões

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



O “*Diagnóstico de Sustentabilidade*” é uma pesquisa inédita realizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos em parceria com a Associação de Terminais Portuários Privados

O setor aeroportuário brasileiro investiu um total de R\$ 350,5 milhões em iniciativas ambientais, sociais e de governança (ESG) nos anos de 2023 e 2024. O dado consta no

“*Diagnóstico de Sustentabilidade*”, uma pesquisa inédita realizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) em parceria com a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). O levantamento analisou 10 empresas do setor aeroportuário, que representam 83,6% do transporte nacional registrado no período. O resultado revelou um setor altamente alinhado às práticas de

sustentabilidade, com 100% de adesão a projetos de descarbonização, regularização ambiental, projetos sociais e combate ao assédio.

A pesquisa é a segunda etapa de um ciclo de ações do MPor voltado à consolidação da agenda ESG na logística nacional, que teve início com a elaboração da Política de Sustentabilidade e a instituição do Pacto pela Sustentabilidade.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, diz que a Política de Sustentabilidade vai muito além de intenções, ressaltando que o MPor está empenhado em integrar e promover práticas sustentáveis. "Nossos esforços têm o objetivo de promover o transporte sustentável, reduzir as emissões de gases de efeito estufa no setor e adotar tecnologias e práticas inovadoras para fomentar a descarbonização, além de contribuir para garantir um ambiente igualitário e inclusivo", afirma.

Já a diretora de Sustentabilidade do MPor, Larissa Amorim, destaca o envolvimento do setor no tema. "O Diagnóstico de Sustentabilidade demonstra um crescente engajamento do setor aéreo na agenda ESG. Não apenas com investimentos, mas na adesão a pilares fundamentais como projetos de descarbonização, regularização ambiental, compliance e combate ao assédio. Os dados divulgados provam que o setor investe no social e já possui uma governança robusta, alinhando-se à Política de Sustentabilidade e aos esforços do MPor para viabilizar a transição energética", disse.

Social

Com R\$ 195,8 milhões investidos, o eixo social concentrou o maior volume de aportes ESG no setor aeroportuário. O diagnóstico aponta que 100% das empresas do setor possuem canais de comunicação com a comunidade, 100% desenvolvem projetos sociais e 100% mantêm projetos de combate ao assédio.

O levantamento destaca a adoção de práticas voltadas à acessibilidade e ao acolhimento, como salas multissensoriais para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) ou com hipersensibilidade sensorial. O indicador de projetos de equidade de gênero também apresentou alta adesão, de 70%.

Ambiental

O setor investiu R\$ 138,4 milhões em iniciativas ambientais em 2023 e 2024. A liderança do modal nesta pauta é evidenciada pela adesão de 100% das empresas a "Projetos de Descarbonização" e 100% de "Regularização ambiental". Além disso, 90% das companhias já realizam um "Inventário de Emissões".

As principais medidas de descarbonização citadas no estudo envolvem a substituição de fontes fósseis por soluções de menor impacto, como a implantação de sistemas elétricos de apoio a aeronaves em solo (400Hz e PCA), a eletrificação de frotas operacionais e a instalação de usinas fotovoltaicas. As ações são acompanhadas por certificações internacionais como o Airport Carbon Accreditation (ACA).



Na dimensão de governança, o setor investiu R\$ 16,3 milhões e demonstrou uma estrutura de gestão robusta. O diagnóstico revela que 100% das empresas possuem "Setor de compliance" e 100% realizam "Auditoria externa". A adesão à existência de "Estatuto/Política Social" também é alta (80%).

Silvio Costa Filho diz que a Política de Sustentabilidade vai muito além de intenções, ressaltando que o MPor está empenhado em integrar e promover práticas sustentáveis

O relatório também identifica pontos de aprimoramento, como a adesão a indicadores de bolsas de valores (ISE, com 10%) e certificações de qualidade (ISO 9001, com 20%), indicando o próximo foco de evolução do setor.

O diagnóstico consolidado dos três setores (portuário, navegação e aeroportuário) revela que as iniciativas ESG foram responsáveis pela geração de mais de 120,5 mil empregos diretos e impactaram positivamente mais de 11,3 milhões de pessoas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - CMN REGULAMENTA FUNDO AÉREO QUE FINANCIARÁ COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS

Regra libera R\$ 4 bilhões em crédito para modernização da aviação e incentiva o uso de combustível sustentável nacional

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Empresas aéreas terão de cumprir contrapartidas, entre elas a obrigatoriedade de adquirir SAF em volume suficiente para reduzir emissões de gás carbônico acima da meta legal

Após mais de um ano de espera, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (30) a regulamentação que viabiliza o uso de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac) em empréstimos voltados às companhias aéreas. A medida era aguardada desde a sanção, em setembro do ano passado, da nova lei do setor aéreo, que prevê R\$ 4 bilhões em financiamentos, com juros anuais entre 6,5% e 7,5%, conforme a linha de crédito selecionada pelas empresas.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o pacote será composto por seis modalidades de financiamento, abrangendo desde a aquisição de aeronaves produzidas no Brasil e a manutenção e modernização de motores até investimentos em infraestrutura operacional e na compra de combustível sustentável (SAF) fabricado no país. As empresas que recorrerem ao crédito terão de cumprir uma série de contrapartidas, entre elas a obrigatoriedade de adquirir SAF em volume suficiente para reduzir as emissões de gás carbônico acima da meta legal — que estabelece corte anual de 1 ponto percentual até atingir 10%. Além disso, deverão ampliar a malha para destinos da Amazônia Legal e do Nordeste, de modo a fortalecer a integração regional e estimular o desenvolvimento do turismo nessas áreas.

As companhias interessadas também precisarão aderir ao Pacto da Sustentabilidade, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos que promove práticas de ESG no setor aéreo. Em nota, o ministro Silvio Costa Filho afirmou que o programa busca incentivar a competitividade e aliviar os custos operacionais das empresas. “O governo federal está fazendo a sua parte, que é viabilizar crédito para a compra de aeronaves nacionais, manutenção de motores e aumento de infraestrutura. Com isso, as companhias poderão reduzir custos e o preço das passagens, beneficiando o consumidor”, declarou. Ele reforçou ainda que a proposta pretende corrigir uma lacuna do período da pandemia, quando o setor não recebeu apoio financeiro direto. “Se estamos emprestando recursos com taxa de juros privilegiada, é justo exigir benefícios para a população, como a redução de emissão de gases de efeito estufa”, completou.

O governo espera que o conjunto de ações fortaleça o mercado doméstico de aviação, impulsione a produção nacional de SAF e amplie a conectividade regional, contribuindo para aumentar a oferta de voos sobretudo em empresas que hoje operam com malha reduzida.

As regras definem que poderão solicitar o financiamento empresas aéreas brasileiras que operam voos domésticos e estejam adimplentes com a União e com os órgãos reguladores do setor. O montante total disponível, de R\$ 4 bilhões, será distribuído entre seis linhas de crédito, com taxas entre 6,5% e 7,5% ao ano, conforme a finalidade do empréstimo. Os recursos poderão ser usados na aquisição de aeronaves nacionais; na manutenção e modernização de motores; em investimentos em infraestrutura operacional; e na compra de combustível sustentável produzido no Brasil. Os prazos variam de acordo com o tipo de financiamento, e os pedidos deverão ser encaminhados ao Comitê Gestor do Fnac por meio do Ministério de Portos e Aeroportos.

Entre as contrapartidas obrigatórias estão a compra de SAF que garanta redução de emissões acima da meta legal; a ampliação de voos para destinos da Amazônia Legal e do Nordeste; a adesão ao Pacto da Sustentabilidade, com a adoção de práticas de ESG; e o envio periódico de relatórios de desempenho ambiental e social ao Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES - AEROPORTOS - BARCELOS É INCLUÍDO NO PROGRAMA AMPLIAR E BUSCA IMPULSIONAR TURISMO NO AMAZONAS



Município conhecido pela pesca esportiva será beneficiado com melhorias no aeroporto e maior conectividade aérea regional

Da Redação
jornal.redacao@redebenews.com.br

A viagem até Manaus, que leva cerca de 1h30 por via aérea, reduzirá o tempo de deslocamento e ampliará as oportunidades para turismo,

negócios e geração de renda

O município de Barcelos (AM), conhecido como a capital da pesca esportiva e o maior em extensão territorial do Amazonas, com 122 476 km², foi incluído na primeira rodada do Programa Ampliar, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para aumentar a conectividade aérea e impulsionar o desenvolvimento regional em todo o país.

Por meio do Ampliar, concessionárias privadas poderão assumir a gestão de aeroportos regionais deficitários em troca de reequilíbrios contratuais, como redução de outorgas ou ampliação dos prazos de concessão. A proposta busca garantir infraestrutura moderna, operação estável e viabilizar novas rotas regionais, aproximando o Brasil de suas riquezas naturais e culturais.

Localizada a cerca de 400 quilômetros de Manaus, Barcelos tem no turismo uma de suas principais fontes de renda. A cidade atrai visitantes do Brasil e do exterior, especialmente durante a temporada de pesca esportiva, que ocorre entre setembro e março, e movimenta pousadas, restaurantes, serviços de transporte e o comércio local.

Segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), durante a temporada de pesca esportiva, mesmo com as limitações de transporte já que o trajeto fluvial pode durar até 30 horas, a população local praticamente dobra com a chegada de turistas e pescadores. O aumento na demanda por hospedagem, alimentação e transporte impulsiona a economia e reforça a importância de melhorar o acesso à cidade.

Com o Programa Ampliar, o aeroporto de Barcelos deverá contar com mais estrutura e condições para expandir o número de voos. A viagem até Manaus, que leva cerca de 1h30 por via aérea,

reduzirá o tempo de deslocamento e ampliará as oportunidades para o turismo, os negócios e a geração de renda na região.

Para o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, o Ampliar vai otimizar o uso da infraestrutura existente e fortalecer a malha aérea regional.

"O programa foi pensado para melhorar a conectividade entre cidades médias e pequenas e os grandes centros. No caso de Barcelos, trata-se de um aeroporto estratégico, que pode potencializar o turismo e impulsionar atividades econômicas importantes para o Amazonas, como a pesca esportiva e o ecoturismo", explicou Longo.

Além da pesca esportiva, Barcelos encanta por seu conjunto de arquipélagos, rios e praias de água doce, que oferecem experiências únicas de ecoturismo e contato direto com a natureza amazônica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES - RODOVIAS - PÁTRIA VENCE ÚLTIMO LEILÃO DE RODOVIAS DO PR COM DESÁGIO DE 23,83%

Gestora arremata o Lote 5 e encerra ciclo de seis concessões que somam mais de 3 mil km e R\$ 60 bilhões em investimentos no estado

Por Estadão Conteúdo

A gestora Pátria, por meio do fundo Reune Rodovias Holding II, arrematou a concessão do Lote 5 de rodovias do Paraná, o último dos seis leiloados pelo Estado desde 2023. A empresa saiu vencedora após ofertar um desconto de 23,83% sobre a tarifa básica de pedágio, cujo valor máximo foi estipulado em R\$ 0,17911 por quilômetro. Com isso, desbancou o Grupo Way, outro participante em leilão realizado na sede da B3, em São Paulo.

O lote 5 abrange 430,7 quilômetros de estradas que cruzam as regiões Oeste e Noroeste do Paraná, conectando o Estado a Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e ao Paraguai. A previsão é de R\$ 11,6 bilhões em investimentos ao longo dos 30 anos de contrato. Do montante total, R\$ 6,6 bilhões serão destinados a obras (capex) e R\$ 5,1 bilhões para a conservação e serviços (opex).

O Grupo Way também participou da disputa, ofertando um desconto de 16,70%. No entanto, como a diferença entre os lances foi maior do que 20%, a disputa não foi a viva-voz e a gestora foi consagrada vencedora, conquistando seu segundo bloco de rodovias do Paraná. Tendo em vista que o Pátria ofereceu um desconto acima de 18%, o edital determina que a concessionária faça um aporte adicional no projeto.

Esse foi o maior deságio para um leilão rodoviário federal desde o fim de 2024, quando a Mova (antiga CCR) venceu o Lote 3 do Paraná com um desconto de 26,6%. Essa é o segundo leilão consecutivo em que a marca é baba, já que a EPR ofereceu 21,3% para conquistar o Lote 4 na última quinta-feira, 23.

O Pátria venceu o primeiro e o último lote de rodovias paranaenses concedidas nos últimos anos. A gestora, que arrematou em 2023 o bloco 1, participou também da disputa pelo Lote 4, realizada na semana passada. Contudo, foi desbancada pela EPR, que acumula três dos seis lotes concedidos nos últimos anos. Já o bloco 3 é de responsabilidade da Mova (ex-CCR), que também competiu no certame da última quinta-feira, 23.

Em meados de outubro, o Pátria anunciou o fechamento da captação de seu quinto fundo especializado em aportes em projetos de infraestrutura, o Pátria Infraestrutura V. Foram R\$ 15,4 bilhões (ou cerca de US\$ 2,9 bilhões), no que se tornou o maior fundo para o setor já criado na América Latina.

O Grupo Way, por sua vez, ainda não atua no Paraná. Em parceria com a gestora Kinea, arrematou no ano passado um trecho em Minas Gerais da BR262 conhecido como Rota do Zebu. A empresa deve assumir também a Rota Agro (BR-060/ 364/GO/MT), após o primeiro colocado na disputa ser desclassificado. Em maio, competiram ainda pela Rota da Celulose, quando um consórcio pela Klnfra e a gestora Galápagos saiu vencedor.



O ministro dos Transportes, Renan Filho, e o governador do Paraná, Ranho Júnior, participaram da tradicional bata de martelo para concretizar a vitória da gestora Pátria

Leilões em série

O leilão de quinta encerra a série de seis certames de rodovias paranaenses, que tiveram início em 2023. As concessões somam mais de 3 mil quilômetros de estradas e investimentos ultrapassando R\$ 60 bilhões. Com isso, a série promovida pelo governo federal, em parceria com o governo estadual, se consolida como o

maior programa de concessões rodoviárias da América Latina, segundo o Ministério dos Transportes.

Esse foi o segundo leilão rodoviário realizado na B3.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES - RODOVIAS - CONSÓRCIO RDG SINOP VENCE LEILÃO DA RODOVIA MULTIMODAL DE MATO GROSSO

O Consórcio RDG Sinop saiu vencedor do leilão do Lote 6 – Rodovia Multimodal de Mato Grosso, realizado ontem, ao oferecer o maior desconto tarifário entre os concorrentes: 13,81%. O resultado encerra uma disputa em viva voz que marcou a nova rodada do Programa Estadual de Concessões, consolidando mais um investimento privado voltado à modernização da malha rodoviária mato-grossense.

O projeto abrange 634,3 quilômetros de estradas estaduais, incluindo trechos das rodovias MT-020, MT-140, MT-225, MT-244 e MT-251, que interligam Chapada dos Guimarães e Sinop — um dos principais eixos logísticos do estado.

A concessão, com prazo de 30 anos, prevê aportes de R\$2,7 bilhões em obras e melhorias de infraestrutura, além de R\$ 2,5 bilhões em custos operacionais ao longo do contrato.

O Consórcio RDG Sinop é formado pelas empresas Terracom Concessões, CKL – Construtora Kamilos, Estrutural Concessões, Elenco e Vale do Rio Novo Engenharia e Construções, todas com atuação consolidada nos segmentos de infraestrutura, engenharia e gestão de transportes.

O Lote 6 comprehende trechos que passam por 11 municípios: Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Nova Brasilândia, Nova Ubiratã, Planalto da Serra, Rosário Oeste, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Sorriso e Vera.

A integração dessas regiões reforça o papel da concessão como eixo de escoamento da produção agrícola do norte do estado — especialmente soja, milho e algodão —, conectando áreas produtoras aos principais corredores logísticos que conduzem aos portos do Arco Norte.

O projeto havia sido ofertado ao mercado no início de 2025, mas, na ocasião, não atraiu interessados. Nesta nova etapa, entretanto, o leilão despertou o interesse de três proponentes: RDG

Sinop (vencedor), CS Infra e Nova MT. A reconfiguração do certame e o novo ambiente de investimentos do setor contribuíram para o sucesso da disputa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTE - RODOVIAS/FERROVIAS - “INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA NÃO SÃO COISAS COMPLEXAS” , DIZ MINISTRO RENAN FILHO

Após avançar ao Nível 3 de maturidade em integridade pública, Ministério dos Transportes mira o Nível 5

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O ministro Renan Filho (à dir.) recebeu homenagem do Fórum de Integridade da Infraestrutura

“ESSA É UMA JUSTA HOMENAGEM QUE COMPARTILHO COM TODA A EQUIPE DO MINISTÉRIO, QUE, NO DIA A DIA, PROMOVE ESSES AVANÇOS”

RENAN FILHO
Ministro dos Transportes

O Ministério dos Transportes, a exemplo de outras duas instituições do Executivo Federal, ostenta a classificação Nível 3 na avaliação de integridade pública, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU). Embora muitos possam pensar que um reconhecimento deste tipo não seja fácil de alcançar, o ministro da pasta, Renan Filho, pensa diferente.

“Integridade e transparência não são coisas complexas. Quando não se faz as coisas com esses princípios, os contratos não funcionam”, disse o ministro, que recebeu na quarta-feira - junto com o secretário executivo da pasta, George Santoro - homenagem do Fórum de Integridade da Infraestrutura pelo avanço na consolidação de práticas éticas e de governança no setor.

“Essa é uma justa homenagem que compartilho com toda a equipe do ministério, que, no dia a dia, promove esses avanços”, afirmou Renan Filho. “O reconhecimento me deixa muito feliz, e quero retribuir com ainda mais trabalho e dedicação para que possamos alcançar patamares ainda superiores”, completou.

O evento reuniu representantes de órgãos públicos e de associações do setor de transportes, que destacaram a importância do diálogo interinstitucional na construção de uma gestão pública íntegra e eficiente.

O secretário-executivo George Santoro ressaltou que os resultados são fruto do engajamento coletivo e da cooperação com a CGU. “A agenda da integridade precisa ser conjunta, e a CGU tem nos ajudado diariamente”, destacou. “Neste ano, alcançamos três ministérios no Nível 3 e estamos próximos do Nível 5, aguardando apenas a avaliação complementar. Também conseguimos contas sem ressalvas e implementamos práticas inéditas de transparência e controle. Seguir o princípio da integridade é o que garante clareza, confiança e reputação ao setor”, afirmou.

Base sólida

O presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), Danniell Zveiter, reforçou a importância da integridade como base para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura. “A integridade é a base sobre a qual se constrói uma infraestrutura sólida. Há um ano fomos convidados a aderir ao pacto pela integridade empresarial, e hoje reafirmamos esse compromisso, essencial para fomentar investimentos e aprimorar o ambiente de negócios”, destacou.

"A agenda da integridade movimenta não só a economia, mas gera valor agregado. O diálogo entre público e privado precisa ser permanente, com foco em minimizar riscos e fortalecer a confiança entre os setores."

Contratos longos

Já o diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Davi Barreto, ressaltou que a integridade é condição indispensável para a sustentabilidade dos contratos de longo prazo. "Vivemos em um ambiente que depende integralmente da integridade e da transparência. São contratos de longo prazo e valores bilionários, que só prosperam com base na confiança e na clareza das regras. O fato de o governo tratar essa pauta como prioridade mostra um compromisso digno de nota e fundamental para a sustentabilidade dos negócios", afirmou.

CEO da Associação Investidora em Infraestrutura Multissetorial (Moveinfra), Ronei Glanzmann, destacou o papel das entidades na construção de práticas éticas duradouras. "Cada boda de martelo em um leilão de concessão é o início de uma relação de décadas. Essa é uma pauta permanente do setor e que precisa estar presente em todas as fases dos projetos. Parabéns pela atuação de todos que estão deixando um legado importante para o país", disse.

Compromisso

O Ministério dos Transportes é uma das três instituições do Executivo Federal a alcançar o Nível 3 no ranking de integridade da Controladoria-Geral da União (CGU), ao lado do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e já está apto a atingir o Nível 5 de excelência até janeiro de 2026.

Segundo a pasta, o resultado reflete o amadurecimento das práticas de governança, transparência, prevenção à corrupção e ética pública adotadas pela pasta. Entre as novidades, estão a criação dos Comitês de Governança e Controle Interno, além de políticas de sustentabilidade e prevenção ao nepotismo. Há, ainda, o Plano de Integridade 2024–2027, aprovado pela Portaria MT nº 525/2024, que estabelece diretrizes voltadas à prevenção de conflitos de interesse, combate ao assédio e à discriminação, fortalecimento da transparência ativa e passiva e capacitação contínua de servidores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES - RODOVIAS - VIA SP SERRA FAZ MURÃO DE CONTRATAÇÕES PARA FASE FINAL DO TRECHO NORTE DO RODOANEL

Ação ocorre em meio ao avanço das obras, que já empregam cerca de 5 mil pessoas e têm entrega da primeira fase prevista para este ano

[Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)

As obras do Trecho Norte do Rodoanel foram retomadas em abril do ano passado, com antecipação de cerca de seis meses em relação ao cronograma contratual



A Via SP Serra, concessionária do grupo Via Appia, responsável pela construção do Trecho Norte do Rodoanel, realiza na sexta-feira (31) um murão de contratações para profissionais interessados em atuar na obra, que entra agora em sua fase final de execução.

As vagas disponíveis incluem funções como operador de caminhão de animais, operador de caminhão pipa, operador de CCO (Centro de Controle de Operações), operador de guincho

leve, operador de guincho pesado e operador de socorro mecânico. Todas as oportunidades seguem o regime CLT e oferecem vale-alimentação, plano de saúde, convênio odontológico, Wellhub (Gympass), atendimento psicológico online e Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

O atendimento ocorre das 9h às 11h e das 14h às 16h, no canteiro de obras da concessionária, localizado na Rua Luiz Carlos Gentile de Laet, nº 2500 – Horto Florestal, em São Paulo (SP). Os candidatos que não puderem comparecer presencialmente podem enviar currículo atualizado para o e-mail trabalheconosco@viaappia.com.br.

O mutirão ocorre em um momento decisivo da obra. A primeira fase do Trecho Norte, que vai conectar a Rodovia Presidente Dutra à Fernão Dias, tem conclusão prevista ainda para este ano. Já a segunda fase, que seguirá até a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, na capital, está programada para 2026.

As obras do Trecho Norte do Rodoanel foram retomadas em abril de 2024, com antecipação de cerca de seis meses em relação ao cronograma contratual, e atualmente empregam cerca de 5 mil profissionais. No total, devem ser gerados 10 mil empregos diretos e indiretos ao longo de todo o período de execução.

Com 44 quilômetros de extensão, o novo trecho vai interligar as cidades de São Paulo, Guarulhos e Arujá, completando o anel viário metropolitano e contribuindo para reduzir o tráfego pesado e melhorar a mobilidade urbana na região.

Com investimento total de R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 1,35 bilhão do estado e R\$ 2 bilhões da concessionária, o projeto é coordenado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e reforça o compromisso do Governo de São Paulo com a modernização da infraestrutura, a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do estado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

TRANSPORTES - FERROVIAS - ANTT DEFENDE ANÁLISE TÉCNICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE VAGÕES EM DEBATE NA CÂMARA

Durante audiência, Alessandro Baumgartner ressaltou que idade e substituição de vagões devem seguir normas técnicas e estudos especializados

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



O debate promovido pela Comissão de Viação e Transportes reuniu representantes de associações do setor ferroviário, da indústria e de transportes, além de parlamentares

terça-feira (28) de audiência pública promovida pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. O encontro teve como tema o Projeto de Lei nº 4965/2024, que trata da substituição obrigatória de vagões de carga e aborda também medidas relacionadas à segurança operacional no transporte ferroviário.

O debate reuniu representantes de associações do setor ferroviário, da indústria, de transportes e parlamentares, que discutiram caminhos para o fortalecimento e a modernização da malha ferroviária brasileira.

Durante sua fala, o superintendente parabenizou o autor do projeto, deputado Zé Neto, pela iniciativa de fomentar o debate sobre a segurança e a renovação da frota ferroviária nacional. Ele destacou,

contudo, que a análise sobre a vida útil e a substituição dos vagões deve ser conduzida no âmbito regulatório, com base em estudos técnicos especializados sob responsabilidade da ANTT.

“A tecnologia no setor ferroviário é muito dinâmica. A questão da idade dos vagões precisa ser tratada de forma técnica, considerando o tipo de carga, a forma de utilização e as características operacionais de cada trecho. Estamos conduzindo um processo de reforma regulatória na ANTT que prevê uma norma específica sobre segurança ferroviária, onde o tema será detalhado”, explicou Baumgartner.

Alessandro Baumgartner, superintendente de Transporte Ferroviário em sessão na Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados.

O superintendente esclareceu ainda que a agência tem trabalhado intensamente para o desenvolvimento da malha ferroviária brasileira. “Temos vários projetos em andamento sendo estruturados para efetivamente aumentar a quilometragem de ferrovias no Brasil hoje”, afirmou.

Baumgartner também ressaltou a importância de avaliar os aspectos financeiros e operacionais envolvidos em uma eventual substituição de vagões. Segundo ele, as medidas precisam ser implementadas de forma gradual e sustentável, acompanhadas de estudos que considerem as diferentes realidades do setor.

Ao final, o superintendente agradeceu o convite e colocou a agência à disposição para colaborar tecnicamente com a Comissão de Viação e Transportes na construção de soluções que promovam o desenvolvimento seguro e eficiente do transporte ferroviário no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

ENERGIA - LULA AFIRMA QUE BRASIL SERÁ CAMPEÃO EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Presidente participou de debate sobre descarbonização e conheceu combustível que reduz 99% das emissões

Por *Estadão Conteúdo*



Em conversa com executivos do setor, Lula debateu sobre a caravana Rota Sustentável COP 30: do sul ao norte com energia renovável

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou a vocação brasileira em liderar pelo exemplo a transição energética e reafirmou a qualidade dos biocombustíveis nacionais, durante encontro realizado ontem com o CEO da Be8, Erasmo Carlos Battistella, e o presidente da Mercedes-Benz do Brasil & CEO América Lana, Denis Güven.

“Basta ter vontade política e basta ter coragem de fazer. O Brasil vai ser o campeão de transição energética”, afirmou Lula. A reunião com os executivos debateu a iniciativa “Rota Sustentável COP 30: do sul ao norte com energia renovável”, e a agenda de descarbonização e transição energética promovida pelo Governo do Brasil e apoiada conjuntamente pelas duas empresas.

Como parte da iniciativa Rota Sustentável COP 30, as empresas demonstraram a contribuição do biocombustível Be8 BeVant na redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), deslocando dois caminhões e dois ônibus fabricados pela Mercedes-Benz para percorrerem cerca de 4 mil km entre Passo Fundo (RS) e Belém (PA), cidade-sede da COP 30. Ontem, os veículos foram expostos no estacionamento ao lado do Anexo do Palácio do Planalto, para visitação do público.

Lula recebeu uma amostra do combustível Be8 BeVant, produto nacional que reduz em até 99% as emissões de GEE liberadas durante o uso do combustível pelo veículo. O presidente afirmou, durante o encontro com os executivos, que o objetivo do Brasil é parar as emissões de Co2.

“Com a inteligência humana do Brasil, com engenheiros brasileiros, com engenheiras brasileiras, a gente consegue mostrar ao mundo que a transição energética que o mundo sonha não é tão difícil”, assegurou o presidente. “Não tenho dúvida que, depois que nós aprovamos o Combustível do Futuro, toda a nossa matriz energética vai mudar. A gente vai continuar utilizando o petróleo, enquanto for necessário, mas é importante que a nossa empresa, a Petrobras, seja mais do que uma empresa de petróleo e vai se transformar com o tempo em uma empresa de energia. E o sucesso será total e absoluto”, completou o presidente Lula.

Oportunidades

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, abordou o leque de oportunidades propiciadas pela aprovação da Lei do Combustível do Futuro. “Os biocombustíveis representam o equilíbrio da balança comercial do agronegócio brasileiro, produzido através da soja, do milho, do etanol, do milho, que protagoniza o etanol no Brasil, e isso é muito importante para o equilíbrio da balança comercial brasileira. Mas, principalmente, a oportunidade que a gente vê a liderança do presidente Lula em Ricardo Stuckert / PR mostrar para o mundo o potencial que o Brasil tem para descarbonizar o planeta”, frisou.

Participaram ainda da reunião o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; o secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Renato Dutra; o diretor de Comunicação e Relações Institucionais da Mercedes-Benz, Luiz Carlos Gomes de Moraes; e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

ENERGIA - CARAVANA DA ROTA SUSTENTÁVEL COP 30 TERÁ ‘TIRA-TEIMA’ DE COMBUSTÍVEIS EM VEÍCULOS

Por Estadão Conteúdo

A caravana da Rota Sustentável COP 30 iniciou o trajeto no dia 21 de outubro em Passo Fundo, integrou a programação de evento em São Bernardo do Campo (SP), em 23 de outubro, e ontem participou do ato oficial na capital federal, antes de começar o trajeto rumo a Santo Antônio do Tauá (PA), com previsão de chegada em 5 de novembro.

Durante o percurso, um caminhão e um ônibus estarão abastecidos com o Be8 BeVant e os outros dois com o Diesel B15 (com apenas 15% biodiesel) para que o resultado das emissões seja comparado.

Durante o trajeto entre Passo Fundo e Belém, os veículos percorrem o país abastecidos com diferentes proporções de biodiesel, até chegarem ao local da conferência.

O Instituto Mauá de Tecnologia será o responsável por auditar as emissões e conferir rastreabilidade e credibilidade aos dados de consumo dos veículos envolvidos na Rota Sustentável COP 30 para que os resultados sejam apresentados na COP30. Já em São Bernardo do Campo, um dos pontos de parada da caravana, os resultados parciais demonstraram redução de 99% no ciclo tanque à roda e de 65% do poço à roda – que engloba as emissões totais da produção, transporte e uso efetivo do combustível.

Pelo Brasil

O CEO da Be8, Erasmo Carlos Battistella, destacou que há diversas iniciativas em andamento que promovem o uso do biodiesel, em uma variedade de setores, para ampliar o processo de descarbonização defendido pelo Brasil.

"Cidades já utilizam o Be8 como teste para a descarbonização no transporte público. Cito como exemplo Porto Alegre, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, que têm hoje uma nova oportunidade de continuar utilizando os ônibus com o motor a combustão que são produzidos no Brasil, com a indústria brasileira gerando emprego, e movidos a um biocombustível brasileiro que é verde por natureza e efetivamente entrega toda a grande descarbonização que estamos comprovando com essa grande rota com a Mercedes-Benz", afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

ENERGIA - SENADO APROVA MP DO SETOR ELÉTRICO COM ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA

O texto passou por mudanças que vão permitir ao consumidor escolher o fornecedor de energia elétrica

Por Agência Senado



O relator Eduardo Braga e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, durante a sessão que aprovou a MP

APÓS A APROVAÇÃO DO TEXTO, O PRESIDENTE DO SENADO, DAVI ALCOLUMBRE, DESTACOU O TRABALHO DE BRAGA E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO MISTA, DEPUTADO FERNANDO COELHO FILHO (UNIÃO-PE), QUE ACOMPANHOU A VOTAÇÃO NO PLENÁRIO DO SENADO

O Senado aprovou ontem a medida provisória que estabelece novas regras para o setor elétrico. Editada para conter o aumento nas tarifas de energia devido a subsídios e à contratação obrigatória de usinas termelétricas, a MP 1.304/2025 passou a tratar de vários outros pontos, entre eles a abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores. O texto, aprovado na forma de um projeto de lei de conversão, segue para a sanção.

A medida foi aprovada pela comissão mista e logo depois pelo Plenário da Câmara dos Deputados com duas mudanças. O prazo para a aprovação iria até 7 de novembro, mas a decisão foi de pautar a votação no Senado em seguida. O texto foi aprovado pelos senadores em votação simbólica, sem mudanças com relação à versão da Câmara.

"A discussão foi longa na comissão, foram discutidos todos os aspectos. Fizemos aquilo que foi possível no regime de democracia e num regime de correlação de forças: modernização, reestruturação no setor, com compromisso de levar uma energia mais barata para o consumidor, reduzir a conta da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), fazer o reequilíbrio do sistema e enfrentar as discussões estratégicas do setor" disse o relator Eduardo Braga, em entrevista coletiva após a votação no Senado.

Após a aprovação do texto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, destacou o trabalho de Braga e do presidente da comissão mista, deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), que acompanhou a votação no Plenário do Senado.

"Muito mais do que um agradecimento, é reconhecer a capacidade e o trabalho na construção deste texto, votado e aprovado hoje na comissão mista, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Meus parabéns pela capacidade de articulação e pelo conhecimento de uma das matérias mais complexas que nós temos no nosso país, que é o setor elétrico brasileiro", disse Davi.

Mercado livre de energia

Uma das principais alterações feitas no Congresso com relação ao texto original foi a inclusão da abertura do mercado livre de energia (ambiente de contratação livre – ACL) para consumidores residenciais e comerciais. Isso significa que os consumidores poderão escolher os seus fornecedores de energia elétrica.

A implantação seguirá um cronograma definido pelo projeto: após dois anos da entrada em vigor da lei no caso de indústria e comércio e em três anos para os consumidores residenciais.

Antes disso, devem ser adotadas medidas para conscientizar os consumidores sobre a opção de migração para o ACL e também para regulamentar o Suprimento de Última Instância (SUI), que garantirá o fornecimento de energia a consumidores que passem por situações emergenciais, como a falência ou inadimplência do fornecedor.

Subsídios

Entre as preocupações do governo ao editar a medida estava o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que subsidia políticas públicas no setor elétrico, como a Tarifa Social de Energia Elétrica e o programa Luz para Todos. Com os subsídios para o setor, a CDE se aproxima de R\$50 bilhões em 2025, impactando a tarifa final.

De acordo com o relator, o orçamento da CDE para 2025 aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é de R\$ 49,2 bilhões, um aumento de 32,45% em relação a 2024. A CDE é custeada principalmente pelas quotas anuais pagas pelos consumidores, o que faz com que qualquer nova despesa se transforme em majoração de tarifa.

O objetivo da MP era limitar o valor total dos recursos arrecadados para a CDE por meio de quotas (pagas pelos usuários) ao valor nominal total das despesas definido no orçamento da CDE para o ano de 2026. O texto proposto por Eduardo Braga estabelece um limite para o valor total da CDE, com atualização pela inflação a partir de 2027.

Petrobras

Entre os pontos polêmicos do texto está a regra de que a apuração dos royalties do petróleo vai ser baseada na média de Jonas Pereira/Agência Senado cotações divulgadas por “agências de informação de preços reconhecidas internacionalmente”. Caso essa informação não exista, o texto determina que será usada uma metodologia já estabelecida em legislação ou estabelecida por decreto presidencial.

Atualmente, o preço de referência é calculado mensalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com base nas médias mensais das cotações do petróleo de referência e de derivados. A esses valores médios, incorpora-se um diferencial de qualidade.

A mudança, apesar de aumentar a arrecadação imediata, pode aumentar os custos de produção de novos projetos. Na Câmara, o governo tentou, sem sucesso, retirar essa parte do texto, que acabou sendo mando. Em Plenário, o senador Izalci Lucas (PL-DF) disse ser a favor de que o governo vete o trecho.

“Estava conversando com o líder do governo (no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)), que na realidade esse assunto é tão importante, é tão relevante, que há uma proposta do governo de vetar essa matéria o que eu acho justo e realmente importante. Espero que o governo então faça esse veto, que é tão importante para a Petrobras e para o Brasil”, disse o senador.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

PETRÓLEO E GÁS - LULA SOBRE EXPLORAR MARGEM EQUATORIAL: “NÃO É POSSÍVEL ABRIR MÃO”

Presidente defende pesquisas da Petrobras na região e diz que transição energética exige "construir o fim do combustível fóssil"

Por Estadão Conteúdo



A Margem Equatorial está localizada na bacia do rio Amazonas, e, de acordo com o presidente Lula, foi dada licença do Ibama para que a Petrobras comece a fazer pesquisa

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que há uma "celeuma no Brasil" quanto à exploração de petróleo na Margem Equatorial, na bacia do rio Amazonas. Lula defendeu a pesquisa por parte da Petrobras na região e afirmou que "não é possível ninguém abrir mão do combustível fóssil do dia para a noite" e que "é preciso construir o fim da utilização do combustível fóssil".

"Tem uma celeuma no Brasil sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Foi dada licença do Ibama para que a Petrobras comece a fazer pesquisa. Tenho dito que não é possível ninguém abrir mão do combustível fóssil do dia para a noite", declarou o presidente, em reunião com representantes da Mercedes-Benz no Palácio do Planalto na manhã desta quinta-feira 30.

E completou: "É preciso construir o fim da utilização do combustível fóssil. Por isso precisamos pesquisar a Margem Equatorial com o cuidado que o meio ambiente, com a responsabilidade que o Brasil tem de mostrar ser o País mais perfeito do ponto de vista da transição energética no mundo."

A reunião foi fechada à imprensa, mas a Secretaria de Comunicação Social da Presidência divulgou a gravação do encontro. Também participaram o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do Trabalho, Luiz Marinho.

Lula questionou Silveira sobre a política de biocombustíveis logo após falar sobre a Margem Equatorial. O ministro disse que "o biocombustível é para o Brasil o que o petróleo é para a Arábia Saudita". Segundo ele, "o equilíbrio entre as políticas públicas do petróleo e do biocombustível é que faz com que o Brasil chegue à COP de forma alva, mostrando que Brasil é grande protagonista da descarbonização do planeta". Sobre a Margem Equatorial, Silveira disse que "o petróleo não é questão de oferta, é de demanda".

"Enquanto o mundo demandar petróleo, Brasil não pode abrir mão da riqueza, desse mineral importante, para continuarmos a combater a miséria, a fome, entregando o País com o legado que o senhor (Lula) tem entregado", declarou o ministro.

Lula disse que a Petrobras "é mais que uma empresa de petróleo" e "vai se transformar, com o tempo, em uma empresa de energia".

"Depois que aprovamos (a lei do) combustível do futuro, toda a matriz energética nossa vai mudar. Vamos continuar usando petróleo enquanto for necessário. Mas é importante: a Petrobras é tão importante para o Brasil que é mais que uma empresa de petróleo. Ela vai se transformar, com o tempo, em uma empresa de energia. E aí o sucesso será total e absoluto", declarou o presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

PETRÓLEO E GÁS – AVO DA PETROBRAS, BÚZIOS ATINGE ESTABILIDADE DE 1 MILHÃO DE BARRIS POR DIA



Presidente da Petrobras projeta avanço para 1,5 milhão bpd e recebe prêmio internacional pelo projeto Búzios 7 na OTC Brasil

Por Estadão Conteúdo

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, reforçou há pouco a mensagem da importância do projeto do Campo de Búzios para a estatal. "Temos uma grande notícia. O campo de Búzios estabilizou a produção diária em 1 milhão de barris", disse, na OTC Brasil 2025.

Em agosto, a plataforma já tinha atingido a marca, mas somando a produção de petróleo e gás. "Já vamos chegar a 1,5 milhão de barris e, quem sabe, em 2 milhões bpd", acrescentou. A executiva e uma comitiva da estatal receberam o Disnguished Achievement Award pelo projeto Búzios 7. A premiação é voltada ao setor de energia offshore e reconhece "indivíduos e organizações que geram impacto duradouro na indústria"

A entrega da homenagem foi feita na programação de encerramento da conferência OTC Brasil 2025, realizada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), no Rio de Janeiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

PETRÓLEO E GÁS – ANP AMPLIA PAINEL DE EMISSÕES E PASSA A INCLUIR DADOS DA FASE DE EXPLORAÇÃO

Ferramenta detalha CO₂, metano e óxido nitroso e permite acompanhar emissões em todas as etapas dos contratos de petróleo e gás

Por Estadão Conteúdo

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou na quinta-feira (30) a nova versão de seu Painel Dinâmico de Emissões de Gases de Efeito Estufa, ferramenta interativa que dá publicidade aos dados de emissões de GEE em atividades reguladas pela agência reguladora. A atualização do painel foi apresentada pela ANP hoje no congresso da Offshore Technology Conference (OTC) Brasil.

Na segunda versão do painel, estão disponíveis também dados da fase de exploração dos contratos de petróleo e gás natural, além da fase de produção, que já estava contemplada desde o lançamento do painel, em fevereiro deste ano.

A ANP ampliou ainda o nível de detalhamento dos dados. As emissões de CO₂ (dióxido de carbono) e CH₄ (metano) passam a ser categorizadas porpo de fonte, e a ferramenta agora inclui também o N₂O (óxido nitroso).

Os aprimoramentos no painel ampliam a possibilidade de identificação de oportunidades de mitigação de emissões de GEE, apoiando o desenvolvimento de uma regulamentação direcionada e reforçando o compromisso do setor de petróleo e gás com as metas climáticas do Brasil.

A fase de exploração é a primeira dos contratos, na qual as empresas operadoras realizam atividades (como perfuração de poços e sísmicas) para estudar o bloco e identificar a presença, ou não, de hidrocarbonetos.

Ao final dessa fase, a empresa decide se irá devolver o bloco à ANP ou se irá apresentar uma declaração de comercialidade e reter uma área de desenvolvimento (dando início à segunda fase, a fase de produção). Após a aprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP, a área de desenvolvimento transforma-se em um campo produtor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

MINERAÇÃO - PLANTA PILOTO EM GOIÁS CONCENTRA TERRAS RARAS E REVELA BASTIDORES DA CADEIA TECNOLÓGICA

Única unidade do país a processar argila iônica, instalação transforma material bruto em carbonato de alta pureza usado em imãs para carros elétricos e turbinas eólicas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



As terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos usados principalmente na fabricação de itens de alta tecnologia e de produtos essenciais para a transição energética

Um dos assuntos mais em evidência dentro do debate de mineração no Brasil, as terras raras ainda geram muitas dúvidas e despertam a curiosidade do público geral. Para responder às principais questões relacionadas ao tema, a Agência Nacional de Mineração (ANM) visitou uma planta piloto responsável pelo processamento de terras raras na cidade de

Aparecida de Goiânia (GO). Essa planta é a única no momento a realizar o procedimento no país.

As terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos usados principalmente na fabricação de itens de alta tecnologia e de produtos essenciais para a transição energética. Estes elementos existem em concentração muito baixa na natureza e precisam ser agrupados para viabilizar sua utilização pela indústria. E é justamente isso o que a planta piloto de Aparecida faz.

Segundo a engenheira de processos Ana Carolina Sales, as terras raras são recebidas no local sob a forma de argila iônica vinda do município goiano de Nova Roma, próximo à divisa com Tocantins.

Em seu estado natural, a argila possui uma concentração de cerca de 0,1%. Após o processamento, obtemos um carbonato com mais de 95% de terras raras”, esclarece a engenheira.

No caso da planta piloto, este carbonato é voltado à obtenção de quatro elementos principais (neodímio, praseodímio,disprósio e térbio) que entram na composição de imãs usados em motores de carros elétricos e em engrenagens de turbinas eólicas.

“Com a adição dos elementos de terras raras, os imãs passam a suportar temperaturas muito mais elevadas. Isso se reflete em componentes menores e de maior durabilidade, gerando um círculo virtuoso de eficiência energética”, aponta Matheus Lima, especialista jurídico da empresa responsável pela operação da planta em Goiás.

Processo

De acordo com Ana Paula, é necessária uma tonelada de argila iônica para se produzir um quilo de carbonato de terras raras. Ela esclarece que o processo de concentração começa com a entrada do material bruto em um cilindro lavador, que faz o primeiro seu contato com uma solução usada para remover substâncias indesejadas.

“Depois de passar por uma peneira, que filtra partículas maiores de 1 milímetro, a argila vai para um espessador, responsável por separar elementos sólidos e líquidos. A polpa resultante desta etapa segue para um filtro prensa, onde são retiradas as últimas impurezas até que se obtenha o produto final: o carbonato de terras raras”, resume.

No entanto, a etapa de concentração é apenas o passo inicial dentro da cadeia de valor das terras raras, e a única realizada dentro do Brasil atualmente. Após a obtenção do carbonato, o material ainda terá de sofrer um processo de separação de cada um dos 17 elementos químicos.

"Na sequência, esses elementos serão convertidos em ligas metálicas de alta pureza, e só então poderão ser usados na fabricação dos imãs empregados nos carros elétricos e nas turbinas eólicas", esclarece Lima.

Outro ponto de destaque é o caráter ambientalmente responsável da operação mineral realizada em Aparecida de Goiânia. Graças às características da argila processada, não há necessidade de uso de explosivos nem de Trituração, o que não gera resíduos líquidos e dispensa a construção de barragens de rejeitos. Além disso, o método empregado na planta piloto reutiliza 95% da água do processo e recupera 99% do seu principal reagente, que é um fertilizante natural.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

MINERAÇÃO - SILVEIRA DIZ QUE BRASIL É POTÊNCIA MINERAL COM MARCO AMBIENTAL RIGOROSO

Ministro afirma que política do setor busca destravar projetos responsáveis, agregar valor e garantir desenvolvimento apoiado em responsabilidade social e ambiental

Da Redação jornal.redacao@redabenews.com.br



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, da reunião da Comissão Global de Investidores Mining 2030 ao lado de Lula, Geraldo Alckmin e outros ministros

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou na quinta-feira (30), no Palácio do Itamaraty, da reunião da Comissão Global de Investidores Mining 2030, iniciativa que reúne representantes de

fundos internacionais, empresas e governos em torno de práticas responsáveis e sustentáveis para o setor mineral. O encontro contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação) e Mauro Vieira (Relações Exteriores).

A comissão, presidida por Adam C.T. Mahews, do Fundo de Pensão da Igreja Anglicana, representa mais de 85 instituições financeiras globais e propõe novos mecanismos de governança e investimento responsável no setor mineral.

Durante a reunião, Silveira destacou que o Brasil é uma potência mineral comprometida com as melhores práticas de sustentabilidade, ressaltando que o país já possui uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo e uma matriz energética limpa e renovável. Ele lembrou ainda que o Governo Federal instituiu o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), que reúne 18 ministros de Estado e consolida uma nova governança para o setor.

"Conduzimos nossa política mineral garantindo que a riqueza do subsolo se traduza em desenvolvimento para toda a sociedade. Nossa objetivo é destravar projetos de mineração responsáveis e promover competitividade, agregando valor à produção nacional com base em responsabilidade social e ambiental", afirmou Alexandre Silveira.

O ministro também destacou que o Brasil está estruturando o Conselho Especial de Minerais Críticos e Estratégicos, destinado a assegurar soberania e interesse nacional na produção desses recursos e a orientar parcerias internacionais estratégicas. Segundo ele, a iniciativa está alinhada à Política

Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, que o governo desenvolve em parceria com o Congresso Nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

MINERAÇÃO - MINERAÇÃO DISCUTE CRIAÇÃO DE PADRÃO GLOBAL UNIFICADO PARA PRÁTICAS RESPONSÁVEIS

Painel na Exposibram discutiu a consolidação de referenciais internacionais e o avanço do CSMI, iniciava que unifica normas ambientais, sociais e de governança

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O debate realizado na Exposibram propõe simplificar as normas internacionais e elevar o nível de compromisso ambiental, social e de governança em toda a cadeia mineral

O DEBATE, QUE REUNIU REPRESENTANTES DO IBRAM, CONSELHO INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO E METAIS (ICMM), BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) E BHP, DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA INICIATIVA DE CONSOLIDAÇÃO DOS PADRÕES DE MINERAÇÃO (CSMI, NA SIGLA EM INGLÊS), QUE PROPÕE SIMPLIFICAR AS NORMAS INTERNACIONAIS E ELEVAR O NÍVEL DE COMPROMISSO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA EM TODA A CADEIA MINERAL

A busca por um padrão único e global para a mineração responsável foi o centro das discussões do painel “Consolidação dos Padrões Globais da Mineração”, realizado na tarde desta quarta-feira (29), durante a Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram 2025), no Centro de Convenções Salvador, na Bahia.

O debate, que reuniu representantes do Ibram, Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BHP, destacou a importância da Iniciativa de Consolidação dos Padrões de Mineração (CSMI, na sigla em inglês), que propõe simplificar as normas internacionais e elevar o nível de compromisso ambiental, social e de governança em toda a cadeia mineral.

A moderação ficou a cargo da gerente de Sustentabilidade do IBRAM, Cláudia Salles, que relembrou o protagonismo brasileiro na adoção de referenciais globais. “Já há bastante tempo, o IBRAM vem incentivando suas associadas a adotar padrões de sustentabilidade. Em 2019, adotamos o padrão do Canadá (Towards Sustainable Mining /Rumo à Mineração Sustentável, TSM), assegurando a responsabilidade e a segurança da mineração no Brasil, mas, em nível global, havia uma diversidade de referenciais que poderiam confusão. O CSMI chega em um momento muito oportuno, trazendo a consolidação dessas premissas e garantindo uma responsabilidade compartilhada”, afirmou.

Logo em seguida, o presidente e CEO do ICMM, Rohitesh Dhawan, reforçou o caráter transformador da iniciativa, resultado de um trabalho conjunto entre outros padrões já existentes do setor, como o Conselho Mundial do Ouro, o Copper Mark e a Associação de Mineração do Canadá.

“Somos quatro dos sistemas mais utilizados no mundo. Ao reunir o melhor de cada um, estamos criando um modelo de mineração responsável que qualquer empresa, em qualquer lugar do planeta, poderá seguir. O padrão, que atualmente passa por consulta pública e deverá ser lançado em 2026, abrangerá 24 áreas de desempenho, de direitos humanos a rejeitos, e será gerenciado por uma en-

dade independente, com representação equitativa de diversos setores, uma condição essencial para gerar confiança”, explicou Dhawan.

O CEO do ICMM também ressaltou a relevância do Brasil no cenário internacional: — “O Brasil está entre os três países mais avançados nessa jornada, uma vez que o TSM [adotado pela mineração do país] já contempla cerca de 80% das diretrizes do padrão consolidado. Isso demonstra um arcabouço regulatório sólido e uma transição mais rápida entre o que está nas normas e o que é praticado. Acredito que o país está em uma posição de liderança na implementação do novo padrão global”.

O chefe do Departamento de Indústrias de Base e Extrativa do BNDES, Flávio Moraes da Mota, detalhou o papel dos investidores na indução de boas práticas e na criação de ambientes de menor risco. “O BNDES comprehende a responsabilidade que tem junto ao setor no incentivo a boas práticas. Reconhecemos que padrões elevados são o ideal, mas trata-se de uma jornada que envolve empresas de diferentes portes. Por isso, desenvolvemos um regulamento social e ambiental específico para a mineração, que nos permite avaliar a gestão socioambiental de cada projeto. Quando conhecemos padrões internacionais, isso nos traz muito conforto e previsibilidade”, disse.

Em complemento, Moraes observou que o desafio é coletivo e continuo: “É uma provocação para que todas as empresas, independentemente do porte, iniciem essa jornada. Além de uma necessidade para a captação de investimentos, o retorno para o setor e para a sociedade é imensurável”.

Acessibilidade

Para o diretor interino da NOJV Samarco na BHP Brasil, Pedro Ramos, o CSMI representa uma oportunidade de tornar a mineração mais acessível, transparente e comparável entre em Divulgação/Exposibram presas e países. “A transição energética aumenta a demanda por minerais e envolve desde grandes corporações até pequenas companhias da cadeia produtiva. A consolidação de um padrão único é essencial para que todas as empresas possam operar de maneira responsável e viável, mesmo em contextos diversos”, defendeu.

Na avaliação de Ramos, a padronização trará ganhos de credibilidade e comunicação. “Um impacto reputacional atinge o setor como um todo, e é nosso papel, com a experiência de uma empresa gigantesca como a BHP (que já foi pequena), contribuir para que as médias e pequenas também consigam adotar essas diretrizes. Seguir referenciais de terceiros é positivo, mas a consolidação eleva o nível de confiança e visibilidade sobre o que a mineração gera para as comunidades”.

Ao final, os participantes do painel acrescentaram que a consolidação dos padrões globais, muito mais do que um mero avanço técnico, representa um passo simbólico e relevante em direção a uma mineração verdadeiramente responsável, capaz de equilibrar eficiência, transparência e legado socioambiental duradouro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

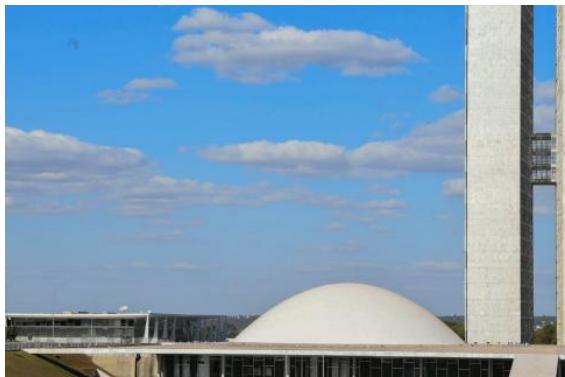
Data: 31/10/2025

POLÍTICA - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA VAI PEDIR INVESTIGAÇÃO SOBRE OPERAÇÃO NO RIO

Deputados defendem apuração federal sobre a ação policial que terminou com 121 mortos
Por Agência Brasil

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vai pedir que uma investigação federal seja aberta para apurar as circunstâncias da megaoperação policial que deixou ao menos 121 mortos no Rio de Janeiro. De acordo com o presidente da Comissão, Reimont (PT-RJ), uma perícia independente, que não esteja ligada ao governo estadual, é necessária para que haja mais transparência.

"Nós estamos diante de um crime de Estado. Quem matou esses jovens foi o Estado, independentemente se eles são comprometidos com a criminalidade ou não, eles são seres humanos e no Brasil não há pena de morte. Então, o Estado não pode ter todo o processo e fazer todas as averiguações. Nós vamos pedir uma perícia federal", afirmou.



Para a comissão de Direitos Humanos da Câmara, operação da polícia do Rio foi desastrosa

O deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), membro da comissão, também defendeu a federalização das investigações. "Foi uma operação desastrosa, que infelizmente parece ter um cunho político muito forte, e agora a nossa obrigação, na Comissão de Direitos Humanos, é garantir que seja jogado luz em todas essas investigações. Por mais que eu respeite a nossa Polícia Civil, neste momento nós vamos precisar de uma perícia independente.

Acho que a Polícia Federal deve entrar nesse processo, como uma polícia independente", defendeu.

Um pedido semelhante também foi feito pela Comissão Especial de Favelas e Periferias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A presidente da Comissão, Renata Souza (PSOL) protocolou uma representação com pedido de deslocamento de competência à Procuradoria-Geral da República.

Além de pedir a federalização das investigações e do processamento judicial relativos à Operação Contenção, o documento também demanda que a PGR determine a preservação de todos os vestígios periciais e registros audiovisuais.

"O que presenciamos no dia 28 de outubro não foi uma operação de segurança pública, mas sim um massacre, uma chacina, que violou, de forma brutal, os direitos mais fundamentais da população favelada. A resposta das autoridades estaduais, tanto na condução da operação quanto nas declarações posteriores, é inaceitável e demonstra a urgente necessidade de uma intervenção externa e imparcial. A vida das pessoas, a integridade da prova e a credibilidade das instituições estão em jogo", declarou a deputada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

POLÍTICA - BOULOS QUER FICAR COM LULA ATÉ O FIM DO GOVERNO, MAS AVISA: "ELEIÇÃO VOU DISCUTIR ANO QUE VEM"

Caso mude de ideia e queira ser candidato em 2026, o novo ministro só poderá permanecer no cargo até abril

Por Estadão Conteúdo



Novo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Boulos disse que vai rodar o Brasil para ouvir setores da sociedade

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência Guilherme Boulos (PSOL), que tomou posse na quarta-feira, afirmou que sua vontade é permanecer integrando o governo Lula até o fim da gestão. Ele não confirmou se sairá candidato a deputado federal nas eleições de 2026.

"Eleição eu vou discutir ano que vem", afirmou em entrevista ao UOL News ontem. Se quiser se candidatar, Boulos terá que deixar o governo no início de abril, quando se encerra o prazo de desincompatibilização previsto em lei.

Questionado sobre declaração em seu discurso de posse de que "não tem diálogo com quem ataca a democracia e trai o Brasil", ele afirmou ter se ferido à impossibilidade de "discussões construtivas" sobre soluções para o país.

"O que eu disse é que eu vou rodar o Brasil, conversar e ouvir todos os setores da sociedade e que nesta conversa de escuta política e discussão construtiva de propostas não há diálogo possível com quem ataca a democracia e trai o Brasil. Isso é uma coisa; outra coisa é diálogo institucional, que aí não é nem opção minha como ministro, é obrigação e parte da minha função", disse.

Como exemplo de alguém com quem "não faz sendo discutir projeto para o Brasil", ele citou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está morando nos Estados Unidos desde fevereiro e acumula 41 faltas na Câmara dos Deputados.

"É uma coisa inacreditável que esse cidadão ainda seja deputado. Esse cara tinha que ter sido cassado e é uma vergonha para o Parlamento brasileiro o Eduardo Bolsonaro continuar recebendo salário e verba de gabinete como deputado", criticou.

O ministro também comentou o ambiente político da Câmara, em que exercia seu primeiro mandato antes de assumir a chefia da pasta. Segundo ele, o protagonismo das emendas parlamentares esvaziou o debate no Congresso e transformou deputados e senadores em "espécies de vereadores federais".

"Um negócio de você tratar da questão local, paroquial, específica e distribuidor de orçamento a partir das emendas parlamentares. Esse não é o jeito que eu acredito de fazer política. É um ambiente que está muito desgastado e despolitizado", afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

FINANÇAS - BOLSA SOBE PELA SÉTIMA VEZ SEGUIDA E VOLTA A BATER RECORDE

Mercado reage à sinalização do Fed e aos dados do emprego no Brasil, que reforçaram dúvidas sobre o início do ciclo de corte de juros

Por Agência Brasil



O índice Ibovespa encerrou a quinta-feira aos 148.780 pontos, alta de 0,1%. A bolsa iniciou o dia em queda, mas recuperou-se e operou o restante do dia próximo da estabilidade

Em mais um dia de pressões do mercado doméstico e internacional, a bolsa de valores voltou a bater recorde e aproximar-se dos 149 mil pontos. O dólar subiu pela primeira vez após três quedas seguidas e aproximou-se dos R\$ 5,40.

O índice Ibovespa, da B3, encerrou esta quinta-feira (30) aos 148.780 pontos, com alta de 0,1%. A bolsa iniciou o dia em queda, mas recuperou-se no fim da manhã e operou o restante do dia próximo da estabilidade.

Essa foi a sétima alta consecutiva do principal índice da bolsa brasileira. Nos últimos sete pregões, o Ibovespa acumula ganhos de 3,23%.

O alívio na bolsa não se repetiu no câmbio. O dólar comercial fechou esta quinta vendido a R\$ 5,38, com alta de R\$ 0,022 (+0,42%). A cotação chegou a R\$ 5,39 por volta das 10h10, mas desacelerou durante o dia.

A moeda estadunidense sobe 1,09% em outubro, mas cai 0,21% na semana. Em 2025, a divisa acumula queda de 12,95%.

Tanto fatores internos como externos interferiram no mercado. No exterior, a cautela após o presidente do Federal Reserve (Fed, Banco Central dos Estados Unidos), Jerome Powell, fez o dólar subir em todo o planeta. Após a reunião de quarta-feira (29), em que o órgão reduziu os juros básicos estadunidenses em 0,25 ponto percentual, Powell disse não estar confirmado um novo corte em dezembro.

Juros altos em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de economias emergentes, como o Brasil. A cautela com o Fed encobriu o resultado da reunião entre os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da China, Xi Jingping. O encontro terminou no anúncio de um acordo sobre terras raras.

No Brasil, a divulgação do resultado do Caged, que apontou a criação de 213 mil postos formais de trabalho em setembro, influenciou o mercado. Apesar de a abertura de vagas cair 15,6% em relação a setembro do ano passado, o indicador veio acima do esperado pelos investidores.

Após os números do Caged, a bolsa perdeu os 149 mil pontos. Isso porque o desempenho do mercado de trabalho aumenta as expectativas de que o Banco Central (BC) atrasasse o início do corte da Taxa Selic (juros básicos da economia) no Brasil. Juros maiores estimulam a migração de investimentos da bolsa, mais arriscados, para a renda fixa, como títulos do Tesouro Nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

JUSTIÇA - SUBPROCURADOR PEDE QUE TCU IMPEÇA LULA DE INDICAR HOMEM AO STF

Pedido enviado à corte argumenta que nova indicação masculina ampliaria a desigualdade de gênero no Supremo

Por Estadão Conteúdo



O posicionamento de Furtado dialoga com o de entidades ligadas ao Judiciário, que passaram a pressionar o governo federal após o anúncio da aposentadoria de Barroso

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que adote uma medida cautelar para impedir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indique um homem para a vaga deixada pelo ministro aposentado Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF), até que seja garantido o princípio da igualdade de gênero na composição da Corte. O ofício foi enviado nesta quarta-feira, 29.

No documento, o subprocurador argumenta que a eventual escolha de um homem para o cargo, como o advogado-geral da União, Jorge Messias, apontado como um dos favoritos, "perpetuará a desproporcionalidade de gênero" no Supremo. "A atual configuração evidencia uma violação ao princípio da isonomia", escreveu Furtado, em referência ao artigo 5º da Constituição Federal. Além disso, o subprocurador destacou que a ausência de pluralidade de perspectivas pode comprometer a imparcialidade do Supremo diante dos casos que julga.

"Embora as decisões do Supremo sejam técnicas, elas não estão imunes à influência das vivências e perspectivas individuais de seus membros", afirmou Furtado.

Ele também alertou para o risco de o STF se tornar exclusivamente masculino com a aposentadoria da ministra Cármem Lúcia, prevista para 2029. Como mostrou o Estadão, o Supremo teve apenas três mulheres e nenhuma ministra negra entre mais de 170 ministros nomeados ao longo de 134 anos de história.

"A escolha de uma mulher para a vaga aberta não é apenas uma questão de representatividade simbólica, mas de justiça, equidade e compromisso com valores democráticos", completou o subprocurador.

Furtado também mencionou os compromissos internacionais do Brasil, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que prevê o fortalecimento da presença feminina em espaços de poder. Ele pediu que o TCU encaminhe o ofício ao Senado Federal e à Presidência da República, adotando as medidas cabíveis.

O posicionamento de Furtado dialoga com o de entidades ligadas ao Judiciário, que passaram a pressionar o governo federal após o anúncio da aposentadoria de Barroso. Organizações como o Fórum Justiça, a Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos e a Plataforma Justa defendem que o presidente indique uma mulher para ocupar a vaga aberta no STF.

Até mesmo membros da própria Corte já manifestaram publicamente apoio à presença de mais mulheres no Supremo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

JUSTIÇA ABAIXO-ASSINADO POR MAIS MULHERES NO STF ULTRAPASSA 70 MIL ADESÕES"

À frente da iniciativa, Marina Coelho Araújo defende que a baixa presença feminina no Supremo revela um déficit democrático

Por Estadão Conteúdo



O movimento encabeçado por Marina, com apoio de outras advogadas, olha para o futuro. A ideia é começar a sensibilizar o governo sobre a pauta, mirando as próximas indicações

A advogada Marina Pinhão Coelho Araújo, vice-presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), está por trás do abaixo-assinado que alcançou mais de 70 mil adesões em defesa da indicação de mulheres para o Supremo Tribunal Federal (STF).

"É um abaixo-assinado pessoa sica, cidadão, sociedade civil", afirma em entrevista ao Estadão.

Em toda a sua história, o STF teve apenas três ministras: Ellen Gracie, Rosa Weber e Cármem Lúcia, a única ainda em exercício, com aposentadoria prevista para 2029.

"Hoje, o que a gente tem, a meu ver, é um déficit democrático nas respostas e nas decisões do STF em razão da pouca diversidade do tribunal", avalia a advogada.

"O STF só tem homens brancos de uma determinada classe social e idade. Isso não aproxima as decisões da realidade", acrescenta.

A campanha teve início depois que o ministro Luís Roberto Barroso antecipou a aposentadoria. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não escolheu o sucessor, mas os principais cotados são homens.

É a terceira indicação de Lula ao STF no atual mandato. Em 2023, com a saída de Rosa Weber, apesar as pressões pela nomeação de uma mulher, o presidente escolheu Flávio Dino para a vaga da ministra. Antes disso, colocou Crisano Zanin, seu advogado, no lugar de Ricardo Lewandowski.

O movimento encabeçado por Marina, com apoio de outras advogadas, olha para o futuro. A ideia é começar a sensibilizar o governo sobre a pauta, mirando as próximas indicações ao tribunal.

"A gente precisa entender da presidência qual tem que ser o movimento para ter mulheres viáveis nesse papel. Não estamos sugerindo nenhum nome específico. É um movimento amplo pela questão do gênero", explica.

O grupo tem consciência de que a indicação para a vaga de Barroso está avançada e que dificilmente uma mulher será a escolha do presidente, mas quando a poeira baixar as advogadas pretendem buscar uma aproximação com o Planalto.

"Esse movimento não é contra Jorge Messias, não é contra Rodrigo Pacheco, é uma coisa mais ampla", afirma.

"O presidente não é avesso a essa pauta. Só não acho que o diálogo é possível em momentos de enfrentamento e tensão. Acho que a gente tem que conversar de uma forma mais ampla para realmente construir uma escada."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

INTERNACIONAL - TRUMP ANUNCIA AVANÇO COM XI JINPING EM NEGOCIAÇÕES SOBRE TERRAS RARAS

Presidente dos EUA afirma que Pequim manterá fluxo de minerais críticos e ampliará compras de produtos agrícolas e energia

Estadão Conteúdo



Donald Trump também voltou a dizer que o líder chinês Xi Jinping afirmou que trabalhará com esforço para interromper o fluxo de fentanyl em território norte-americano

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a classificar a reunião com o seu homólogo chinês, Xi Jinping, como "verdadeiramente excelente" e ressaltou que há "um enorme respeito" entre os dois países, em publicação na Truth Social. Na postagem, ele afirmou que a China concordou em continuar o fluxo de terras raras, minerais críticos e ímãs "de forma aberta e livre".

"Concordamos em muitas coisas, e em outras, inclusive de grande importância, estamos muito perto de chegar a um acordo", escreveu, ao dizer que se sentiu "honrado" por Xi ter autorizado a China a começar a compra de grandes quantidades de soja, sorgo e outros produtos agrícolas. "Nossos agricultores ficarão muito felizes! De fato, como já disse uma vez durante minha primeira administração, os agricultores de vem imediatamente sair e comprar mais terras e tratores maiores", acrescentou.

Trump também voltou a dizer que Pequim afirmou que trabalhará com esforço para interromper o fluxo de fentanil em território americano e que a potência asiática concordou que iniciará o processo de compra de energia dos EUA.

"Uma transação em grande escala pode ocorrer em relação à compra de petróleo e gás do grande estado do Alasca", afirmou Trump. O presidente americano disse que o secretário de Energia dos EUA, Chris Wright e o secretário do Interior, Doug Burgum, bem como as equipes de energia, se reunirão para ver se tal acordo energético pode ser concretizado. "Os acordos alcançados hoje trarão prosperidade e segurança para milhões de americanos", defendeu.

Tarifas

A China vai ajustar as medidas adotadas em resposta às tarifas impostas pelos Estados Unidos, informou o Ministério do Comércio. A decisão faz parte de um conjunto de ações anunciadas após o encontro entre os presidentes Xi Jinping e Donald Trump em uma reunião presencial em Busan, na Coreia do Sul.

O governo chinês comunicou que suspenderá por um ano as medidas de controle de exportações implementadas em 9 de outubro, que incluíam restrições às terras-raras, e pausará contramedidas relacionadas às investigações da Seção 301. Também será interrompida a cobrança de taxas portuárias, em reciprocidade à decisão dos EUA de suspender uma investigação sobre o setor naval chinês.

Pequim ainda afirmou ter chegado a um consenso com Washington sobre a cooperação no controle do fentanil e confirmou que os EUA reduzirão em 10 pontos porcentuais as tarifas ligadas ao tema. O Ministério do Comércio acrescentou que a China buscará resolver adequadamente as questões envolvendo o TikTok no âmbito das negociações bilaterais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025

INTERNACIONAL - TRUMP ORDENA A RETOMADA DE TESTES COM ARMAS NUCLEARES

Estadão Conteúdo



Os EUA interromperam os testes explosivos de armas nucleares em 1992, antes de o ex-presidente George Bush implementar uma moratória sobre testes ao final da Guerra Fria

A caminho de um crucial encontro diplomático, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse na quarta-feira, 29, que instruiu o Departamento de Defesa a retomar testes de armas nucleares, um dia depois de a Rússia ter anunciado o teste de uma arma nuclear capaz de provocar um tsunami.

"Devido aos programas de testes de outros países, instruí o Departamento de Guerra a iniciar os testes de nossas armas nucleares em igualdade de condições", escreveu Trump em sua rede social Truth Social enquanto viajava para Busan, na Coreia do Sul, onde se encontrará com o presidente da China, Xi Jinping.

Os Estados Unidos interromperam os testes explosivos de armas nucleares em 1992, antes de o ex-presidente George H.W. Bush implementar uma moratória sobre tais testes ao final da Guerra Fria.

Não havia indicação de que os EUA começariam a detonar ogivas nucleares, e os militares já testam regularmente seus mísseis e outros equipamentos. A Casa Branca não respondeu imediatamente às perguntas que solicitavam mais detalhes.

A ameaça de retomar os testes, os primeiros em 33 anos para os Estados Unidos, foi estranha tanto pelo momento quanto pelo conteúdo.

Ela ocorreu pouco antes de seu encontro agendado com o líder chinês, que supervisiona um dos programas de desenvolvimento nuclear mais rápidos do mundo. No entanto, a China não testa uma arma nuclear desde 1996, e a Rússia não realiza um teste confirmado desde 1990.

Trump publicou a atualização nas redes sociais enquanto seu helicóptero, o Marine One, estava no ar a caminho do Aeroporto Internacional de Gimhae para se encontrar com Xi.

"A Rússia está em segundo lugar, e a China em um distante terceiro, mas estarão empatadas dentro de 5 anos", observou Trump.

A expressão "em igualdade de condições" da mensagem pode significar que Trump demonstrará o poder dos mísseis americanos ou dos avos nucleares submarinos, em vez de realizar um teste nuclear propriamente dito.

Este encontro marca a primeira reunião presencial entre os líderes desde que Trump iniciou seu segundo mandato em janeiro e começou a impor tarifas sobre as importações da China, e tem como objetivo estabilizar uma das relações geopolíticas mais importantes do mundo em meio a uma guerra comercial instável.

Mas a publicação de Trump sinalizou que o encontro poderia tomar outros rumos - mesmo que ele parecesse demonstrar que estava gostando da oportunidade de se encontrar com Xi.

"O G2 se reunirá em breve!", publicou Trump em letras maiúsculas usando uma abreviação para o "Grupo dos Dois", as maiores economias do mundo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/10/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

VALE TEM LUCRO 9% MAIOR, SINALIZA COM DISTRIBUIÇÃO EXTRA PARA ACIONISTAS, MAS DIZ QUE ESPERA IR MÍNIMO PARA DECIDIR

Com produção de minério de ferro no maior nível desde 2018, antes do acidente em Brumadinho (MG), companhia anunciou lucro líquido de R\$ 14,6 bilhões no terceiro trimestre, diante de receita líquida de R\$ 56,7 bilhões

POR VINICIUS NEDER — RIO DE JANEIRO



Mina da Vale — Foto: Bloomberg

No dia seguinte ao anúncio do lucro líquido do terceiro trimestre, de R\$ 14,6 bilhões, alta de 9% ante igual período de 2024, a mineradora Vale sinalizou nesta sexta-feira que poderá fazer distribuições extraordinárias do lucro nos próximos meses, mas a decisão dependerá das novas regras do Imposto de Renda. O resultado foi obtido a partir de uma receita líquida de R\$ 56,7 bilhões no terceiro trimestre, alta de 7% ante um ano antes.

As ações da companhia fecharam o pregão na B3 com alta de 2,27%, a R\$ 65,26.

Marcelo Bacci, vice-presidente executivo de Finanças, Relações com Investidores (CFO) da mineradora, disse que é “provável” que a companhia opte pelo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) — as duas formas pelas quais as empresas abertas distribuem o lucro para os acionistas — extraordinários “nos próximos meses”, durante uma teleconferência com analistas de mercado.

Data para dividendo extra depende de mudança no IR

Questionado por jornalistas, o executivo evitou precisar uma data, e explicou que, além da capacidade de geração de caixa, será levado em conta na hora de decidir pela distribuição adicional do lucro o desenho final das novas regras do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Para isentar quem ganha até R\$ 5 mil ao mês, o governo está propondo um IRPF mínimo para quem ganha mais de R\$ 50 mil ao mês, o que levará à tributação dos dividendos, hoje isentos.

Segundo Bacci, no caso da Vale, há dois pontos incertos nas novas regras, que estão em projeto de lei (PL) em tramitação no Senado. O primeiro é que a proposta prevê que dividendos declarados sobre lucros obtidos até a aprovação da lei poderiam seguir isentos desde que pagos em até três anos, mas isso seria contraditório ao prazo previsto na Lei das S.A., que é menor.

O segundo ponto incerto é uma particularidade da Vale. No planejamento tributário da companhia, a maior parte do lucro é distribuído via JCP, cujo recebimento não é isento do IRPF — e nada mudará para ele com as novas regras. Dessa forma, os acionistas da mineradora poderiam ser pouco afetados pelo IRPF mínimo.

— Estamos monitorando tudo isso, para poder tomar a decisão sobre os dividendos. É por isso que também não consigo dizer o que quer dizer “em breve” quando falamos do prazo para decidir. Depende tanto do desempenho de geração de caixa da companhia quanto de desbrincharmos essa questão tributária — afirmou Bacci, em entrevista coletiva nesta sexta-feira.

De volta ao topo no minério de ferro

Ao anunciar os resultados, a Vale chamou a atenção para a produção de 94 milhões de toneladas de minério de ferro no terceiro trimestre, alta de 4% ante igual período de 2024.

Foi o melhor desempenho trimestral desde 2018, antes da produção da mineradora ser afetada pelas paralisações decorrentes do rompimento de uma barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), no início de 2019.

Para este ano fechado, a Vale trabalha com a projeção de produzir de 325 milhões a 335 milhões de toneladas de minério de ferro — caminhando, assim, para retomar o posto de maior produtora global desse mineral.

A companhia também destacou a produção de cobre, que ficou em 91 mil toneladas, alta de 6% ante o terceiro trimestre de 2024. Também foi o melhor desempenho desde 2018, mas aí considerando apenas os terceiros trimestres, e não todos os trimestres.

A produção resultou em vendas de 86 milhões de toneladas de minério de ferro no terceiro trimestre, 5% acima de um ano atrás.

Analistas elogiam estratégia

A diferença das vendas para a produção incluiu a destinação de 4,5 milhões para a recomposição de estoques, como parte da estratégia comercial da Vale de privilegiar a venda de misturas de minério de ferro que atendam a necessidade dos clientes, o que resultou em preços melhores para a companhia — ao questionarem os executivos da empresa sobre isso em teleconferência na manhã desta sexta-feira, analistas de mercado elogiaram a estratégia.

"Um destaque fundamental é o sólido desempenho de custos, especialmente na área de soluções em minério de ferro, onde a eficiência melhorou, com a empresa confiante em cumprir sua meta de custo para 2025. Adicionalmente, houve reduções notáveis nos custos do cobre e níquel", diz um relatório da XP Investimentos.

No terceiro trimestre, o indicador de custo principal da Vale ficou em US\$ 20,7 por tonelada de minério de ferro. Os diretores da mineradora reafirmaram a convicção de que a meta de ficar no intervalo de US\$ 20,5 a US\$ 22 por tonelada será atingida este ano.

No caso do cobre, o indicador de custo de produção ficou em US\$ 1 mil por tonelada, um tombo de 65% em relação ao verificado no terceiro trimestre de 2024. Para o níquel, o indicador ficou em US\$ 12,3 mil por tonelada, 32% abaixo do registrado um ano antes.

"As principais variáveis operacionais já haviam sido precificadas pelo mercado quando a Vale reportou seu relatório de Produção e Vendas (em 21 de outubro)", diz um relatório da corretora Genial Investimentos, "entretanto, um elemento importante que os investidores ainda não tinham conhecimento era o custo, que foi divulgado apenas agora no resultado financeiro".

Segundo os analistas da Genial, somados os dados de produção e custo, "é possível esperar que o resultado seja bem recebido pelo mercado". Segundo o relatório, os custos controlados indicam "um bom trabalho de execução da companhia em neutralizar a inflação geológica com ganhos em giros de estoques e diluição de custos fixos, como consequência do aumento da confiabilidade dos ativos e de um plano de lavra mais eficiente".

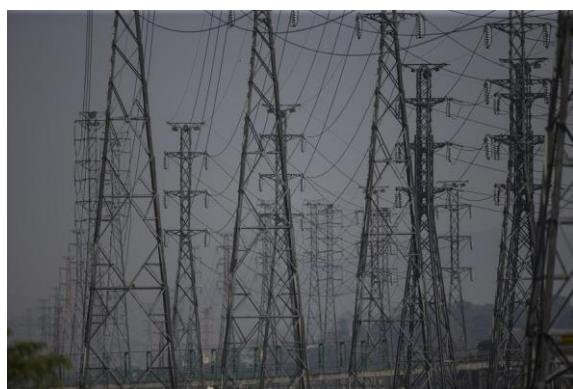
Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/10/2025

GOVERNO LEILOA MIL QUILÔMETROS DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA COM INVESTIMENTO PREVISTO DE R\$ 5,5 BILHÕES

Seis empresas arremataram lotes em 12 estados; novas linhas ajudarão a reduzir o corte na geração de energia de fontes eólica e solar

Por João Sorima Neto — São Paulo



Linhos de transmissão de energia: governo federal leiloou mais 1 quilômetros de linhas na B3 — Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo

Com investimentos previstos de R\$ 5,5 bilhões nos próximos cinco anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) leiloou 1.081 quilômetros de linhas de transmissão na B3, em São Paulo. Os ativos foram divididos em lotes, que abrangem 12 estados: Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

Seis empresas diferentes arremataram lotes. Shalom FIP (lote 1), Rialma (lote 2), CPFL (lote 3), FIP Warehouse, do banco BTG (lote 4), EDP (lote 5) e Eletrobras CGT Eletrosul - Axia (Lotes 6 e 7). As propostas vencedoras representaram um deságio médio de 47,98% em relação à Receita Anual Permitida (RAP) máxima de R\$ 937 milhões.

O prazo para conclusão das obras varia de 42 a 60 meses, dependendo da complexidade da construção, informou a Aneel. Foi o primeiro leilão de transmissão neste ano. Especialistas avaliam que o país precisa de mais linhas de transmissão para reduzir o chamado 'curlailment', que é a



limitação ou corte da geração de energia, principalmente de fontes renováveis como solar e eólica, quando a oferta é maior que a demanda.

A interrupção acontece também quando a rede de transmissão não tem capacidade de escoar a energia gerada nas usinas. Na prática, a energia que poderia ter sido produzida é desperdiçada, prejudicando os geradores de energia, que vêm reduzindo investimentos.

Mais de 13 mil empregos

A previsão da Aneel é de criação de mais de 13 mil empregos diretos e indiretos. Os vencedores terão que construir e manter as linhas de transmissão e de subestações com 2.000 megawatts (MW) de capacidade de transformação. Os projetos integram o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal e as concessões têm prazo de 30 anos.

O analista Bernardo Viero, da Suno Research, avalia que a Eletrobras/Axia teve destaque, levando a maior RAP (R\$ 139 milhões) e o principal compromisso de investimentos (R\$ 1,6 bilhão) arrematando os lotes 6 e 7, de forma consolidada, oferecendo um deságio médio de 47,7% .

— Os ativos são quatro subestações, sendo duas em Minas Gerais e duas no Rio Grande do norte. A companhia deve ganhar cada vez mais protagonismo nessas disputas por poder encontrar sinergias em todas as regiões do país, dado o tamanho das suas operações de transmissão — diz o analista.

O advogado Diogo Nebias, especialista em contratos de infraestrutura e sócio do Panucci, Severo e Nebias Advogados, observa que houve seis vencedores diferentes, o que mostra a relevância do investimento em linhas de transmissão de energia atualmente.

— A concorrência foi acirrada. Diante de um sistema com subcapacidade de escoamento de energia por fontes solar e eólica (excesso de oferta) e aplicação da bandeira tarifária vermelha em diversas regiões consumidoras, investir em linhas de transmissão tornou-se primordial. É ferramenta para fortalecer o Sistema Interligado Nacional (SIN) — diz ele.

Veja quais empresas venceram o leilão

- Lote 1: Atende São Paulo e Guarulhos, foi arrematado pela FIP Shalom, que apresentou proposta de R\$ 27 milhões, o que representa deságio de 57,51%.
- Lote 2: Arrematado pela Rialma Administração e Participações S.A com oferta de R\$ 85,9 milhões de RAP, deságio de 36,73%. Tem instalações nos estados da Paraíba, Pernambuco, Maranhão e Piauí.
- Lote 3: Arrematado pela CPFL, que apresentou R\$ 81,1 milhões de proposta, deságio de 53,93%. Passa pelos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.
- Lote 4: Ficou com o FIP Warehouse, com oferta de RAP de R\$ 116,2 milhões, deságio de 47,30%. Tem instalações em Rondônia e Mato Grosso.
- Lote 5: EDP Transmissão Goiás arrematou o Lote 5, localizado no estado de Goiás, com proposta de R\$38.080.000,00, deságio de 49,18%.
- Lote 6: A Axia Energia (Eletrobras CGT Eletrosul) ficou com o lote que passa em Minas Gerais. Propostas de R\$ 43,1 milhões no sublote 6A e R\$ 23,7 milhões no sublote 6B, um deságio de 50,23%.
- Lote 7: Também conquistado pela Axia Energia (Eletrobras CGT Eletrosul) e localizado no Rio Grande do Norte. Oferta de R\$ 48,2 milhões para o sublote 7A e R\$ 23,7 milhões para o sublote 7B, deságio de 45,14%.

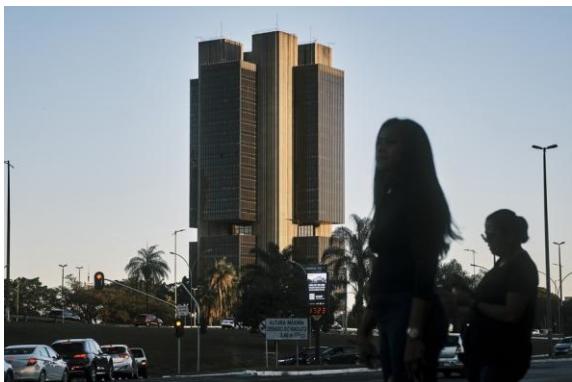
Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 31/10/2025

SETOR PÚBLICO TEM DÉFICIT DE R\$ 17,5 BILHÕES EM SETEMBRO E DÍVIDA BRUTA SOBE PARA 78,1% DO PIB

Resultado foi puxado pelo rombo nas contas do governo central e pelo aumento dos juros da dívida

Por Bruna Lessa — Brasília



Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília —
Foto: Gustavo Minas / Bloomberg

O setor público brasileiro – que reúne União, estados, municípios e estatais (exceto bancos e a Petrobras) – fechou setembro de 2025 no vermelho. Segundo dados divulgados nesta sexta-feira pelo Banco Central, as contas tiveram déficit primário de R\$ 17,5 bilhões, resultado pior que o de setembro do ano passado, quando o rombo havia sido de R\$ 7,3 bilhões.

O déficit primário ocorre quando o governo gasta mais do que arrecada em impostos e contribuições, sem contar o pagamento dos juros da dívida.

No detalhamento:

- Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central): déficit de R\$ 14,9 bilhões
- Estados e municípios: déficit de R\$ 3,5 bilhões
- Estatais: superávit de R\$ 1 bilhão

Nos últimos 12 meses, o déficit acumulado somou R\$ 33,2 bilhões, o equivalente a 0,27% do PIB, piorando em relação aos 0,19% do PIB registrados até agosto.

Juros da dívida e resultado nominal

Além dos gastos do dia a dia, o governo também precisa arcar com os juros da dívida pública, que somaram R\$ 84,7 bilhões em setembro, bem acima dos R\$ 46,4 bilhões pagos no mesmo mês de 2024. O aumento foi influenciado pela alta da taxa Selic, pelo maior endividamento e pela piora no resultado das operações de câmbio.

Somando o resultado primário e os juros da dívida, o déficit nominal chegou a R\$ 102,2 bilhões em setembro. No acumulado em 12 meses, o rombo alcança R\$ 1,018 bilhões, o equivalente a 8,16% do PIB.

Dívida do país

A dívida líquida do setor público, que desconta os ativos do governo, subiu para 64,8% do PIB (R\$ 8,1 trilhões), ante 64,2% em agosto. Já a dívida bruta, que considera todo o endividamento sem descontar ativos, atingiu 78,1% do PIB (R\$ 9,7 trilhões), também em alta frente ao mês anterior.

O avanço da dívida foi puxado pelos juros, pelas emissões líquidas de títulos e pela valorização do dólar frente ao real. A dívida bruta é o principal indicador acompanhado por investidores para medir se o país está conseguindo controlar suas contas públicas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/10/2025

POR QUE MUDANÇA NO CÁLCULO DOS ROYALTIES APROVADO NO CONGRESSO DESAGRADA PETROLEIRAS E ANIMA REFINARIAS PRIVADAS? ENTENDA

Medida provisória relacionada ao setor elétrico também mudou preço de referência do petróleo. Petroleiras são contra as alterações no novo marco para o setor

Por Vinicius Neder e Bruno Rosa — Rio

O Congresso aprovou nesta quinta-feira a medida provisória que reformula as regras do setor elétrico. O texto também abordou também o setor petrolífero. Estabeleceu uma mudança na forma de calcular o preço de referência do petróleo produzido no Brasil, que serve de base para o pagamento de royalties e outras contribuições feitas pelas petroleiras aos cofres públicos.



Refinaria Mataripe, na Bahia: controle privado após venda pela Petrobras — Foto: Divulgação

7

A mudança, segundo especialistas, deve na prática aumentar o preço de referência a ser calculado. A Associação Nacional dos Refinadores Privados (RefinaBrasil) alega que a alteração pode aumentar a arrecadação sobre o produto em R\$ 83 bilhões na próxima década.

A expectativa é que a mudança crie incentivos para que as petroleiras vendam uma parte maior de sua produção no mercado doméstico, em vez de exportar, alegam as refinarias, mas os produtores refutam essa possibilidade.

As refinarias independentes de petróleo, ou seja, que não pertencem à Petrobras, comemoraram a mudança na forma de cálculo dos preços do petróleo para fins de cobrança dos royalties e participação especial (PE), aprovada ontem junto com a medida provisória (MP) que reforma o setor elétrico. Já representantes das petroleiras não gostaram.

Por que a nova regra divide o setor?

A mudança colocou em campos opostos as petroleiras, incluindo a Petrobras, representadas pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), e o grupo de refinarias independentes, representado pela Associação Nacional dos Refinadores Privados (Refina Brasil).

As independentes respondem por cerca de 20% da produção de combustíveis do país. A maior delas é a Refinaria de Mataripe, na Bahia, operada pela Acelen, empresa da Mubadala, a gestora do fundo soberano de Abu Dhabi.

A proposta foi incluída no relatório da conversão da MP pelo próprio relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) — uma das refinarias independentes, a Ream, fica no distrito industrial de Manaus, estado do parlamentar.

Abaixo do mercado

Atualmente, o preço usado no cálculo do quanto as petroleiras pagam de royalties e PE — pelo marco legal, as compensações são devidas aos governos das três esferas — é determinado conforme uma fórmula criada pela ANP, agência reguladora do setor.

Segundo a Refina Brasil, os preços de referência da ANP ficam recorrentemente abaixo dos valores de mercado, subestimando royalties e PE. Em dez anos, a subestimação tiraria R\$ 83 bilhões dos cofres da União, dos estados e dos municípios, calculou a entidade, mas o problema mesmo é o fato de que o preço de referência é usado para registrar as exportações na Receita Federal.

Quando as empresas produtoras de petróleo exportam hoje, antes da mudança, utilizavam o preço de referência brasileiro, que é menor. Assim, enviavam o petróleo para tradings no exterior. O Imposto de Renda (IR) incidente era calculado com base nesse valor reduzido.

Lá fora, essas tradings revendiam o petróleo a preço de mercado internacional e as petroleiras lucravam na diferença. Essa diferença na cobrança do IR deve gerar R\$ 9 bilhões, segundo uma fonte.

'Somos obrigados a importar'

Evaristo Pinheiro, presidente da Refina Brasil, diz que, ao vender internamente, as produtoras pagam os tributos sobre o preço efetivo de venda, e não sobre a referência da ANP.

— A petroleira prefere exportar porque paga menos Imposto de Renda e CSLL, indevidamente menos, do que se vender no mercado interno. E aí acabamos ficando sem o produto aqui no Brasil e somos obrigados a importar petróleo, mesmo o Brasil sendo superavitário na produção de petróleo — afirmou Pinheiro.

Com isso, os produtores de petróleo — incluindo Petrobras, Shell e outras companhias atuantes no país — preferiam exportar, já que obtinham um ganho maior na exportação do que vendendo para as refinarias privadas brasileiras.

Alertas repetidos

O IBP vem alertando, desde a apresentação do relatório de Braga, que a mudança será difícil de ser implementada e tenderá “a gerar distorções relevantes no cálculo das receitas governamentais, desestimulando investimentos em campos de menor produtividade e reduzindo a atratividade do ambiente exploratório brasileiro”.

Além disso, o IBP diz que a mudança seria desnecessária. Um levantamento do instituto aponta que a regra atual já era alinhada com as práticas de mercado, refutando a alegação de que o preço de referência da ANP seria subestimado.

Comparando cotações da consultoria Platts para o petróleo dos campos de Búzios e Tupi, no pré-sal, com as obtidas na regra da ANP, o estudo aponta as semelhanças numa tabela. Para isso, desconta dos preços cobradas nas plataformas dos dois campos os “custos logísticos de cabotagem e transbordo para entrega no porto”.

— O preço atual usado para cálculo dos royalties e PE, que é o preço de referência, é o que melhor reflete o verdadeiro preço de mercado — afirmou o diretor de Exploração e Produção do IBP, Cláudio Nunes.

Reforma tributária

A avaliação é que eventual aumento da arrecadação com royalties e PE viria da incorporação dos custos de frete e seguro na base de cálculo, o que afrontaria o marco legal.

O IBP vem negando que as refinarias independentes poderão se beneficiar da mudança, pois o incentivo às exportações estaria na estrutura da tributação, que será melhorada com a Reforma Tributária.

Assim, o petróleo nacional vendido no mercado doméstico seria mais caro para as refinarias independentes por causa da elevada tributação local, e não por causa da dinâmica de preços de referência para os royalties e PE. Segundo fontes do setor, Lula deve vetar, mesmo elevando a arrecadação.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 31/10/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO FEDERAL PUBLICA EDITAL DE R\$ 200 MILHÕES PARA RETOMADA DAS OBRAS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA

Investimento total na Transnordestina, principal projeto de infraestrutura do governo federal no Nordeste, é estimado em R\$ 14,9 bilhões; extensão passará de 1,2 mil quilômetros

Por Elisa Calmon (Broadcast)

O governo federal lançou, nesta sexta-feira, 31, o edital para a retomada das obras da Ferrovia Transnordestina, em Pernambuco. A licitação prevê um investimento de R\$ 200 milhões para a execução das obras em um trecho de 73 quilômetros entre os municípios de Custódia e Arcos.

O trecho, identificado como Lote SPS 04, faz parte do traçado estratégico que liga Salgueiro ao Porto de Suape e abrange também os municípios de Sertânia e Buíque. A retomada do ramal pernambucano foi incluída no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A expectativa é de que as obras deste lote gerem aproximadamente 6 mil empregos diretos e indiretos, com um prazo de contrato estipulado em 57 meses.



Ferrovia vai ligar de Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém (CE), com o ramal pernambucano se estendendo até o Porto de Suape
Foto: Nilton Fukuda/Estadão

Em Pernambuco, 179 quilômetros da ferrovia já estão concluídos, o que representa 38% do total da obra no Estado. Os editais dos trechos SPS 05 e SPS 07 serão lançados no próximo ano, segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho, que participou do lançamento nesta sexta-feira, 31. Também estiveram presentes os ministros Silvio Costa Filho (de Portos e Aeroportos) e Frederico Siqueira (das Comunicações).

A Transnordestina é considerada o principal projeto estruturante do governo federal na Região Nordeste, com um investimento total estimado em R\$ 14,9 bilhões.

A ferrovia completa terá mais de 1,2 mil quilômetros de extensão, de Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém (CE), com o ramal pernambucano se estendendo até o Porto de Suape, atravessando um total de 53 municípios.

O objetivo do projeto é reduzir os custos logísticos, ampliar a capacidade de escoamento de mercadorias, como grãos e minérios, e estimular o desenvolvimento econômico de toda a região.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/10/2025

MARINA SILVA CRITICA TRECHO SOBRE LICENCIAMENTO RÁPIDO PARA HIDRELÉTRICAS EM MP DO SETOR ELÉTRICO

Texto prevê uso de licenciamento especial às usinas em razão de seu 'caráter estratégico para a segurança hídrica e energética', sem necessidade de passar pelo governo federal

Por Renan Monteiro (Broadcast) e Paula Ferreira

BRASÍLIA - A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, criticou nesta sexta-feira, 31, dois trechos aprovados na quinta-feira na medida provisória (MP) 1.304/2025. O primeiro é a previsão de contratação de usinas movidas a carvão e o segundo é a previsão de licenciamento acelerado para usinas hidrelétricas, inclusive as chamadas reversíveis.

Após três dias de longas discussões na comissão mista que analisou a MP, com debates e ajustes no relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) sobre a medida, o texto foi aprovado por rápidas votações nos plenários da Câmara e do Senado, entre 1 a 5 minutos, em votação simbólica.

Está previsto no texto o uso do Licenciamento Ambiental Especial (LAE) às usinas hidrelétricas e seus reservatórios, em razão de seu "caráter estratégico para a segurança hídrica e energética e estabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN)". Essa foi a justificativa presente na MP.



A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva Foto: Wilton Junior/Estadão

O ponto de atenção é o seguinte: o governo federal é quem define o caráter estratégico e, portanto, a necessidade de garantir celeridade nesses licenciamentos. No caso das hidrelétricas, essa caracterização é automática, sem necessidade de passar pelo crivo do Executivo. Esse foi o argumento utilizado pela ministra Marina Silva.

"Fomos surpreendidos em uma votação que durou mais ou menos cinco minutos para poder aprovar esse dispositivo, ao arrepio das boas práticas de licenciamento para projetos altamente impactantes, como são reservatórios e como são hidrelétricas. Obviamente que, nesse caso, o ministério e o governo, com certeza, não têm compromisso com essa mudança", declarou.

Em relação ao carvão, a MP deve beneficiar, por exemplo, a usina de Candiota (RS), movida a carvão, cujos contratos de venda de energia estavam prestes a expirar. Com a autorização prevista na MP, Candiota poderá continuar gerando energia até 2040, e sua produção será comprada como energia firme (de reserva) para o sistema.

Marina Silva esteve em entrevista à imprensa sobre a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30). Ela defendeu que sejam abordados temas como financiamento e a transição rumo ao fim do uso de combustíveis fósseis, termo este que foi fixado durante a COP-28 em Dubai.

"Isso exige de nós e de todos os países produtores e consumidores de petróleo que tenhamos indicadores de esforço que sejam gradativamente aumentados para além do que nós temos", disse a ministra.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/10/2025

ACORDO BRASIL-EUA SOBRE TARIFAS PODE BENEFICIAR CLIENTES E ELEVAR COMPRA DE AÇO, DIZ CEO DA GERDAU

Segundo Gustavo Werneck, resultado mais forte da empresa nos EUA no terceiro trimestre deste ano se deve à política protecionista de Trump

Por Wilian Miron (Broadcast)

Um possível acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos sobre as tarifas comerciais é visto como benéfico pelo diretor-presidente da Gerdau, Gustavo Werneck, e com potencial para beneficiar alguns de seus clientes locais que exportam produtos para o mercado norte-americano.

Durante teleconferência com jornalistas, nesta sexta-feira, 31, o executivo explicou que o benefício não é direto para a empresa, que já tem uma operação nos Estados Unidos. Segundo ele, além do impacto econômico para o País, o acordo pode levar a uma maior compra de aço por clientes que vendem produtos no exterior, especialmente máquinas e equipamentos.

"Se o mercado se tornar um pouco mais adequado para que esses clientes exportem, isso possibilitaria que a Gerdau vendesse mais aço para eles aqui no Brasil." Werneck também afirmou que outro benefício seria a normalização de relações entre os dois países.

Protecionismo de Trump

Werneck atribuiu resultado mais forte nos Estados Unidos no terceiro trimestre deste ano à política protecionista do presidente Donald Trump.



O diretor-presidente da Gerdau, Gustavo Werneck
Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Segundo ele, o governo dos EUA tem adotado medidas robustas para reduzir a entrada desleal de aço importado, o que tem impactado positivamente os negócios da empresa naquele país.

De julho a setembro, a operação norte-americana da Gerdau teve uma participação de 65% no Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda, da sigla em inglês) do período. No segundo trimestre, esse indicador já havia sido de 61%.

"Está totalmente relacionado a isso, e não é só de agora, desde a primeira administração Trump", disse.

Werneck afirmou, ainda, que nos Estados Unidos há uma demanda "muito forte" por aço e que ela deve continuar existindo nos próximos anos.

O diretor-presidente da Gerdau disse ainda que uma das frentes possíveis de demanda é a construção de data centers para sustentar a transformação digital. "A quantidade de data centers que serão construídos nos Estados Unidos corresponde a 800 campos de futebol", afirmou.

Aço importado

O diretor-presidente da Gerdau disse que o nível de importação de aço no Brasil está em 25% aproximadamente, nível considerado insustentável para a indústria nacional, e defendeu a adoção pelo governo de medidas mais restritivas à entrada desses produtos no mercado interno.

Segundo ele, já existem discussões com o governo para a adoção de medidas mais robustas para dar competitividade para o produto brasileiro, para equilibrar melhor a concorrência. Ele afirmou que o principal concorrente do aço nacional é o importado, principalmente da China. "As medidas existentes não têm sido eficazes e está entrando um grande volume", afirmou.

Werneck disse, ainda, que em vista desse cenário as conversas com o governo aceleraram nas últimas semanas, e que existe uma sensibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à situação da indústria siderúrgica nacional. Ele ainda mencionou que o cenário para 2026 é incerto, mas que as demandas do setor têm sido bem recebidas pelo governo, e que uma medida pode ser adotada nos próximos meses.

"O governo entendeu que é impossível a indústria de aço sobreviver se continuar desse jeito, eles entenderam que não tem fôlego mais para setor trabalhar no vermelho", disse.

Minério sustentável

A Gerdau está se preparando para produzir minério sustentável em Miguel Burnier, em Minas Gerais, e o projeto já tem 90% de avanço físico, disse Werneck.

Durante a teleconferência, ele afirmou que alguns equipamentos do complexo já iniciaram o comissionamento e testes a quente, e que o início da operação integrada do projeto está previsto para ocorrer no início de 2026.

Ele também afirmou que o projeto fica perto de Ouro Preto, e que será usado um mineroduto até a usina de Ouro Branco. Esta solução deve retirar 400 caminhões por dia da estrada, o que na visão

do executivo é um exemplo da preocupação da empresa com a sustentabilidade, reduzindo emissões de CO₂ e dificuldades para os usuários das rodovias.

Quanto aos planos futuros de comercialização, Werneck destacou que o projeto visa primordialmente atender a demanda da usina de Ouro Branco, mas que há uma capacidade produtiva um pouco acima do que o empreendimento exige, o que abre espaço para comercialização a terceiros. "A empresa terá um pouco mais de minério para poder vender e comercializar. Este minério é de "altíssima qualidade", enriquecido a 65% de ferro."

Apesar disso, a estratégia de venda no mercado é limitada e a empresa não tem planos de se tornar uma grande mineradora e competir com outros grandes players desse mercado, como a Vale.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 31/10/2025

DONOS DE GIGANTE FARMACÊUTICA DOAM FORTUNA E CONSTROEM CIDADE DA TECNOLOGIA E DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ

Casal de empresários quer oferecer tecnologia e educação para que outras pessoas também superem o ciclo de pobreza

Por Renée Pereira e Carlos Eduardo Valim

Quando Luiz Donaduzzi nasceu, em janeiro de 1955, em Jaguari (RS), seu pai, Aldemar, enxergou no filho a oportunidade de realizar o que a vida até então lhe negara e, sobretudo, de romper o ciclo de pobreza que marcava a família — descendente de imigrantes europeus chegados ao Brasil entre 1860 e 1870. A escola e o estudo se tornaram quase um mantra para o patriarca, que fez da educação uma promessa e um propósito: transformar o menino em um homem de sucesso.

Não foram poucos os desafios e os percalços no caminho, mas Aldemar cumpriu sua palavra. Luiz estudou, formou-se e construiu uma trajetória que o consagrou como um grande empresário — um homem que, hoje, também tem seus próprios mantras. Um deles é devolver à sociedade parte do que conquistou, ajudando famílias de baixa renda a oferecer educação a seus filhos.

Formado em farmácia e bioquímica pela Universidade Estadual de Maringá e doutor em Biotecnologia pelo Instituto Politécnico de Lorraine de Nancy, Donaduzzi criou uma das maiores empresas do setor farmacêutico brasileiro. Hoje, a Prati-Donaduzzi, fundada em 1993, é a maior produtora de medicamentos genéricos do País, em volume produzido, e vale cerca de R\$ 8 bilhões.



Carmen e Luiz Donaduzzi no projeto Biopark, que tem objetivo de criar uma cidade tecnológica e de inovação no Paraná Foto: Divulgação/Biopark

"Fizemos fortuna. Seria escandaloso ter todo esse dinheiro e deixar tudo para os filhos", diz Donaduzzi. A ideologia e a decisão de doar parte da fortuna sempre foi compartilhada pela mulher, Carmen, com quem teve dois filhos. Ela era irmã de um colega de classe de Luiz na época em que ele estudava em um ginásio agrícola.

Carmen chegou a se declarar para Luiz aos 15 anos em uma carta, mas não foi correspondida. Tempos mais tarde eles se reencontraram, namoraram e se casaram, em 1976. Após concluir a faculdade, os dois foram fazer pós-graduação na França, onde nasceu o primeiro filho. De volta ao Brasil, decidiram criar um negócio próprio e tudo começou com a venda de chás.

A ideia veio após uma breve pesquisa em uma farmácia em Pernambuco, onde estavam morando. Ali Luiz concluiu que os chás poderiam ter grande demanda no inverno chuvoso do Estado. "No dia

seguinte, foi ao mercado e comprou chás a granel, grampo, grampeador e saquinhos plásticos. O casal começaria pelo mais simples possível”, segundo um trecho do livro *Pressa de Futuro*, escrito por Rogério Godinho, que conta a trajetória de Donaduzzi e sua mulher.

O próximo passo era produzir algum tipo de medicamento. Carmen estudou livros, encyclopédias, e o primeiro produto a ser feito pelo casal foi a pasta d’água, usada para tratar queimaduras, assaduras e irritações de pele. Depois vieram algumas cápsulas feitas manualmente — e com muito esforço de Carmen e Luiz.



Após muitas idas e vindas, de volta ao Sul, o casal deu início à construção da Prati-Donaduzzi. Naquela época, o governo do Paraná dava incentivos para empresas que quisessem investir e gerar empregos na região. A cidade escolhida foi Toledo. Ali, a farmacêutica começou a produzir medicamentos quase que de forma artesanal, sem máquinas — as primeiras que chegaram à fábrica eram usadas e tiveram de passar por consertos e adaptações.

Laboratório de Biomateriais e Bioengenharia no Biopark Foto: Carlos Scherer/Estadão

Hoje a Prati-Donaduzzi tem capacidade para produzir 17 bilhões de doses por ano e conta com uma equipe de mais de 5 mil profissionais. A empresa fechou o ano de 2024 com faturamento de R\$ 2,4 bilhões, e a expectativa é de, em 2027, chegar a R\$ 4 bilhões — uma receita mais de 10 vezes superior à de 2013.

Em 2016, o casal Donaduzzi decidiu profissionalizar a gestão da empresa e entregou o comando para Eder Fernando Maffissoni, que era o diretor de Marketing da companhia. Hoje Donaduzzi está no conselho de administração. “Vou lá, fico por duas horas, aprovo as compras e os investimentos e confio no trabalho dos executivos”, diz ele.

Após deixar a presidência da empresa, então com 61 anos, o empresário passou a ter mais tempo para pensar em outras iniciativas. Mas ele não queria ter mais um negócio para ganhar dinheiro. Seu objetivo era criar algo que pudesse ajudar a vida das pessoas, diz.



Biopark: minicidade está sendo construída a 10 km de Toledo (PR); local já tem hospital, colégio e faculdades em operação Foto: Carlos Scherer/Estadão

“A empresa vale em torno de R\$ 8 bilhões, e quem fez isso não fomos nós. Foram os trabalhadores”, diz ele. O casal não tem o objetivo de vender, ter sócio ou abrir o capital da companhia. “Seria como vender as crianças”, diz Donaduzzi.

Cidade tecnológica

Atualmente, o cotidiano deles envolve outras iniciativas. A principal consiste em gastar boa parte da fortuna acumulada na criação do Biopark, uma espécie de cidade tecnológica e voltada para a educação, de 5 milhões de metros quadrados (m²), localizada a 10 quilômetros de Toledo, onde fica a Prati-Donaduzzi. Para desenvolver o projeto, o casal criou uma associação para transferir parte da fortuna e investir no ensino, empreendedorismo e inovação. Isso tudo dentro do Biopark.

A ideia, conforme o livro que relata a vida dos Donaduzzi, era criar um projeto como o de Sophia Antipolis (um parque tecnológico localizado a noroeste de Antibes e sudoeste de Nice, no sul da

França), uma região que em 1969 havia sido capaz de atrair grandes corporações com a estratégia de estimular a inovação. "Décadas depois, a região empregava mais de 40 mil pessoas em pesquisa científica de ponta."

No futuro, a minicidade dos Donaduzzi poderá abrigar 75 mil pessoas, incluindo parte dos profissionais da farmacêutica e suas famílias. O casal afirma já ter investido R\$ 402 milhões no projeto e diz que ainda deve colocar mais R\$ 400 milhões.

"O ensino no Brasil remonta à Revolução Industrial, ao estilo das casernas e prisões. Nós pedimos para a prefeitura a lista de crianças consideradas problemas, para trazermos para nossa escola."

Carmen Donaduzzi

Isso envolve residências para as famílias que terão crianças estudando no local, um hospital comunitário, doado para a Universidade Federal do Paraná, e faculdade. Hoje as moradias são cedidas como benefício aos estudantes bolsistas do Biopark que atendem a uma série de requisitos. Há também algumas unidades onde moram colaboradores da indústria. "Queremos tudo assim. Vamos estar mortos em 10 anos", brinca Luiz.

O coração do empreendimento é desenvolver uma educação de qualidade, desde a infância até o ensino superior. A origem da iniciativa foi perceber que as crianças-problema do ensino tradicional eram apenas malconduzidas e que poderiam ter alto desempenho e fazer a diferença na sociedade. A escola é gratuita para os alunos selecionados, assim como os outros estabelecimentos do Biopark.

"O ensino no Brasil remonta à Revolução Industrial, ao estilo das casernas e prisões", diz Carmen. "Nós pedimos para a prefeitura a lista de crianças consideradas problemas, para trazermos para nossa escola."



Crianças estudam no Colégio Donaduzzi, dentro do Biopark Foto: Carlos Scherer/Estadão

Eles são estimulados a participar de uma incubadora infantil de invenções, que já construiu coisas que vão de pequenos foguetes e cadeiras de rodas elétricas até a formas de acabar com o cascudinho do frango, uma praga que afeta a produção agrícola. "A mudança no ensino não vai vir dos insiders dessa área, mas sim com os outsiders", defende Luiz. "E a inteligência artificial vai chegar como um tsunami."

Os Donaduzzis doaram parte do terreno para receber um campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e construíram um espaço para ter outro campus da UFPR. Também trouxe o Clube de Ciências, o projeto para crianças e adolescentes entre 8 e 17 anos, que surgiu ainda dentro da Prati-Donaduzzi.

Para outros alunos, foi construído um colégio, e no futuro deve ter ainda uma creche. Por fim, há uma faculdade, a Biopark Educação, que promove cursos de ciência e tecnologia, engenharia de biotecnologia, farmácia, administração de empresas, tecnologia, ciência de dados, engenharia de software, inteligência artificial, psicologia e pedagogia.

"Queremos transformá-la numa universidade, em sete ou oito anos. Para isso, ainda precisaremos ter mais cursos, como os de engenharia e pedagogia", afirma Carmen.

Os filhos do casal estão no empreendimento: Victor Donaduzzi, formado em química, é diretor comercial do Biopark e Sara Donaduzzi, que cursou psicologia, atua na parte de RH do Biopark. O

trabalho do casal de empresários é para que os filhos continuem a perpetuar o mantra que começou com Aldemar Donaduzzi: levar educação e conhecimento a um número cada vez maior de crianças.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 31/10/2025



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

RECEITA CRIARÁ DELEGACIA PARA COMBATER ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS AINDA ESTE ANO, DIZ BARREIRINHAS

Outras dez delegacias de repressão devem ser instaladas em diferentes regiões do país, como parte do esforço do governo de enfrentamento a essas organizações

Por Giordanna Neves, Valor — Brasília



Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou nesta sexta-feira (31) que ainda este ano será criada, em Brasília, uma delegacia da Receita voltada ao combate a organizações criminosas. Além dela, outras dez delegacias de repressão devem ser instaladas em diferentes regiões do país, como parte do esforço de enfrentamento a essas organizações.

A instalação da unidade na capital já havia sido anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas não foi implementada porque dependia de uma alteração nas atribuições internas da Receita prevista na Medida Provisória (MP) alternativa ao IOF, que perdeu a validade após não ter sido votada pelo Congresso Nacional. O dispositivo previsto na MP determinava a troca de função gratificada por função executiva que alcançaria 1,8 mil servidores, ao custo de R\$ 6,99 milhões neste ano e de 12,87 milhões em 2026.

"Como a MP não foi apreciada, estamos inserindo (o trecho) em algum outro projeto para ser aprovado este ano para avançar nisso. Planejamos instalar delegacias ainda este ano. Mas o trabalho prossegue independentemente da estrutura da delegacia. A delegacia dará maior estrutura e melhores condições de trabalho. Ela se soma a um esforço muito grande da Receita em modernização de processos de trabalho e regulação", disse.

A declaração do secretário foi feita durante entrevista à imprensa sobre a "Operação Fronteira", concluída hoje após duas semanas de atuação. A operação teve como foco o combate ao contrabando no país, com desdobramentos em crimes como lavagem de dinheiro, evasão, sonegação fiscal e financiamento de organizações criminosas. Ao todo, foram realizadas ações em 20 Estados e 60 municípios.

De acordo com os dados divulgados, a operação realizou aproximadamente 1.800 abordagens, incluindo ações em portos e aeroportos, e houve 27 prisões em flagrante de pessoas envolvidas com tráfico de drogas e contrabando. Foram apreendidas 3,5 toneladas de drogas, entre elas cerca de 600 kg de cocaína, além de 215 mil litros de bebidas destiladas adulteradas, com rótulos e embalagens falsificados.

Além disso, um prédio de 20 andares em Belo Horizonte foi interditado após trabalho de inteligência em conjunto com a Polícia Federal. A operação também apreendeu uma aeronave com mais de 500 smartphones de alto valor, além de 220 veículos. No total, foram bloqueadas mercadorias ilegais avaliadas em R\$ 160 milhões, valor que pode ser ainda mais alto já que ainda há ações em andamento.

Barreirinhas disse ainda que a operação também frustrou a tentativa de roubo de mil pistolas em área alfandegada. Segundo ele, a Receita não costuma divulgar este tipo de dado, mas considerou oportuno no atual cenário. "Neste momento em que se discute apreensão de armas, mostramos que importante é impedir que armas cheguem às mãos de criminosos".

O secretário mencionou ainda que a Receita publicou hoje, no Diário Oficial da União (DOU), a instrução normativa que determina a identificação do CPF de beneficiários finais em fundos de investimento, como mais uma ação de combate às organizações.

"Na operação Carbono Oculto revelamos a utilização de estruturas empresariais e financeiras para movimentação, ocultação e lavagem de dinheiro. Uma dessas estruturas é a cadeia de fundos para esconder beneficiado (...) Pretendemos acabar com isso a partir do ano que vem com essa instrução normativa", disse Barreirinhas. "Gestores vão precisar identificar reais beneficiários".

Ele afirmou ainda que a Receita vai avançar na regulamentação da utilização de criptoativos por organizações criminosas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/10/2025

TRUMP DIZ NÃO CONSIDERAR ATAQUE DENTRO DA VENEZUELA

Declaração vem após reportagem do The Wall Street Journal divulgar que o governo americano estaria planejando ataque contra alvos no país sul-americano, incluindo instalações militares, usadas para o tráfico de drogas

Por Valor — São Paulo



Trump diz que não considera ataque dentro da Venezuela — Foto: Tyrone Siu/AP

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta sexta-feira (31) que não considera um ataque dentro da Venezuela, mesmo diante de relatos de que o país possa expandir sua campanha antidrogas no Caribe.

Ao ser questionado por jornalistas no Air Force One sobre a possibilidade de um ataque no país sul-americano, Trump respondeu: "Não."

WALL STREET JOURNAL DIVULGAR QUE O GOVERNO TRUMP IDENTIFICOU ALVOS NA VENEZUELA, INCLUINDO INSTALAÇÕES MILITARES, USADAS PARA O TRÁFICO DE DROGAS. UM ATAQUE ESTARIA SENDO PLANEJADO CONTRA AS INSTALAÇÕES.

"Caso o presidente Trump decida prosseguir com os ataques aéreos, afirmaram [fontes ouvidas pelo WSJ], esses alvos enviarão uma mensagem clara ao líder venezuelano, Nicolás Maduro, de que é hora de renunciar", diz trecho do texto.

O WSJ acrescenta que Trump não tomou uma decisão final sobre a realização de ataques terrestres ao país, embora tenha dito recentemente na Casa Branca que haverá “em breve uma operação em terra” em sua campanha para interromper o fluxo de drogas da Venezuela para os EUA.

Trump e seus principais assessores estariam se concentrado particularmente em desestabilizar o regime de Maduro. Potenciais alvos em consideração para eventuais ataques incluem portos e aeroportos controlados pelos militares venezuelanos e que supostamente são usados para o tráfico de drogas, incluindo instalações navais e pistas de pouso.

Nas últimas semanas, os EUA vêm deslocando um aparato militar, incluindo navios de guerra, para a região do Caribe, próxima à costa venezuelana, sob o pretexto de combate ao narcotráfico local.

No dia 26 de outubro, um navio de guerra lançador de mísseis dos Estados Unidos chegou a Trinidad e Tobago, arquipélago próximo à Venezuela. É esperado que o grupo de ataque USS Gerald Ford, que inclui o maior porta-aviões nuclear do mundo, navios e guerra e aeronaves chegue à região nos próximos dias, reforçando ainda mais a presença militar americana na região.

O governo americano também vem fazendo ataques contra embarcações no Caribe e Pacífico, sob alegação de que os barcos estariam transportando drogas. No total, os ataques nas duas regiões somam ao menos 57 mortos.

Além disso, Trump confirmou que autorizou que a CIA faça operações secretas na Venezuela. O republicano alega que o país vem libertando um grande número de prisioneiros, incluindo indivíduos de instituições de saúde mental, para os EUA, muitas vezes cruzando a fronteira devido ao que ele descreveu como uma política de fronteira aberta. Trump não especificou qual fronteira eles estavam cruzando.

O segundo motivo, disse ele, eram as drogas que entravam nos EUA vindas da Venezuela, muitas delas traficadas por via marítima.

De acordo com The New York Times, que revelou o plano confirmado por Trump, a medida permite que a CIA realize “operações letais” na Venezuela e conduza uma série de operações no Caribe.

O jornal afirma que a estratégia do governo Trump para a Venezuela, desenvolvida pelo Secretário de Estado Marco Rubio, com a ajuda de John Ratcliffe, o diretor da CIA, visa tirar Maduro — acusado de fraudar a eleição de julho do ano passado — do poder para entregá-lo à oposição.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/10/2025

TRANSNORDESTINA RETOMA OBRAS E REFORÇA APOSTA NA LOGÍSTICA REGIONAL



Com 1,2 mil quilômetros de extensão, ferrovia deve ligar o Piauí ao porto do Pecém até 2029 e destravar investimentos em transporte de cargas na região

Transnordestina — Foto: Divulgação

Ferrovia Transnordestina terá 1.206 quilômetros e ligará Eliseu Martins (PI) ao porto do Pecém (CE). As obras se iniciaram em 2006 e sofreram paralisações e adiamentos. Agora, o governo espera concluir a obra até 2029. A operação no trecho entre São Miguel do Fidalgo (PI) e Acopiara (CE) começaria, em fase de testes, em 24 de outubro, mas a primeira viagem foi adiada por pendências no licenciamento ambiental.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/10/2025

portosenavios

PORAL PORTOS E NAVIOS

TRÉGUA ENTRE EUA E CHINA NÃO SERÁ SUFICIENTE PARA RETOMAR TRANSPORTE DE CONTÊINERES OU EVITAR QUEDA NOS FRETES, APONTA XENETA

Por Danilo Oliveira Navegação 31/10/2025 - 20:33



A trégua comercial de 12 meses entre Estados Unidos e a China não será capaz de reanimar o mercado de transporte marítimo de contêineres, previu, em informe divulgado nesta sexta-feira (31), a consultoria Xeneta, especializada em análises do mercado marítimo e de fretes. O acordo entre os dois países anunciado nesta semana inclui redução de 10% das tarifas sobre o fentanil e suspensão das taxas portuárias, mas isso não impedirá a queda nas taxas de frete marítimo de contêineres em 2026, disse a companhia.

As taxas spot médias da China para a Costa Oeste dos Estados Unidos em 31 de outubro caíram 59% em relação ao ano anterior, para 2.147 dólares por FEU (contêiner de 40 pés), enquanto no sentido inverso a queda foi de 48%, para 3.044 dólares por FEU. As quedas coincidiram com a redução dos volumes nas rotas transpacíficas e de 13% na demanda, em agosto, por transporte de contêineres da China para o mercado americano, na comparação com o mesmo período de 2024.

A Xeneta prevê que as taxas spot médias globais cairão até 25% para todo o ano de 2026 e que as taxas de longo prazo recuarão até 10% nesse cenário de demanda fraca entre as duas nações comerciais mais poderosas do mundo. A previsão para 2026 indica que as taxas médias globais de longo prazo ficarão 20% abaixo dos níveis de dezembro de 2023.

Emily Stausbøll, analista da empresa norueguesa, disse considerar a trégua entre os dois países uma notícia bem-vinda para as transportadoras, algumas atingidas por taxas portuárias multimilionárias, mas que elas ainda correm o risco de prejuízo se as taxas de contratos de longo prazo caírem. "A super capacidade de oferta de transporte marítimo de contêineres será generalizada em 2026, em contraste com a demanda fraca", explicou.

Ela lembrou que a trégua é de 12 meses e não um acordo comercial de longo prazo, o que deixa transportadoras e embarcadores em situações de incerteza. O especialista ressaltou que não foram anunciados detalhes sobre o que foi acordado, o que deixa sem muitas opções os que buscam tomar decisões de longo prazo. "Leva mais de 12 meses para instalar fábricas em outro país se um embarcador quiser transferir suas cadeias de suprimentos da China. Ninguém pode afirmar com certeza qual será a situação quando a trégua expirar ou mesmo se o acordo durará os 12 meses", avaliou a analista.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2025

MPTCU RECOMENDA LEILÃO DO TECON SANTOS 10 EM ETAPA ÚNICA

Por Danilo Oliveira Portos e logística 31/10/2025 - 20:17

Procuradora entendeu que restrições à participação no certame carecem de fundamentação técnica robusta e que não foram demonstrados efeitos anticoncorrenciais concretos que justifiquem exclusão de players relevantes



Um parecer do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), emitido na última quinta-feira (30), recomendou a realização do leilão do Tecon Santos 10 em etapa única e sem restrições à participação de empresas que atualmente já operam no complexo portuário santista. A procuradora-geral do MPTCU, Cristina Machado da Costa e Silva, considerou adequada essa proposta, com a obrigação de desinvestimento caso um dos incumbentes armadores seja vencedor do certame. Ela também pontuou a necessidade de definição de prazo razoável e de mecanismos que assegurem esse cumprimento, sem compartilhamento de informações sensíveis.

A procuradora entendeu que a restrição de participação carece de fundamentação técnica robusta, não tendo sido demonstrados efeitos anticoncorrenciais concretos no mercado pós-leilão que justificassem a exclusão de players relevantes. Ela ressaltou que, no caso dos incumbentes armadores, a obrigação de desinvestimento cogitada pela área técnica da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) gera efeitos estruturais suficientes para fomentar a futura rivalidade entre os grupos verticalizados no mercado.

Cristina acrescentou que essas medidas restritivas são desproporcionais e afrontam os princípios de isonomia, livre concorrência e eficiência. A procuradora acompanhou na íntegra as propostas de determinações e recomendações apresentadas pela Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária do TCU.

“Endossamos integralmente o entendimento da AudPortoFerrovia quanto à ilegalidade da decisão da Antaq de restringir o universo de licitantes no leilão do Tecon Santos 10, por meio da vedação à participação dos incumbentes no Porto de Santos na primeira etapa do certame”, afirmou em seu parecer.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2025

ARTIGO - AFRMM AVANÇA COMO POLÍTICA PÚBLICA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA LOGÍSTICA, DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Por Pascoal Gomes Opinião 31/10/2025 - 19:33



Em tempos de escassez fiscal, desigualdade regional e urgência climática, poucos instrumentos de política pública oferecem resultados tão concretos, mensuráveis e anticíclicos, para a logística, a economia e a indústria naval brasileira, quanto o AFRMM (Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).

De um modo geral, o AFRMM é uma contribuição incidente sobre o frete marítimo na entrada de mercadorias nos portos brasileiros. Criado para impulsionar o transporte aquaviário no Brasil e financiar o desenvolvimento de sua indústria naval, o adicional vai além de sua função arrecadatória, tornando-se uma alavanca estratégica de crescimento econômico com impacto direto em pelo menos 10 setores produtivos, do aço à energia, da construção naval ao varejo, da logística à formação profissional.

Empregos e estrutura produtiva
Segundo o estudo “A importância do AFRMM para o Brasil – Sumário Executivo”, elaborado pelo Instituto ILOS, entre 2009 e 2023, foram viabilizados R\$ 42 bilhões em investimentos por meio do

AFRMM, resultando na construção ou modernização de quase 2 mil embarcações, o que gerou cerca de 81 mil empregos anuais diretos e indiretos.

Além da indústria naval, esses recursos movimentaram estaleiros, fornecedores de aço, fabricantes de motores e guindastes, serviços de engenharia naval e logística portuária, muitos deles localizados em regiões historicamente desfavorecidas. Quase metade desses investimentos foi direcionada às regiões Norte e Nordeste do País, contribuindo para um maior equilíbrio na industrialização do território nacional, possibilitando um maior desenvolvimento regional.

Outro efeito estrutural está na formação de mão de obra especializada. O AFRMM estimula centros de capacitação técnica que preparam engenheiros, operadores e técnicos especializados para atuar em uma cadeia produtiva complexa, que o país não pode se dar ao luxo de perder.

Logística mais eficiente e menos poluente

O fortalecimento do transporte aquaviário também tem implicações diretas na eficiência e na sustentabilidade da logística brasileira. Embora o modal rodoviário continue sendo essencial na distribuição capilar de cargas, sobretudo no transporte de curta distância, sua predominância isolada acarreta custos elevados e impactos ambientais significativos.

A navegação interior e de cabotagem, além de mais econômicas, principalmente nas médias e longas distâncias, emitem até 80% menos CO₂ por tonelada transportada, o que contribui com as metas brasileiras para redução de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) em uma política de descarbonização e sustentabilidade.

Expandir esses modais deve ser uma decisão estratégica, uma vez que, além de mais limpos e previsíveis, são eles que viabilizam o abastecimento de regiões remotas e populações ribeirinhas, sobretudo na Amazônia, onde a hidrovia não é uma opção, mas o único caminho possível.

Diante disto, o AFRMM é o instrumento que torna isso viável, pois garante a manutenção, ampliação e modernização da frota de embarcações brasileiras, dedicadas ao atendimento desses mercados, assegurando regularidade no abastecimento e evitando o aumento do custo de vida em comunidades mais isoladas.

Muitas dessas rotas simplesmente não se sustentariam economicamente sem o benefício do AFRMM como um mecanismo de apoio. A perda desse incentivo também prejudicaria a capacidade do Brasil de ter uma política nacional de transporte que integre o território, reduza desigualdades e ajude a cumprir metas ambientais.

A ausência desse recurso geraria, em pouco tempo, desestruturação de rotas, perda de regularidade no abastecimento e encarecimento do frete para as cidades da Região Norte, principalmente para pequenas comunidades, com impacto direto no custo de vida e na oferta de produtos essenciais.

Perspectivas e riscos para a indústria naval

A indústria naval brasileira já viveu ciclos de crescimento, mas também enfrentou retrações, escassez de crédito e instabilidade institucional e política. Mesmo assim, mantém um potencial relevante. Mesmo que o AFRMM não resolva todos os seus desafios, ele cria uma base mínima de viabilidade que permite que a capacidade produtiva não seja desativada por completo, visto que esse benefício é utilizado pelas Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs), principalmente, nos serviços de docagem, manutenção e reparo, que ocorrem nesses estaleiros nacionais.

E esse é um dos pilares, pois, mais do que garantir a continuidade da indústria naval, esse recurso assegura sua capacidade de continuar existindo com alguma previsibilidade. Sem esse suporte, os estaleiros fecham, a mão de obra se dispersa e a cadeia de fornecedores se desmonta. Levando isso em consideração, mais do que uma fonte de investimento, o AFRMM tem se mostrado uma ferramenta estratégica de política industrial, ambiental e regional. Enfraquecê-lo seria minar a capacidade do Brasil de manter uma indústria naval minimamente ativa, competitiva e preparada para a transição energética.

Para se ter uma ideia, um estudo recente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), demonstrou que o AFRMM é uma das poucas fontes de recursos públicos com efeito multiplicador direto sobre o PIB, a indústria e o emprego, com impactos particularmente relevantes no fortalecimento da indústria de base e na integração da economia brasileira. A partir do estudo, constatou-se que cada R\$ 1,00 investido via AFRMM gera R\$ 2,60 em impacto econômico total.

A partir de uma perspectiva geral, o Brasil precisa de políticas públicas que entreguem resultados e tenham visão de futuro, e o AFRMM, com grande potencial de integrar regiões, gerar empregos, reduzir emissões e impulsionar as mais diversas indústrias, pode ser a chave para esses resultados. Enfraquecê-lo agora seria um retrocesso, e custaria muito mais no futuro.

Ainda assim, o AFRMM tem sido alvo de questionamentos, cortes e tentativas de extinção, quase sempre com o argumento simplista de que se trata de um “custo” para o setor produtivo. Sim, é possível, e necessário, reforçar sua governança, melhorar os critérios de aplicação, buscar maior articulação com outras iniciativas federais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Nova Indústria Brasil e a política nacional de transporte sustentável, além de fomentar sinergias com programas de transição energética e desenvolvimento regional. Entretanto, o AFRMM já provou seu valor e é a principal fonte de financiamento para manutenção, ampliação e modernização do modal aquaviário no Brasil, que integra regiões, gera empregos, reduz emissões e impulsiona a indústria. É hora de aprimorá-lo, não de enfraquecê-lo.

Desta forma, legislar a favor do AFRMM é legislar a favor de empregos, da competitividade logística, da soberania industrial e da redução das desigualdades regionais. O que está em jogo é a capacidade do Brasil de investir em seu próprio desenvolvimento e de sua população de maneira inteligente, planejada e contínua.

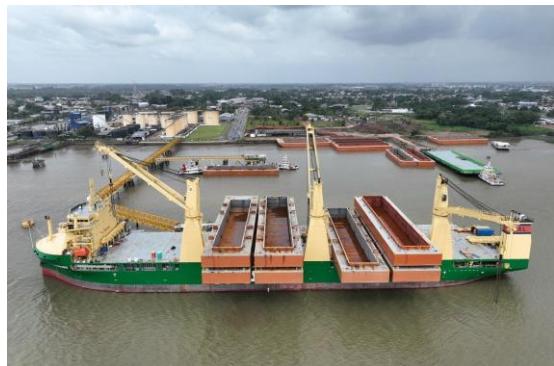
Pascoal Gomes é vice-presidente financeiro e de relações com investidores da Log-In Logística


Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2025

LHG EMBARCA 16 BARÇAS EMPILHADAS TRANSVERSALMENTE EM TERMINAL DA ATEM

Da Redação Portos e logística 31/10/2025 - 16:48



O terminal de uso privado (TUP) da Atem em Belém (PA) realizou, de 8 a 24 de outubro, uma operação inédita na navegação sul-americana: o embarque de 16 barcaças empilhadas transversalmente. Elas foram colocadas a bordo de um cargueiro da armadora AAL Hamburg, dando início ao transporte de embarcações destinadas à Hidrovia Paraguai–Paraná, que integrarão a frota fluvial da LHG Logística, empresa do grupo J&F.

A administração do terminal explicou que, para a elevação das embarcações, usou guindastes de alta precisão capazes de içar cada barcaça de aproximadamente 380 toneladas e que a escolha de Atem deveu-se a sua infraestrutura e localização. Além disso, contribuíram para a escolha o fato de o porto ter certificações nacionais e internacionais de segurança portuária, como o ISPS-Code (International Ship and Port Facility Security Code).

Segundo a empresa, equipes da Atem Distribuidora e da Navemazônia, braço fluvial do grupo, trabalharam de forma integrada na operação e tiveram o apoio e supervisão de órgãos como a

Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e a Receita Federal, além de consultores navais e engenheiros portuários.

O projeto de uso das barcaças é financiado pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As unidades serão usadas na rota de escoamento de minério que conecta o Pantanal/Território Centro-Oeste brasileiro ao Uruguai via Hidrovia Paraguai–Paraná.

“Acompanhamos a operação todos os dias, para que tudo saísse perfeito. Como as balsas têm convés aberto, até a chuva era uma preocupação, então precisávamos assegurar que estavam em condições ideais para serem içadas. O time da Navemazônia garantiu que as balsas estivessem na posição e na ordem exata para carregamento”, detalhou Ewerton Camurça, chefe da base da Atem em Belém.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2025

PONTOS DO NORDESTE REGISTRAM MAIOR MOVIMENTAÇÃO EM 8 MESES DESDE 2021

Da Redação Portos e logística 31/10/2025 - 16:27



Os portos da região Nordeste movimentaram, nos primeiros oito meses de 2025, 213,9 milhões de toneladas de cargas, superando em 1,14% o volume do mesmo período do ano passado e registrando a maior movimentação desde 2021, segundo dados divulgados na última quarta-feira (29) pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). De acordo com a Agência, na movimentação de contêineres, foi registrado no período aumento de 10,68%, com 14 milhões de toneladas, e na de carga geral, de 2%.

O maior crescimento percentual na região foi o do Porto de Itaqui, no Maranhão, de 8,45%, com 24,8 milhões de toneladas movimentadas, principalmente de combustíveis e de grãos. No mesmo estado, o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, principal porta de saída de minério de ferro, foi o líder do Nordeste em volume, com 110,4 milhões de toneladas, o que representou alta de 1,55% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Antaq explicou que a movimentação de soja cresceu 17% de janeiro a agosto nos portos do nordestinos com 16,1 milhões de toneladas, das quais 12,5 milhões passaram por Itaqui e 6,63 milhões de toneladas pelo Terminal Portuário Cotelgipe, na Bahia. No terminal baiano, o crescimento foi de 75% em relação ao mesmo intervalo de 2024.

O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, creditou os resultados a investimentos na infraestrutura portuária da região. “O desempenho do Nordeste, com crescimento superior à média nacional, mostra que os investimentos estão gerando resultados concretos”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2025

COMMODITIES DEVEM REGISTRAR EM 2026 MENOR PREÇO EM 6 ANOS DEVIDO AO EXCESSO DE OFERTA DE PETRÓLEO

Da Redação Economia 31/10/2025 - 16:27

O Banco Mundial divulgou, na última quarta-feira (29), o estudo ‘Perspectiva dos Mercados de Commodities’, no qual prevê que os preços globais das commodities devem registrar em 2026 o quarto ano consecutivo de queda e atingir o nível mais baixo em seis anos. A previsão é de queda de



7% nos preços tanto em 2025 quanto em 2026, em consequência do fraco crescimento econômico global, pelo excedente de oferta de petróleo e por incertezas geopolíticas.

A queda nos preços da energia está ajudando a aliviar a inflação global, enquanto a redução nos preços do arroz e do trigo tornou os alimentos mais acessíveis em alguns países em desenvolvimento. Apesar das recentes quedas, os preços das commodities permanecem acima dos níveis pré-pandemia, com projeções de aumento de 23% e 14%, respectivamente, nos preços de 2025 e 2026 em relação a 2019.

O excedente global de petróleo aumentou em 2025 e a expectativa é de que suba para 65% no próximo ano, acima do pico mais recente, registrado em 2020. A demanda por petróleo está crescendo mais lentamente, à medida que a procura por veículos elétricos e híbridos aumenta e o consumo de petróleo estagna na China.

A previsão é de que os preços do petróleo Brent caiam de uma média de 68 dólares em 2025 para 60 dólares em 2026, o menor valor em cinco anos. No geral, prevê-se que os preços da energia caiam 12% em 2025 e mais 10% em 2026.

Os preços dos alimentos também estão recuando, com quedas projetadas de 6,1% em 2025 e 0,3% em 2026. Os preços da soja estão caindo em 2025 devido à produção recorde e às tensões comerciais, mas espera-se que se estabilizem nos próximos dois anos.

Enquanto isso, há perspectiva de que os preços do café e do cacau caiam em 2026, à medida que as condições de oferta melhorem. No entanto, prevê-se que os preços dos fertilizantes aumentem 21% em 2025, refletindo custos de produção mais elevados e restrições comerciais, antes de diminuírem 5% em 2026. É provável que esses aumentos reduzam ainda mais as margens de lucro dos agricultores e suscitem preocupações quanto à produtividade futura das culturas.

Os metais preciosos atingiram recordes históricos em 2025, impulsionados pela demanda por ativos de refúgio e pelas compras contínuas dos bancos centrais. O preço do ouro, considerado um porto seguro em tempos de incerteza econômica, deverá aumentar 42% em 2025. Projeta-se um aumento adicional de 5% no próximo ano, elevando os preços do ouro a quase o dobro da média de 2015-2019. Os preços da prata também devem atingir uma média anual recorde em 2025, com alta de 34% e de mais 8% em 2026.

Os preços das commodities podem cair mais do que o esperado durante o período de previsão, caso o crescimento global permaneça lento em meio a tensões comerciais prolongadas e incertezas políticas. Uma produção de petróleo maior do que a prevista pode agravar o excesso de oferta e exercer pressão adicional para baixo sobre os preços da energia. As vendas de veículos elétricos, que devem aumentar acentuadamente até 2030, podem reduzir ainda mais a demanda por petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/10/2025

LUCRO DA KEPLER WEBER CRESCE 258% EM RELAÇÃO AO 2º TRIMESTRE

Da Redação Portos e logística 31/10/2025 - 16:28



A Kepler Weber anunciou, na última quarta-feira (29), que fechou o terceiro trimestre de 2025 com lucro líquido de R\$ 51,6 milhões, 258,2% superior ao do trimestre anterior, de R\$ 14,4 milhões. Mas com redução de 13,5% em relação ao mesmo período de 2024, quando o resultado foi de R\$ 59,6 milhões.

De acordo com a empresa, o Ebitda trimestral foi de R\$ 73,6 milhões, 93,9% acima do período anterior, de R\$ 37,9 milhões.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 169/2025
Página 81 de 81
Data: 31/10/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Em relação ao terceiro trimestre de 2024, que foi de R\$ 92,9 milhões, houve queda de 20,8%.

A companhia anunciou que teve de julho a setembro receita líquida R\$ 423,3 milhões, superando em 36,1% os R\$ 311,1 milhões de abril a junho e 3,6% abaixo do mesmo período de 2024, de R\$ 439,1 milhões. As despesas gerais e administrativas caíram 3% no trimestre e 4% no acumulado dos nove primeiros meses de 2025.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 31/10/2025

MOVIMENTAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ CRESCE 127% EM 8 MESES

Da Redação *Portos e logística* 31/10/2025 - 16:28



A movimentação do Porto de Itajaí (SC) cresceu, de janeiro a agosto de 2025, 127% e já é maior do que a registrada em todo o ano passado. De acordo com dados divulgados na última quinta-feira (30) pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foram movimentadas nos oito primeiros meses deste ano 2,5 milhões de toneladas, mais que o dobro das 1,1 milhão de toneladas de 2024.

Esta semana, o Ministério de Portos e Aeroportos apresentou o cronograma de arrendamento definitivo do porto, cuja modelagem técnica está em processo acelerado para ser enviada em novembro à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, o MPor previu para o início de 2026 a concessão do canal de acesso.

A pasta anunciou também o início do processo de criação da Companhia Docas de Santa Catarina. Segundo o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, o objetivo de ter a nova autoridade portuária é a modernização do terminal para aumentar sua eficiência logística e capacidade de movimentação de cargas.

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, lembrou que em 2023, por causa da paralisação das atividades do porto, a agência reguladora optou por um contrato transitório para retomar os serviços. "Agora, é o momento de darmos o próximo passo: realizar o leilão do contrato definitivo, garantindo novos investimentos", afirmou Dias.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 31/10/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 31/10/2025